



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

JOHN MAYCK ALVES FERREIRA

# **Teoria dos Atos de Fala: Paradigma e Quebra-cabeças**

BRASÍLIA

2024

JOHN MAYCK ALVES FERREIRA

# **Teoria dos Atos de Fala: Paradigma e Quebra-cabeças**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (PPGFIL UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc.

BRASÍLIA

2024

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. André Leclerc, que me despertou o interesse pela filosofia analítica, em especial pela teoria dos atos de fala, e que prontamente aceitou ser meu orientador nesta dissertação de mestrado.

Ao Prof. Dr. Erick Calheiros, cuja paixão contagiante com que leciona permanecerá indelevelmente ligada ao que para mim significa ensinar e aprender a filosofar.

À Prof. Dr. Cândida Melo, cujas observações foram de suma importância para o aprimoramento desta dissertação.

À UnB, cujo programa de assistência estudantil me permitiu concluir o curso de graduação em filosofia.

Ao CNPQ, que me concedeu uma bolsa de pesquisa sem qual esta dissertação não teria sido possível.

A todos os professores que desde a educação básica contribuíram de algum modo com a minha formação intelectual, especialmente à minha professora da quarta série, Marina, que me emprestava romances policiais e às sextas-feiras lia para toda a turma, por uma hora inteira, *Meu pé de laranja lima*.

A meus estudantes, que reavivam diariamente meu amor pelo conhecimento e minha esperança por uma escola libertária, por uma educação libertadora.

A minha mãe, Eliane, e a minha tia, Michelle, por sua perene e incomensurável doação para comigo.

A minha psicóloga, Adriana Rocha, que mediou vários de meus *meltdowns* e foi minha guia no processo de descoberta de fazer parte do espectro autista.

## RESUMO

Em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn afirma que os *paradigmas* podem ser encontrados nas obras clássicas da ciência e, desde o começo do século XIX, também nos manuais. Trata-se de realizações que, por um lado, se tornaram hegemônicas numa comunidade científica particular e, por outro, legaram à posteridade não apenas teorias, métodos, instrumentos etc. — mas, sobretudo, *quebra-cabeças*, isto é, uma espécie de problemas científicos com soluções asseguradas e regras que determinam como se chegar a elas.

Dito isso, esta dissertação de mestrado parte da hipótese de que John Austin estabeleceu, com sua teoria dos atos de fala, um paradigma tanto na linguística quanto na filosofia da linguagem que, como todo paradigma, legou à posteridade um conjunto de quebra-cabeças. A fim de confirmar essa hipótese, tentaremos então (1) rastrear alguns desses quebra-cabeças, (2) compreender como John Searle os soluciona e (3) verificar se, em muitos casos, o próprio Austin não dá indicativos de estar, ao menos parcialmente, ciente de sua existência. Daí não se segue, porém, que estejamos advogando uma falsa equivalência entre a filosofia, tão ferozmente movida por disputas argumentativas e desentendimentos conceituais, e a ciência, que somente progride avançando entre amplos consensos. Estamos sim levantando a hipótese — a ser oportunamente testada — de que alguns dos conceitos kuhnianos, particularmente os conceitos de paradigma e quebra-cabeça, são ferramentas úteis e flexíveis que podem muito bem ser empregadas na tentativa de melhor compreender o desenvolvimento de certos programas de pesquisa filosóficos como a teoria dos atos de fala, e é essa hipótese (ou chave de leitura) que guiará nossa interpretação das obras de Austin e Searle de que nos ocuparemos nesta dissertação.

Sabemos que antes de distinguir os atos vereditivos, exercitativos, compromissivos, comportativos e expositivos, Austin distinguiu três tipos de atos de fala mais gerais, que são os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Assim o fez porque aqueles cinco primeiros são atos ilocucionários, o que significa que eles são atos de fazer algo *ao* dizer algo (ilocuções), e não apenas atos *de* dizer algo (locuções) ou mesmo atos de fazer algo *por* dizer algo (perlocuções). Ambas as distinções, no entanto, passam por uma importante revisão nas mãos de Searle, que substitui os vereditivos, exercitativos, comportativos e expositivos de Austin por seus assertivos, diretivos, expressivos e declarativos, bem como substitui os atos locucionários por atos proferitivos e proposicionais. Searle também elabora uma teoria das condições de sucesso (que, juntamente com a teoria das condições de satisfação, assemelha-se àquilo que Austin chamava de doutrina das infelicidades) constituída por regras e condições de conteúdo proposicional, preparatórias, de sinceridade e essenciais no lugar das regras/condição A.1–Γ.2. Ademais, não obstante concorde com Austin que todo proferimento consiste na realização de uma ação,

Searle sustenta que apenas uma classe restrita de proferimentos é performativa, a saber, a classe daqueles proferimentos que Searle assimila aos atos declarativos com dupla direção de ajuste.

Para concluir, o objetivo último desta dissertação é mostrar que todas essas alterações na teoria dos atos de fala resultam das soluções propostas por Searle para alguns dos mais importantes quebra-cabeças legados à posteridade pelo paradigma austiniano.

**Palavras-chave:** Teoria dos atos de fala, Teoria dos atos de discurso, performativos, força ilocucionária, atos ilocucionários, John Austin, John Searle, paradigmas, revoluções científicas, Thomas Kuhn.

## ABSTRACT

In his work *The Structure of Scientific Revolutions*, Thomas Kuhn says that *paradigms* can be found in the classics and, since the early 19th century, also in textbooks. They mainly consist of achievements that, on one hand, have become hegemonic within a particular scientific community and, on the other, have left to posterity not only theories, methods, instruments, etc. but above all *puzzles*—a kind of scientific problems with assured solutions and rules that determine how to reach them.

That being said, this master's thesis is based on the hypothesis that John Austin established, with his theory of speech acts, a paradigm in both the philosophy of language and linguistics that, like any paradigm, has left a set of puzzles to posterity. To confirm this hypothesis, I will attempt to (1) trace some of these puzzles, (2) examine how John Searle solves them, and (3) verify if, in many cases, Austin himself gives any indication of being at least partially aware of their existence. Nonetheless, this does not imply that I am advocating a false equivalence between philosophy, which is fiercely driven by argumentative disputes and conceptual misunderstandings, and science, which only progresses through broad consensus. I am just raising the hypothesis (to be tested in due course) that some of Kuhn's concepts, particularly the concepts of paradigm and puzzle, are useful and flexible tools that can certainly be employed in attempting to better understand the development of certain philosophical research programs such as the theory of speech acts. It is this hypothesis (not to say this compass) that will guide my interpretation of the works of Austin and Searle that I will be engaged with in this thesis.

One knows that before distinguishing verdictives, exercitives, commissives, bahabitives, and expositives, Austin distinguished three more general kinds of speech acts: the locutionary acts, the illocutionary acts, and the perlocutionary acts. He did so because those first five acts are illocutionary acts, meaning that they are acts of doing something *in* saying something (illocutions), not just acts *of* saying something (locutions) or even acts of doing something *by* saying something (perlocutions). Both distinctions, however, undergo a significant revision in Searle's hands, who replaces Austin's verdictives, exercitives, commissives, bahabitives, and expositives with his assertives, directives, expressives, and declarations, as well as he replaces the locutionary acts with utterance acts and propositional acts. Searle also develops a theory of conditions of success (which, along with the theory of conditions of satisfaction, resembles what Austin referred to as the doctrine of the infelicities) constituted by propositional content conditions, preparatory conditions, sincerity conditions, essential conditions, and their corresponding rules in place of the rules/conditions A.1-Γ.2. Furthermore, although agreeing with

Austin that every utterance consists in performing an action, Searle contends that only a restricted class of utterances is performative, namely, those utterances that he calls “declaratives”.

In conclusion, the ultimate goal of this thesis is to demonstrate that all these changes in the theory of speech acts arise from Searle's solutions to some of the most crucial puzzles inherited from the Austinian paradigm.

**Key words:** Speech Act Theory, performatives, illocutionary force, illocutionary acts, John Austin, John Searle, paradigms, scientific revolutions, Thomas Kuhn.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
PARTE I: O PARADIGMA AUSTINIANO .....	17
1.1 TEORIA ESPECIAL E TEORIA GERAL .....	19
1.2 A DISTINÇÃO ENTRE PERFORMATIVOS E CONSTATIVOS .....	23
1.3 POR QUE ABANDONAR A DICOTOMIA PERFORMATIVO-CONSTATIVIVO? .....	34
1.4 QUE TAL UM NOVO CRITÉRIO DE DISTINÇÃO? .....	44
PARTE II: SEARLE E OS QUEBRA-CABEÇAS .....	50
2.1 O QUE MUDOU? .....	52
2.2 ATO RÉTICO V. ATO PROPOSICIONAL .....	54
2.3 A TEORIA DAS CONDIÇÕES DE SUCESSO REVISTA E AMPLIADA .....	68
2.4 UMA NOVA TAXONOMIA DOS ATOS DE FALA .....	85
2.5 DE VOLTA AOS PERFORMATIVOS .....	100
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	108

*“Como é possível que, quando um falante fica diante de um ouvinte e emite uma rajada acústica, coisas tão extraordinárias como estas ocorram: o falante tenciona dizer algo; os sons que ele emite dizem algo; o ouvinte entende o que é dito; o falante faz uma afirmação ou uma pergunta ou dá uma ordem?”*

(J. R. Searle)

## INTRODUÇÃO

Em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn afirma que os *paradigmas* podem ser encontrados nas obras clássicas da ciência e, desde o começo do século XIX, também nos manuais. Trata-se de realizações que, por um lado, se tornaram hegemônicas numa comunidade científica particular e, por outro, legaram à posteridade não apenas teorias, métodos, instrumentos etc. — mas, sobretudo, *problemas*. Dito de outro modo, certos empreendimentos científicos puderam se tornar paradigmáticos porque:

[...] partilhavam duas características essenciais. Suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares. *Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência.* (KUHN, 1998, p. 30, grifo nosso)

Kuhn descreve o *período pré-paradigmático* como sendo repleto de escolas que propõem *teorias concorrentes*. Na medida, porém, que uma dessas teorias adquire supremacia sobre as demais, pondo fim ao dissenso entre os cientistas, ela instaura um paradigma. Segue-se então o *período de ciência normal*, período em que *todos os problemas não solucionados pelo paradigma recém-instituído passarão a nortear a pesquisa científica*, afinal: “Tal como uma decisão judicial aceita no direito costumeiro, *o paradigma é um objeto a ser melhor articulado e precisado em condições novas ou mais rigorosas.*” (KUHN, 1998, grifo nosso, p. 44) Em todo caso, os resultados alcançados pela ciência normal não constituem novidades científicas substantivas. Quando positivos, tais resultados se tornam acréscimos discretos ao paradigma; já quando negativos, eles são simplesmente descartados como fracassos dos cientistas, e não como insuficiências do próprio paradigma. Mas como explicar então todo o *zelo* e toda a *tenacidade* com que os cientistas se entregam à resolução desses problemas? De fato, a resolução dos problemas típicos da ciência normal torna o paradigma mais robusto e apurado, daí sua importância; com isso não se explica, porém, o fascínio que os cientistas sentem por tais problemas, sendo necessário, para tanto — diz Kuhn —, recorrermos a seu aspecto de *quebra-cabeças*.

Pelo menos para os cientistas, os resultados obtidos pela pesquisa normal são significativos porque contribuem para aumentar o alcance e a precisão com os quais o paradigma pode ser aplicado. Entretanto essa resposta não basta para explicar o entusiasmo e a devoção que os cientistas demonstram pelos problemas da pesquisa normal. [...] Embora seu resultado possa, em geral, ser antecipado de maneira tão detalhada que o que fica por conhecer perde todo o interesse, a maneira de alcançar tal resultado permanece muito problemática. Resolver um problema da pesquisa normal é alcançar o antecipado de uma

nova maneira. Isso requer a solução de todo tipo de complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos. O indivíduo que é bem-sucedido nessa tarefa prova que é um perito na resolução de quebra-cabeças. *O desafio apresentado pelo quebra-cabeça constitui uma parte importante da motivação do cientista para o trabalho.* (KUHN, 1998, p. 58–59, grifo nosso)

Duas são as marcas distintivas dessa espécie de problemas científicos<sup>1</sup>: *soluções asseguradas e regras que determinam como se chegar a tais soluções*, isto é, “tanto a natureza das soluções aceitáveis como os passos necessários para obtê-las” (KUHN, 1998, p. 61). É isso, aliás, o que há de comum entre os quebra-cabeças propriamente científicos e todos os demais, de maneira que:

*O critério que estabelece a qualidade de um bom quebra-cabeça nada tem a ver com o fato de seu resultado ser intrinsecamente interessante ou importante.* Ao contrário, os problemas realmente importantes em geral não são quebra-cabeças (veja-se o exemplo da cura do câncer ou o estabelecimento de uma paz duradoura), em grande parte porque talvez não tenham nenhuma solução possível. (KUHN, 1998, p. 59–60, grifo nosso)

Assim, uma vez que o paradigma garante a existência de soluções para os problemas que ele lega à posteridade, restando apenas descobrir como se pode alcançá-las, tem-se à frente uma tarefa que, pondo à prova a sagacidade daqueles que se dedicam à ciência normal, constitui a fonte de onde jorra seu estímulo cotidiano.

O empreendimento científico, no seu conjunto, revela sua utilidade de tempos em tempos, abre novos territórios, instaura ordem e testa crenças estabelecidas há muito tempo. Não obstante isso, o indivíduo empenhado num problema de pesquisa normal quase nunca está fazendo qualquer dessas coisas. Uma vez engajado em seu trabalho, sua motivação passa a ser bastante diversa. *O que o incita ao trabalho é a convicção de que, se for suficientemente habilidoso, conseguirá solucionar um quebra-cabeça que ninguém até então resolveu ou, pelo menos, não resolveu tão bem.* Muitos dos grandes espíritos científicos dedicaram toda sua atenção profissional a complexos problemas dessa natureza. (KUHN, 1998, p. 61, grifo nosso)

Em resumo, *a ciência normal é uma “atividade que consiste em solucionar quebra-cabeças”* (KUHN, 1998, p. 77), atividade que “*não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos”* nem “*inventar novas teorias”*, mas que *se dedica à “articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma”* (KUHN, 1998, p. 45), razão pela

---

<sup>1</sup> A outra espécie de problemas científicos que Kuhn menciona em sua obra são as *anomalias*.

qual suas descobertas, apesar de primordiais para o desenvolvimento científico, em nada são revolucionárias, mas sim bastante conservadoras.

Dito isso, pensamos que John Austin estabeleceu, com sua teoria dos atos de fala, um paradigma tanto na linguística quanto na filosofia da linguagem que, como todo paradigma, legou à posteridade um conjunto de quebra-cabeças. Aprimorá-lo implicaria então solucionar esses quebra-cabeças, e é justamente aqui que a contribuição de John Searle para a teoria dos atos de fala se torna, a nosso ver, inestimável. Ao dizer isso, (1) não estamos, no entanto, advogando uma falsa equivalência entre a filosofia, tão ferozmente movida por disputas argumentativas e desentendimentos conceituais, e a ciência, que somente progride avançando entre amplos consensos. *Estamos sim levantando a hipótese — a ser oportunamente testada — de que alguns dos conceitos kuhnianos, particularmente os conceitos de paradigma e quebra-cabeça, são ferramentas úteis e flexíveis que podem muito bem ser empregadas na tentativa de melhor compreender o desenvolvimento de certos programas de pesquisa filosóficos como a teoria dos atos de fala, e é essa hipótese (ou chave de leitura) que guiará nossa interpretação das obras de Austin e Searle de que nos ocuparemos nesta dissertação.* Também (2) não estamos afirmando que essa é a maneira “correta” de interpretar Austin e Searle, mas tão somente que é assim que vamos interpretá-los, e a razão pela qual interpretá-los-emos dessa maneira é simplesmente por pensarmos que a relação entre eles de modo algum é uma relação de rivalidade, para a qual pode-se encontrar um sem-número de exemplos ao longo de toda a história da filosofia ocidental, mas sim uma genuína relação de colaboração. Vejamos, por exemplo, o que diz o próprio Austin ao encerrar suas famosas conferências na Universidade de Harvard:

Nessas conferências, fiz duas coisas que definitivamente não gosto de fazer. São elas:

- (1) *apresentar um programa, isto é, dizer o que precisa ser feito em vez de fazê-lo;*
- (2) *dar conferências.*

*Entretanto, em oposição a (1), fico feliz em pensar que estive organizando um pouco o caminho que as coisas começaram a seguir e continuam seguindo com uma velocidade cada vez maior em algumas partes da filosofia, e não proclamando um manifesto individual. Já em oposição a (2), fico feliz em dizer que nenhum outro lugar poderia ter sido, para mim, mais agradável para dar conferências do que em Harvard. (AUSTIN, 1962, p. 163, grifo nosso, tradução nossa)*

O que essas linhas deixam claro é que o trabalho não está concluído e que provavelmente não o será por um único pesquisador. Diríamos: há ainda os quebra-cabeças para serem resolvidos, não necessariamente por Austin, mas por todos aqueles que se interessam pela teoria. *Nas páginas a seguir, tentaremos (1) rastrear alguns desses quebra-cabeças, (2) compreender como Searle os soluciona e (3) verificar se, em muitos casos, o próprio Austin não dá*

*indicativos de estar, ao menos parcialmente, ciente de sua existência.* Antes, porém, precisamos ainda dizer algumas palavras sobre como Austin via o cenário em filosofia da linguagem que o precedeu; para ele:

[...] “uso” é uma palavra incuravelmente ambígua e demasiado ampla, assim como a palavra “significado”, que muitos hoje não levam a sério. Mas “uso”, que a suplantou, não está em posição muito melhor. Podemos esclarecer totalmente qual foi o “uso de uma frase”, em determinada ocasião, no sentido do ato locucionário, sem, contudo, tocarmos no problema de seu uso no sentido do ato ilocucionário. (AUSTIN, 1990, p. 89, grifo nosso)

É verdade que a grande influência do segundo Wittgenstein se deve, em grande medida, ao fato de ele ter conseguido pôr fim ao que Austin costumava chamar de falácia descritiva. Contudo: “O problema é a enormidade de sentidos de uma expressão tão vaga quanto ‘A maneira com que estamos usando...’.” (AUSTIN, 1962, p. 99, tradução nossa, grifo nosso) Ora, os proferimentos “Ele me advertiu para não ligar para ela” e “Ele me persuadiu a não ligar para ela”, por exemplo, relatam usos da linguagem — e podemos até conjecturar que há sensíveis diferenças entre tais usos —, mas isso de modo algum esclarece como a linguagem está sendo usada nesses dois casos — pelo contrário, falar em “uso” aqui só tende a obscurecer, segundo Austin, a diferença entre um *ato ilocucionário* e um *ato perlocucionário*. Com efeito, “falar do ‘uso da linguagem para argumentar ou advertir’ parece o mesmo que falar do ‘uso da linguagem para persuadir, instigar ou alarmar’” (AUSTIN, 1962, p. 103, tradução nossa); no entanto, argumentar e advertir são atos ilocucionários<sup>2</sup>, ao passo que persuadir, instigar e alarmar são atos perlocucionários, de maneira que “temos aqui uma [perfeita] ilustração dos diferentes usos da expressão ‘usos da linguagem’” (AUSTIN, 1962, p. 100, tradução nossa, grifo nosso).<sup>3</sup> Essa

<sup>2</sup> Argumentar de maneira *válida*, mais especificamente, envolve a realização de uma sucessão de atos ilocucionários, como asserir, inferir etc.

<sup>3</sup> Tendo em vista (1) a crítica que Austin desfez, em diferentes parágrafos de *How to Do Things with Words*, à imensa vaguidade da noção wittgensteiniana de “uso da linguagem” bem como (2) a manifesta insatisfação de nosso autor para com o resultado atingido por ele em sua tentativa de classificar, em sua XII Conferência, os tipos básicos de atos ilocucionários (voltaremos a isso em nossa seção 2.4 *Uma nova taxonomia dos atos de fala*), torna-se no mínimo *elástica* a interpretação de Rajagopalan segundo a qual: “[...] o conceito central desse pensamento, o conceito de ato ilocucionário, é como um jogo tal qual Wittgenstein o concebe: não há nada que sirva de critério infalível, quer necessário, quer suficiente, para que se possa precisar o que é um jogo — a não ser uma certa semelhança indefinível entre os jogos já identificados e um novo caso sobre o qual surge a dúvida.” (RAJAGOPALAN, 1989, p. 529, grifo nosso) Agora compare o leitor essa afirmação de Rajagopalan com as citações de Austin de que nos valemos acima e também com esta outra: “Indo além, esclareçamos de uma vez por todas que a expressão ‘uso da linguagem’ pode abranger outras coisas ainda mais diversas do que os atos ilocucionários e perlocucionários. Por exemplo, podemos falar do ‘uso da linguagem’ para algo, por exemplo para brincadeiras [joking]; e podemos usar a palavra ‘ao’ de uma maneira diferente do ‘ao’ ilocucionário, como quando dizemos ‘Ao dizer p, eu estava brincando’ ou ‘interpretando um papel’ ou ‘escrevendo poesia’; ou ainda podemos falar de ‘um uso poético da linguagem’ como algo distinto do ‘uso da linguagem na poesia’. Essas referências ao

“vaguidade” da expressão “usos da linguagem” denunciada por Austin fica particularmente evidente no parágrafo 23 das *Investigações Filosóficas*, quando Wittgenstein diz:

Imagine a *multiplicidade dos jogos de linguagem* por meio destes exemplos e outros:

Comandar, e agir segundo comandos —

Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas —

Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) —

Relatar um acontecimento —

Conjeturar sobre o acontecimento —

Expor uma hipótese e prová-la —

Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas —

Inventar uma história; ler —

Representar teatro —

Cantar uma cantiga de roda —

Resolver enigmas —

Fazer uma anedota; contar —

Resolver um exemplo de cálculo aplicado —

Traduzir de uma língua para outra —

Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

— É interessante comparar a *multiplicidade dos jogos de linguagem* e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a natureza da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*.) (WITTGENSTEIN, 2000, p. 35–36, grifo nosso)

Searle, por sua vez — em uníssono com Austin —, afirma que “a ilusão de usos ilimitados da linguagem é engendrada pela enorme falta de clareza a respeito do que constitui os critérios de delimitação de um jogo de linguagem ou de um uso da linguagem em relação a outro” (SEARLE, 1979, p. 28, tradução nossa). De fato, se tomarmos, como ele, o *objetivo ilocucionário*, o *estado psicológico*, o *conteúdo proposicional* e a *direção de ajuste* como critérios de delimitação dos “usos ilocucionários da linguagem”, chegaremos à conclusão de que *há tão somente cinco coisas básicas que fazemos com as palavras*: realizamos atos *assertivos* ao dizermos às pessoas como as coisas são, realizamos atos *diretivos* ao tentarmos levá-las a fazer algo, realizamos atos *compromissivos* ao nos comprometermos a fazer algo, realizamos

---

‘uso da linguagem’ nada têm a ver com o ato ilocucionário. Por exemplo, se eu disser ‘Vá pegar uma estrela cadente’, pode ser bastante claro qual é o significado e qual é a força de meu proferimento, mas ainda assim completamente dúbio qual desses outros tipos de coisas eu posso estar fazendo. Existem usos parasitários da linguagem, usos que ‘não são sérios’ ou que não correspondem ao seu ‘uso normal pleno’. As condições normais de referência podem estar suspensas ou pode não haver uma tentativa de levar a cabo um ato perlocucionário típico, isto é, pode não haver uma tentativa de fazer o ouvinte ‘fazer algo’, a exemplo de Walt Whitman, que não incita realmente [*seriously*] a águia da liberdade a alçar voo.” (AUSTIN, 1962, p. 104, tradução nossa, grifo nosso)

atos *expressivos* ao expressarmos nossos sentimentos e nossas atitudes e realizamos atos *declarativos* ao provocarmos mudanças no mundo através de nossos proferimentos. Em entrevista a Bryan Magee em 1987, Searle é indagado pelo apresentador sobre qual seria sua avaliação pessoal da obra de Wittgenstein, ao que ele responde, em parte, dizendo:

Há um certo traço exasperante em Wittgenstein que eu gostaria de destacar, que eu gostaria de enfatizar: trata-se de sua *inclinação anti-teórica*, dessa ideia de que *não devemos ter uma teoria*, de que *não podemos ter uma teoria da linguagem*, de que *não podemos ter uma teoria geral da linguagem ou da mente*. Bem, quando alguém me diz que não podemos ter uma teoria geral dos atos de fala ou que não podemos ter uma teoria geral da intencionalidade de como os pensamentos se relacionam com a realidade, meu instinto natural é ir em frente e escrever uma teoria geral. Vamos ver então se não podemos ter uma teoria geral! E de fato eu tenho tentado fazer declarações gerais nessas duas áreas [da filosofia]. *Acredito que foi prematuro da parte de Wittgenstein dizer que não podemos ter teorias gerais da linguagem que sejam de um tipo filosófico ou que não podemos ter teorias gerais de como a mente funciona. Nós não saberemos se não tentarmos, e a incrível diversidade dos fenômenos não deveria por si só nos desencorajar*. Pense na física, por exemplo. Quando pensamos nas Cataratas do Niágara, numa panela de água fervendo e numa pista de patinação no gelo, todos esses fenômenos nos parecem muito diversos, e poderíamos muito bem continuar elencando as mais diversas formas que a água assume — mas de fato agora temos uma teoria geral bastante eficiente que consegue dar conta de tudo isso, de maneira que *eu não vejo por que não deveríamos buscar teorias gerais em filosofia, particularmente na filosofia da linguagem e na filosofia da mente*. Às vezes eu chego a pensar que Wittgenstein imaginava que se ele não tinha sido capaz de elaborar uma teoria geral porque o *Tractatus* fracassou, então qualquer teoria geral deveria ser impossível. *Grosso modo*, se eu não consigo, ninguém consegue. E muitos de seus discípulos me disseram: “Ah, bem, uma vez que você rejeita essa inclinação anti-teórica de investigação, então você tem de acreditar no *Tractatus*”, como se essas fossem as únicas duas opções, mas eu gostaria de dizer que existem muitas outras opções. (SEARLE, 1987, grifo nosso, tradução nossa)

Se considerarmos então que o *núcleo duro* de um paradigma é sua teoria — não obstante em torno dela orbitem coisas como pressupostos metafísicos, instrumentos, métodos etc. —, fica claro que a obra de Wittgenstein, malgrado sua descomunal importância para a história da filosofia, em particular para o que ficou conhecido como *virada linguística*, não constitui um paradigma anterior a Austin, mas parece muito mais fazer parte daquele período a que Kuhn se refere como pré-paradigmático. O fato de haver um primeiro e um segundo Wittgenstein cujas filosofias antagonizam frontalmente uma com a outra apenas reforça nosso ponto aqui. Como observa Kuhn: “*Não é de admirar que nos primeiros estágios do desenvolvimento de qualquer ciência, homens diferentes confrontados com a mesma gama de fenômenos — mas em geral não com os mesmos fenômenos particulares — os descrevam e interpretem de maneiras diversas.*” (KUHN, 1998, p. 37, grifo nosso)

Por fim, gostaríamos de ressaltar que nos limitaremos a apresentar os quebra-cabeças do paradigma austiniano seguido de suas respectivas soluções searlianais e que o leitor poderá

julgar por si mesmo se tais soluções são satisfatórias ou não. Ademais, recusamo-nos terminantemente a conjecturar sobre as avaliações póstumas de Austin a respeito das posições filosóficas de Searle.

## **PARTE I: O PARADIGMA AUSTINIANO**

*“A distinção original entre constataativos e performativos pretendia ser uma distinção entre proferimentos que consistem em dizer (constataativos, enunciados, asserções etc.) e proferimentos que consistem em fazer (promessas, apostas, advertências etc.). [...] O principal tema da obra madura de Austin, *How to Do Things with Words*, é a falência dessa distinção. Assim como dizer certas coisas é casar-se (um “performativo”) e dizer certas coisas é fazer uma promessa (outro “performativo”), dizer certas coisas é fazer um enunciado. Como Austin percebeu, mas muitos filósofos ainda não conseguem perceber, os casos são exatamente paralelos.”*

(J. R. Searle)

## 1.1 TEORIA ESPECIAL E TEORIA GERAL

Duas teorias foram elaboradas, sucessivamente, por John Austin: a *teoria dos performativos*, objeto das sete primeiras conferências de *How to Do Things with Words*, e a *teoria dos atos de fala*, objeto das cinco conferências finais. A respeito da relação entre ambas, Austin escreve:

Em se tratando do ato de fala total, a doutrina da distinção performativo/constatativo está para a doutrina dos atos locucionário e ilocucionário assim como a teoria *especial* está para a teoria *geral*. E a necessidade da teoria geral surge simplesmente porque a tradicional “declaração” [*statement*]<sup>4</sup> é uma abstração, um ideal, e o mesmo vale para seus tradicionais valores de verdade. (AUSTIN, 1962, p. 147, grifo do autor, tradução nossa)

Muito resumidamente, podemos dizer que enquanto a teoria especial afirma que há duas classes de proferimentos, os *constatativos* e os *performativos* — sendo que os primeiros são verdadeiros ou falsos e consistem em dizer algo e os segundos são felizes ou infelizes e consistem não propriamente em dizer algo, mas em fazer algo —, a teoria geral afirma que há cinco classes de proferimentos, os *vereditivos*, os *exercitivos*, os *compromissivos*, os *comportativos* e os *expositivos* — sendo que todos estão sujeitos a infelicidades, todos se relacionam com fatos e todos consistem não apenas em dizer algo, mas, sobretudo, em fazer algo. Como observa Claudio Costa num pequeno livro introdutório chamado *Filosofia da linguagem*:

Na lição XI de seu trabalho Austin expõe suas razões para o abandono da distinção entre performativos e constatativos. Ele evidencia que os proferimentos constatativos também contêm aspectos performativos e vice-versa. [...] Austin gostaria de mostrar que, a um exame mais cuidadoso, os constatativos revelam sempre mais características performativas, terminando por colapsar-se nos últimos. Se Austin conseguiu realmente mostrar que a sua teoria dos performativos é irremediavelmente incorreta é algo dubitável, que não pretendo considerar aqui; o certo é que ele desenvolveu uma interessante nova teoria em substituição a ela: a teoria das forças ilocucionárias ou dos atos de fala. (COSTA, 2002, p. 46)

---

<sup>4</sup> Em língua portuguesa, a palavra “declaração” traduz tanto a palavra “*statement*” quanto a palavra “*declaration*” da língua inglesa. No entanto, como veremos em nossa seção 2.4 *Uma nova taxonomia dos atos de fala*, enquanto *statements* fazem parte da classe dos assertivos, *declarations* fazem parte da classe dos declarativos. Isso ocorre, sobretudo, porque o objetivo ilocucionário dos assertivos é comprometer o falante com a verdade da proposição expressa, ao passo que o objetivo ilocucionário dos declarativos é produzir a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade. A fim de evitar que o leitor viesse a confundir *statements* com *declarations*, optamos então por traduzir a primeira expressão por declarações (não obstante ela também possa ser traduzida por asserções ou afirmações) e a segunda, por declarativos. Além disso, sempre que “Declaro...” for uma tradução de “*I declare...*”, em vez de ser uma tradução de “*I state...*”, isso será devidamente indicado com a colocação, entre colchetes, da construção original em inglês logo após a sua respectiva tradução em português.

São três as obras de Austin dedicadas, total ou parcialmente, à teoria dos performativos: (a) *Performative Utterances*, palestra dada por Austin no *Third Programme* da *British Broadcasting Corporation* (BBC) em 1956, posteriormente transcrita e editada por J. O. Urmson e G. J. Warnock para ser publicada em *Philosophical Papers*, de 1961; (b) *Performative-Constatative*, apresentação escrita por Austin em francês para uma conferência realizada em Royaumont em 1958, publicada em *La Philosophie Analytique*, de 1962, e traduzida para o inglês por Warnock para compor a coletânea, editada por John Searle, *The Philosophy of Language*, de 1971; e, por fim, (c) sua obra mais famosa, *How to Do Things with Words*, baseada nas notas para as Conferências William James que Austin deu na Universidade de Harvard em 1955, editada por Warnock e publicada em 1962. Todavia é apenas em *How to Do Things with Words* que Austin expõe sua teoria dos atos de fala. Quando cotejados com esta última obra, tanto *Performative Utterances* quanto *Performative-Constatative* assemelham-se a resumos das conferências I–VII e XI. Em nenhum dos dois são empregados os termos “locucionário”, “ilocucionário” e “perlocucionário” nem os termos “vereditivo”, “exercitivo”, “compromissivo”, “comportativo” e “expositivo”. Em ambos, o máximo que encontramos são tão somente alusões à teoria dos atos de fala, como neste comentário de Austin: “Agora nos devemos perguntar se emitir um proferimento constatativo não é, afinal, a realização de um ato, a saber, o ato de declarar. Declarar é um ato no mesmo sentido de casar-se, desculpar-se, apostar etc.? *No momento, não posso explorar esse mistério.*” (AUSTIN, 1971, p. 20, grifo nosso, tradução nossa) Assim, poderíamos ser induzidos, pela própria configuração de parte importante do legado intelectual de Austin, a desvincular a teoria dos performativos da teoria dos atos de fala, de tal modo que nos escaparia justamente *a sutil e intrincada maneira como ambas as teorias foram articuladas pela hábil argumentação de nosso autor*. Para aqueles que desejam reconstituir o pensamento austiniano, captar essa articulação, no entanto, é imprescindível, especialmente porque, como diz Paulo Ottoni:

Podemos dizer que os conceitos de *ato de fala*, *performativo* e *ilocucionário* são analisados de maneiras tão diferentes e divergentes quantas são as “teorias” que estudam a linguagem. Estes conceitos sofrem constantes redefinições, e a flexibilidade “teórica”, para muitos estudiosos que trabalham com a linguagem, serve mais para eles explorarem suas próprias áreas de pesquisa do que discutir as reflexões de Austin. (OTTONI, 2002, p. 131, grifo do autor)

Atentemo-nos, com efeito, ao que o próprio Austin diz, de passagem, em *Performative Utterances*, logo após realizar um longo exame dos proferimentos performativos e constatativos:

Precisamos retroceder muito mais para considerarmos todos os modos e sentidos em que dizer o que quer que seja é fazer isto ou aquilo — porque, é claro, dizer é sempre fazer um bom número de coisas diferentes. E uma coisa que vem à tona tão logo fazemos isso é que, além da questão, muito estudada no passado, acerca do que um certo proferimento *significa*, há uma outra questão, muito distinta, que diz respeito a qual foi a *força*, como podemos chamá-la, do proferimento. (AUSTIN, 1961, p. 238, grifo do autor, tradução nossa)

A mesma conclusão torna a aparecer, dois anos depois, nas últimas linhas de *Performative-Constative*, sugerindo, uma vez mais, que *a teoria dos performativos, tal como pensada por Austin, precipita-nos invariavelmente na teoria dos atos de fala*:

Precisamos, ao que me parece, é de uma nova doutrina, a um só tempo geral e completa, *do que se faz ao dizer algo* — em todos os sentidos dessa locução ambígua — e também do que eu chamo de ato de fala — não apenas em relação a este ou aquele aspecto do ato de fala abstraído de todo o resto, mas sim em relação ao ato de fala considerado em sua totalidade. (AUSTIN, 1971, p. 22, grifo do autor, tradução nossa)

Como podemos ver, *mesmo quando maneja a teoria dos performativos, Austin, excedendo-se, aponta para a teoria dos atos de fala*; é justamente nesse momento de transbordamento, aliás, que tanto *Performative Utterances* quanto *Performative-Constative* encerram-se, e sentimos a incômoda sensação de que algo fundamental foi dito ao mesmo tempo que algo essencial foi silenciado; esse é o *ponto crítico* do pensamento austiniano; e a *Parte I* desta dissertação é sobre isso.

*“Pode-se entender muito facilmente a ideia de proferimento performativo — não obstante tal expressão, eu bem sei, não exista na língua francesa ou em qualquer outro lugar. Essa ideia foi introduzida por mim para marcar um contraste com aquela de proferimento declarativo, ou, como eu o chamarei, de proferimento constatativo.”*

(J. L. Austin)

## 1.2 A DISTINÇÃO ENTRE PERFORMATIVOS E CONSTATATIVOS

Em *A filosofia analítica e a linguagem*, ensaio que se dedica a restabelecer, contra Austin, a distinção entre performativos e constatativos, Émile Benveniste escreve:

Ao descrever, há alguns anos, as formas subjetivas da enunciação linguística, indicávamos sumariamente a diferença entre *eu juro*, que é um ato, e *ele jura*, que não passa de uma informação. Os termos *performativo* e *constatativo* não apareciam ainda, mas era essa apesar de tudo a substância da definição. Apresenta-se assim a ocasião de estender e de precisar a nossa própria visão confrontando-a com a de J. L. Austin. (BENVENISTE, 1976, p. 298–299, grifo do autor)

Com relação à citação acima gostaríamos de dizer o seguinte: exprime-se um conceito por meio da definição de uma palavra; ora, até então Benveniste nunca usara a palavra “performativo” e, mesmo quando passou a usá-la, não a definiu da mesma maneira que Austin, pois a definição de Austin, diferentemente da definição de Benveniste — de acordo com a qual o ato performativo é um enunciado sui-referencial constituído por um verbo declarativo-jussivo mais um *dictum* (cf. BENVENISTE, 1976) —, envolve a disposição do ato performativo de ser feliz ou infeliz, diferença em nada desimportante, já que é pela rachadura no alicerce das infelicidades que todo o edifício da distinção entre performativos e constatativos, como veremos, começará a ruir. Talvez o mais adequado seja ler essas linhas de Benveniste juntamente com estas outras, escritas por Ottoni:

A performatividade serve como uma “espécie de espelho” através do qual Benveniste procura refletir sua própria concepção de linguagem, que está presente na sua concepção de *subjetividade na linguagem* e cuja abordagem teórica é bastante distinta daquela utilizada por Austin, não admitindo que possa haver, subjacente às reflexões de Austin sobre a performatividade, uma outra visão de linguagem. (OTTONI, 2002, p. 131, grifo do autor)

Fato é que não havia antes de Austin nem o termo “performativo” nem mesmo o conceito de performatividade. Austin cunhou o termo a partir do verbo da língua inglesa *perform* (realizar, fazer) e definiu o ato performativo de tal maneira que foi levado a elaborar uma doutrina das deficiências próprias dos atos convencionais, que ele chamou de *doutrina das infelicidades*. Por ora, porém, precisamos apenas fixar que, *embora tanto na definição de Austin quanto na definição de Benveniste o performativo apareça como um ato, esta é apenas parte de ambas as definições*. Daí por que, *apesar de empregar o mesmo termo que Austin, Benveniste, desde o início de sua argumentação, não emprega, rigorosamente, o mesmo conceito que ele*.

Passemos então à conceituação austiniana do ato performativo. Austin inicia a *I Conferência* de *How to Do Things with Words* delineando os principais episódios da história do conceito de declaração no âmbito da filosofia, ao fim do que ele fixa os resultados mais gerais aos quais os filósofos haviam chegado até então: (a) havia, àquela altura, as declarações, por assim dizer, “legítimas”, isto é, que possuíam um valor de verdade; (b) havia também as pseudodeclarações, que nem eram tautologias, nem eram contradições, nem, muito menos, eram verificáveis; e (c) havia, por fim, aquelas “declarações” que, paradoxalmente, eram realizadas com outros propósitos que não o de descrever estados de coisas ou constatar algo<sup>5</sup>; faziam parte deste último grupo, por exemplo, as “declarações” de cunho ético, cujo objetivo seria, em última instância, influenciar o comportamento alheio. Tendo explicitado essas condições históricas de possibilidade de seu próprio pensamento, Austin observa então que:

Obviamente, o tipo de proferimento que consideraremos aqui não é, por via de regra, um caso de falta de sentido [*nonsense*], embora seu emprego inadequado possa gerar, como veremos, variedades muito especiais de “falta de sentido”. Em vez disso, é um caso que pertence a nosso último grupo — as expressões que se disfarçam [*masqueraders*]. Mas de modo algum esse tipo de proferimento se disfarça [*masquerade*] necessariamente de declarações de fato, sejam elas descritivas ou constatativas. Ainda assim, é muito comum que o faça — e isto é bastante curioso — ao assumir sua forma mais explícita. Acredito que os gramáticos ainda não se tenham dado conta desse “disfarce”, e os filósofos, na melhor das hipóteses, fizeram-no apenas incidentalmente. Será, pois, conveniente examinar esse tipo de proferimento — de início, sob tal forma enganosa — com o intuito de trazer à tona suas características através da comparação com as características das declarações de fato que ele imita. (AUSTIN, 1962, p. 4, tradução nossa)

Assim, Austin nos informa de que *o alvo preferencial de sua investigação serão aqueles proferimentos que não são produzidos com intenções declarativas, não obstante possam ser considerados declarações do ponto de vista estritamente gramatical*. Não se trata, portanto, de perscrutar aquilo que Wittgenstein chamara em seu *Tractatus* de enunciados da ciências empíricas, por um lado, e de enunciados da lógica, por outro, menos ainda de perscrutar os famigerados enunciados insensatos, e sim de adentrar um terreno até então pouquíssimo explorado e, por isso mesmo, pessimamente delimitado: o terreno das “expressões que se disfarçam” (seja de declarações ou outras categorias gramaticais), expressões que escaparam, no que tange a sua exata amplitude e natureza, tanto à taxonomia dos gramáticos quanto às reflexões dos filósofos. Verdade é, diz-nos Austin numa dessas “despretensiosas” notas de rodapé, que os juristas, mais do que ninguém, teriam tido as condições necessárias para suspender o véu dessas “estranhas

---

<sup>5</sup> “Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, e é por esse motivo que prefiro usar a palavra ‘constatativo’.” (AUSTIN, 1962, p.3, tradução nossa)

declarações”, mas que mesmo eles sucumbiram à tarefa, apegados “a sua própria ficção temerosa de que uma declaração ‘legislativa’ [*a statement of ‘the law’*] é uma declaração de fato [*a statement of fact*]” (AUSTIN, 1962, p. 4, tradução nossa).

Austin passa então a procurar por quatro exemplos de proferimentos que (1) não possam ser gramaticalmente classificados senão como declarações (2) tampouco possam ser filosoficamente considerados como pseudodeclarações. Satisfeitas essas condições, teríamos então, a princípio, apenas declarações “legítimas”. Outras duas condições, no entanto, são responsáveis por revelar o disfarce há pouco mencionado, a saber, (3) que as “declarações” em questão não sejam verdadeiras ou falsas e, por conseguinte, nada descrevam e (4) que consistam em ações que excedam o mero ato de dizer algo. Os exemplos encontrados são os seguintes:

(Ex. a) “Aceito (sc. essa mulher como minha legítima esposa)” — tal como proferido no decurso de uma cerimônia de casamento.

(Ex. b) “Batizo esse navio como Rainha Elizabeth” — tal como proferido quando se quebra uma garrafa contra o casco de um navio.

(Ex. c) “Lego [*give and bequath*] meu relógio a meu irmão” — tal como ocorre num testamento.

(Ex. d) “Aposto dez reais [*sixpence*] com você que vai chover amanhã.” (AUSTIN, 1962, p. 5, tradução nossa)

Aí estão, portanto, nossos quatro primeiros exemplos de proferimentos performativos: casar, batizar, legar e apostar<sup>6</sup>. Claramente, eles satisfazem as duas primeiras condições: são realmente declarações, e não pseudodeclarações. Mas e quanto às duas últimas? Segundo Austin:

Parece claro, nesses exemplos, que proferir tais frases (nas circunstâncias apropriadas) não é *descrever* o ato que eu teria realizado ao dizer o que eu disse nem é declarar que o estou realizando: é realizá-lo. Nenhum dos proferimentos citados acima é verdadeiro ou falso: considero essa afirmação tão óbvia que nem sequer pretendo justificá-la. De fato, ela não precisa de justificativa assim como a afirmação de que a interjeição “droga” [*damn*] não é verdadeira ou falsa também não precisa; pode ser que tal proferimento “sirva para informar”, mas essa é uma outra questão. (AUSTIN, 1962, p. 6, grifo do autor, tradução nossa)

---

<sup>6</sup> É importante destacar que nem todos os atos realizáveis ao dizer algo são realizáveis apenas dessa maneira: podemos fazer uma aposta, por exemplo, valendo-nos de uma máquina caça-níquel, sem que, portanto, tenhamos de dizer “Aposto que”. Voltaremos brevemente a esse ponto em nossa seção 1.3 *Por que abandonar a dicotomia performativo-constatativo?*

Para resumir, os proferimentos performativos: (a) não são verdadeiros ou falsos; logo (b) não descrevem estados de coisas; e, além disso, (c) consistem na *ação de fazer algo*, que — é preciso enfatizar — não equivale à *ação de dizer algo*. Com efeito:

Esses proferimentos têm, à primeira vista, a aparência — ou pelo menos a estrutura gramatical — de “declarações”; contudo, ao inspecioná-los mais de perto, podemos ver muito claramente que eles não são verdadeiros ou falsos. Tradicionalmente, no entanto, ser “verdadeiro” ou “falso” é a marca característica de uma declaração. (AUSTIN, 1962, p. 12, tradução nossa)

Por outro lado, claro está que as declarações, isto é, que os proferimentos constatativos: (a) são verdadeiros ou falsos; (b) em geral, descrevem estados de coisas (dizemos “em geral” porque declarações como “Está chovendo *ou* não está chovendo” e “Está chovendo *e* não está chovendo” são verdadeiras ou falsas em função de sua forma lógica, e não de uma adequação a estados de coisas); e (c) consistem tão somente na ação de dizer algo. Acresce, porém, como já vínhamos indicando, que os performativos são felizes ou infelizes e que os constatativos não o são. Mas afinal o que significa isso exatamente? *Grosso modo*, significa que para realizar um ato performativo particular é geralmente necessário que certas condições, que lhe são próprias, sejam satisfeitas. Como explica Austin:

Normalmente, proferir palavras é, de fato, um, ou mesmo *o*, acontecimento fundamental na realização de um ato (como apostar ou qualquer outro) cuja realização é também o objetivo do proferimento, mas está longe de ser com frequência, se é que alguma vez o é, a *única* coisa necessária para que se possa considerar o ato como tendo sido realizado. Falando de modo geral, é sempre necessário que as *circunstâncias* nas quais as palavras são proferidas sejam, de uma maneira ou de outra, *apropriadas*; e é muito comum que tanto o falante quanto outras pessoas *também* precisem realizar *outras* ações, quer sejam ações “físicas” ou “mentais” ou mesmo atos de proferir palavras adicionais. Assim, para batizar um navio, é essencial que eu seja a pessoa designada para fazê-lo; para casar-me (no cristianismo), é essencial que eu não seja casado com uma mulher que ainda está viva, que é *sã* ou da qual não me divorciei, assim por diante; para fazer uma aposta, é em geral necessário que esta seja aceita por meu interlocutor (que deve fazer algo, como dizer “Aceito”); e é muito improvável que o ato de presentear alguém se realize caso eu *diga* “Dou-lhe isto”, mas não faça a entrega do objeto. (AUSTIN, 1962, p. 8–9, grifo do autor, tradução nossa)

Ora, performativos, como já vimos, são ações, e ações, evidentemente, podem ser bem ou malsucedidas. Dito isso, Austin chama o sucesso e o fracasso próprios das ações convencionais, dentre as quais se incluem as ações verbais, respectivamente, de *felicidade* e *infelicidade* e, observando as razões que levam as ações convencionais, especialmente as ações verbais, ao fracasso completo ou parcial, descobre as seguintes condições de felicidade:

(A.1) Deve haver um procedimento convencional e aceito que tenha um certo efeito convencional, procedimento este que deve incluir o proferimento de certas palavras por certas pessoas e em certas circunstâncias; além disso,

(B.2) as pessoas e as circunstâncias particulares de cada caso devem ser apropriadas ao procedimento particular a ser invocado.

(B.1) O procedimento deve ser executado por todos os envolvidos de modo correto e (B.2) completo.

(Γ.1) Nos casos em que, como frequentemente ocorre, o procedimento destina-se ou a ser usado por pessoas que devem ter certos pensamentos ou sentimentos ou a desencadear um certo comportamento subsequente por parte de qualquer dos envolvidos, aquele que se envolve em tal procedimento e o invoca deve, de fato, ter tais pensamentos ou sentimentos e os envolvidos devem tencionar adotar o comportamento esperado e, além disso,

(Γ.2) devem realmente adotar o comportamento esperado posteriormente. (AUSTIN, 1962, p. 14–15, tradução nossa)

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre essas seis condições de felicidade, precisamos esclarecer alguns pontos. Em primeiro lugar, note o leitor que a segunda parte de A.1 destina-se a restringir a aplicação das condições de felicidade aos atos convencionais de caráter verbal. Sendo assim, se a ocultamos, as condições de felicidade deixam de se aplicar exclusivamente aos atos verbais e passam a se aplicar a todos os atos convencionais. Isso ocorre porque:

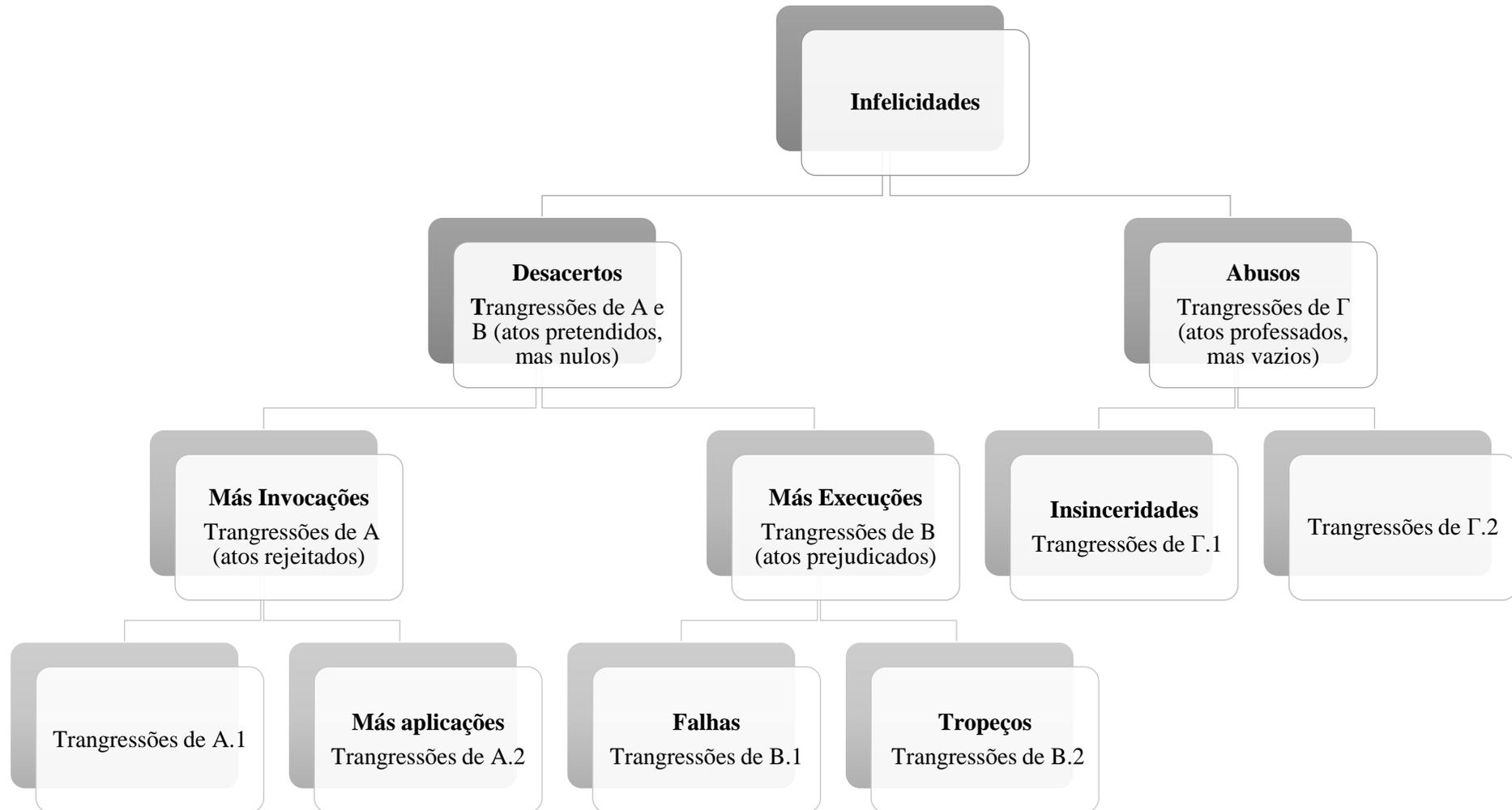
[...] a infelicidade é um mal ao qual estão sujeitos *todos* os atos que são substancialmente rituais ou cerimoniais, ao qual estão sujeitos todos os atos que são *convencionais* portanto [...]. Daí por que o mesmo tipo de regras deve ser observado em todos esses procedimentos convencionais. Para tanto, precisamos apenas omitir a referência especial ao proferimento verbal contida em A, o que é bem óbvio. (AUSTIN, 1962, p. 18–19, grifo do autor, tradução nossa)

Em segundo lugar, como a citação acima dá a entender, as condições A.1–Γ.2 são regras; logo suas insatisfações são também transgressões. Pensamos que aqui Austin acaba por incorrer numa imprecisão terminológica. John Searle, por exemplo, distingue claramente as condições para a realização bem-sucedida e não defeituosa dos atos de fala das regras que regem o emprego dos dispositivos indicadores de força ilocucionária, não obstante tais regras e condições estejam intrinsecamente relacionadas (cf. SEARLE, 1969). Tornaremos a falar dessa diferença entre os dois filósofos em nossa seção 2.3 *A teoria das condições de sucesso*. Por último, resta dizer que Austin reserva três conferências inteiras para tratar das infelicidades, que examina pormenorizadamente a fim de bem as caracterizar e também de explorar a vasta gama de dificuldades que elas suscitam. Não poderemos fazer algo semelhante nesta dissertação, mas tampouco poderemos deixar de fazer uma apresentação sumária de cada uma delas.

Segundo Austin, se as condições A.1–B.2 não são satisfeitas, o ato é apenas pretendido, mas não é realizado; em outras palavras, é *nulo* [*null and void*]. Já se o mesmo ocorre com as condições  $\Gamma.1$  e  $\Gamma.2$ , então o ato é apenas professado, mas não é cumprido; em outras palavras, é *vazio* [*hollow*]. Austin chama os atos nulos de *desacertos* [*misfires*] e os vazios de *abusos* [*abuses*]. Uma promessa insincera é um abuso; uma aposta feita após o fim da corrida de cavalos é um desacerto.

Os desacertos podem ser *más invocações* [*misinvocations*] ou *más execuções* [*misexecutions*]. São dois os casos de más invocações: (a) no primeiro (transgressões de A.1), invoca-se um ato sem que ele seja aceito ou convencionalmente reconhecido pelos envolvidos; (b) já no segundo (transgressões de A.2), o ato é aceito e convencionalmente reconhecido, mas ou não são invocadas as pessoas certas ou não são invocadas as circunstâncias certas para que ele seja realizado. As transgressões de A.1 são chamadas por Austin de *más aplicações* [*misapplications*], ao passo que as transgressões de A.2 carecem de um nome, por assim dizer, “oficial”. As más execuções, por sua vez, se subdividem em: (a) *falhas* [*flaws*] (transgressões de B.1), nas quais o ato invocado não é *corretamente* executado; e (b) *tropeços* [*hitches*] (transgressões de B.2), nos quais ele não é *completamente* executado.

Por fim, temos os abusos; estes ocorrem em duas situações: (a) quando não existem as intenções, os sentimentos e/ou os pensamentos requeridos pelo procedimento (transgressões de  $\Gamma.1$ ); ou (b) quando o comportamento requerido pelo procedimento não é adotado — às vezes, inclusive, contrariando-se uma intenção (transgressões de  $\Gamma.2$ ). As transgressões de  $\Gamma.1$  recebem o nome de *insinceridades* [*insincerities*], porém as transgressões de  $\Gamma.2$ , como as transgressões de A.1, não possuem um nome.



Três perguntas se tornam agora incontornáveis. Em primeiro lugar: *a classificação das infelicidades está completa?* Para fornecermos uma resposta, comecemos por salientar que, (1) na medida em que os performativos são ações, eles podem ser afetados pelas mesmas deficiências que afetam as ações em geral (podem, por exemplo, ser realizados por acidente), muito embora as ações em geral não sejam passíveis de infelicidades. Ademais, (2) qualquer performativo será, obviamente, infeliz se for emitido num contexto de não literalidade, como numa peça de teatro, num filme, num romance etc. Finalmente, (3) se o proferimento não for ouvido ou compreendido, ele decerto será infeliz (uma aposta que não é ouvida ou compreendida, por exemplo, não pode ser aceita e, portanto, efetivada). Estes três fatores — as deficiências que afetam as ações em geral, os contextos de não literalidade e a não audição ou a incompreensão do proferimento — não comparecem à classificação das infelicidades de Austin. Nem por isso, no entanto, devem ser ignorados.

Em segundo lugar: *as infelicidades se excluem reciprocamente?* A essa pergunta, Austin responde dizendo:

- (a) Não, no sentido de que podemos errar duplamente de uma só vez (podemos, por exemplo, ser insinceros ao prometermos a um burro dar-lhe uma cenoura).
- (b) Não — e isto é o mais importante —, no sentido de que as maneiras de errar “se transformam uma na outra” e “se sobrepõem”, de tal modo que a escolha entre elas termina por ser “arbitrária” de várias formas.

Suponhamos, por exemplo, que eu veja uma embarcação nas docas, caminhe até lá e, quebrando a garrafa presa à proa, proclame “Batizo esse navio de *Sr. Stalin*” e, ainda por cima, solte as amarras; o problema, no entanto, é que não fui a pessoa escolhida para batizar a embarcação (independentemente de o nome *Sr. Stalin* ter sido ou não escolhido para o batismo, o que é uma outra complicação; talvez, de certo modo, seria até pior se tivesse sido). (AUSTIN, 1962, p. 23, grifo do autor, tradução nossa)

Isso se torna ainda mais claro quando o filósofo utiliza os performativos escolher e ordenar para nos mostrar quão arbitrário pode ser escolher uma dentre várias infelicidades quando estas se sobrepõem. Tomemos o exemplo escolhido por ele para ilustrar essa arbitrariedade no que diz respeito ao ato de ordenar:

[...] numa ilha deserta, você pode me dizer “Vá procurar lenha”, e eu posso lhe dizer “Não recebo ordens suas” ou “Você não tem o direito de me dar ordens” — não recebo ordens suas enquanto você tenta “afirmar sua autoridade” (à qual posso me submeter ou não [*which I might fall in with but may not*]) numa ilha deserta [...]. (AUSTIN, 1962, p. 28)

Nesse caso, o ato de ordenar foi infeliz: (a) porque o procedimento não foi aceito (transgressão de A.1); (b) porque a pessoa que tentou dar a ordem, por não estar numa posição de autoridade, não era apropriada ao procedimento (transgressão de A.2); ou (c) porque o procedimento estava incompleto, uma vez que a pessoa que receberia a ordem não estabeleceu, por meio de um procedimento prévio, quer explícita ou implicitamente, o compromisso de obedecer à pessoa que tentou dar a ordem (transgressão de B.2)? Ora, todas essas possibilidades são igualmente plausíveis, de maneira que, do ponto de vista de Austin, não há como evitarmos uma certa arbitrariedade no momento mesmo de julgarmos em virtude de qual delas nosso ato foi infeliz. Que fazer então? Antes de mais nada, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o fato de que Austin formula tão somente *seis* condições de felicidade, condições estas que devem ser satisfeitas, em maior ou menor grau, por literalmente *milhares* de atos de fala. Pensamos que tamanha discrepância é justamente o que torna a trama de sua doutrina das infelicidades larga demais para capturar as particularidades de cada ato. Fato é que *um sem-número de quebra-cabeças semelhantes aos do batismo e da ordem pode se proliferar a partir de tal doutrina, sendo estes dois apenas algumas de suas variações*. Em nossa seção 2.3, teremos a oportunidade de ver, ainda que apenas de passagem, que uma das condições preparatórias para a realização bem-sucedida e não defeituosa do ato de ordenar, segundo Searle, consiste em que o falante esteja numa posição de autoridade relativamente ao ouvinte (cf. SEARLE, 1969). Sustentamos, assim, que *a abordagem searliana das infelicidades, por estabelecer as condições necessárias e suficientes para a realização bem-sucedida e não defeituosa de cada ato de fala considerado separadamente, elimina dificuldades como essas que apresentamos acima e que são naturalmente geradas pela doutrina das infelicidades de Austin*.

Em terceiro e último lugar — e agora deixaremos que o próprio Austin levante a questão, que é sem dúvida a mais importante das três:

[...] podemos perguntar — e aqui sou forçado a pôr algumas de minhas cartas na mesa: a noção de infelicidade se aplica a proferimentos *que são declarações*? Até agora, apresentamos as infelicidades como uma característica dos proferimentos *performativos*, que foram “definidos” (se assim podemos dizer) sobretudo através do contraste com as “declarações”, estas até então tidas como conhecidas. Por ora, terei de me limitar a dizer que uma das coisas que têm acontecido em filosofia recentemente é que muita atenção tem sido dada a “declarações” que, embora não sejam exatamente falsas nem sejam “contraditórias”, são, em todo caso, desconcertantes. Como exemplo, temos declarações que fazem referência a algo que não existe, como “O atual rei da França é calvo”. Podemos nos sentir tentados a assimilar esse caso à pretensão de legar algo que não se possui. Não haveria uma pressuposição de existência em ambos? Não seria uma declaração que faz referência a algo que não existe não propriamente uma declaração falsa, mas uma declaração nula [*void*]? E quanto mais consideramos uma declaração não como uma frase (ou uma proposição), e sim como um ato de fala (a partir do qual aquelas são construções lógicas), mais estamos estudando a coisa

toda como um ato. Existem semelhanças óbvias, por exemplo, entre uma mentira e uma falsa promessa. (AUSTIN, 1962, p. 20, grifo do autor, tradução nossa)

De fato, não seria o ato de declarar não o puro e simples ato *de* dizermos, por exemplo, “A Torre Eiffel tem 300 m de altura”, mas algo que fazemos *ao* dizermos isso? Mal acabamos de nos dar conta do problema e, como diz o próprio Austin (se bem que num outro contexto, é verdade), já “[...] sentimos [...] ruir, sob nossos pés, a sólida base de um preconceito.” (AUSTIN, 1990, p. 30).

*“Então ‘Eu declaro que...’ não é um proferimento performativo?”*

(J. L. Austin)

### 1.3 POR QUE ABANDONAR A DICOTOMIA PERFORMATIVO-CONSTATATIVO?

Uma declaração pode se relacionar com outras declarações de muitas maneiras, sendo que três delas são particularmente importantes para as reflexões de Austin: (a) as *implicações* [*implies*]; (b) as *implicações lógicas* [*entails*]; e (c) as *pressuposições*.

Se, por um lado, em se tratando das implicações lógicas, a negação do conseqüente implica a negação do antecedente (ex.: da implicação lógica “Se todos os homens enrubescem, então alguns homens enrubescem” podemos inferir que se não é o caso que alguns homens enrubescem, também não é o caso que todos os homens enrubescem), por outro, em se tratando das implicações, a negação do conseqüente não implica a negação do antecedente (ex.: se afirmo “O gato está sobre o tapete”, segue-se daí que acredito que o gato está sobre o tapete, contudo se não acredito que o gato está sobre o tapete, daí não se segue que o gato não esteja, de fato, sobre o tapete). Considere ainda o leitor que, de modo similar, a negação da pressuposição de uma declaração não pressupõe a negação da própria declaração (ex.: a declaração “Os filhos de John são calvos” pressupõe que John tenha filhos, mas a negação de que John tem filhos de modo algum pressupõe que os filhos de John não sejam calvos). O que tudo isso nos revela, no entanto? Ora, revela-nos que *os constativos estão sujeitos às infelicidades tanto quanto os performativos*, afinal enquanto a declaração “Todos os homens enrubescem, mas alguns homens não enrubescem” viola uma regra lógica — a saber, o princípio de não contradição —, a declaração “O gato está sobre o tapete”, quando feita por alguém que não acredita nisso, viola não uma regra lógica, mas  $\Gamma.1$  — é uma insinceridade —, bem como a declaração “Os filhos de John são calvos”, se John não tem filhos, viola A.1/A.2 — é uma má aplicação.

Portanto se queremos compreender as declarações em toda sua complexidade, precisamos dar um salto da lousa em que elas são reduzidas a meras fórmulas lógicas em direção ao contexto real de seu proferimento. E é assim, segundo Austin, que “podemos ir assimilando o proferimento supostamente constativo ao performativo” (AUSTIN, 1990, p. 56), o caráter especular da linguagem, digamos, à rede de práticas compartilhadas que por meio dela tecemos. De agora em diante ficará cada vez mais claro que não estamos *às vezes* declarando algo e *às vezes* fazendo algo com as palavras, mas que estamos *sempre*, quer estejamos declarando algo ou não, fazendo algo com as palavras.

Por fim, não podemos nos esquecer de que “ $p \wedge \neg p$ ” é semelhante a “Prometo, mas não devo fazer o prometido”, ou seja, assim como  $p$  implica logicamente  $\neg p$ , “Prometo...” implica com semelhante força que “Não é o caso que não devo...”. De fato, “Devo...” está para “Prometo...” do mesmo modo que o conseqüente está para o antecedente no que tange às implicações

lógicas: “Uma asserção nos compromete com outra asserção, e uma realização nos compromete com outra realização.” (AUSTIN, 1962, p. 51, tradução nossa)

Antes, porém, de avançarmos na derrubada do muro que há pouco nos esforçávamos por erguer entre performativos e constatativos, precisamos ampliar nosso aparato teórico, acrescentando-lhe três importantes conceitos da assim chamada teoria geral: (a) o conceito de *ato locucionário*, ou de ato *de* dizer algo; (b) o conceito de *ato ilocucionário*, ou de ato de fazer algo *ao* dizer algo; e (c) o conceito de *ato perlocucionário*, ou de ato de fazer algo *por* dizer algo. Dessa vez, entretanto, teremos de nos contentar com uma apresentação ainda mais sumária do que aquela da seção anterior, apresentação esta em que destacaremos de cada ato examinado não mais do que seus traços essenciais.

Consideremos então, a título de introdução, os relatos de locuções, ilocuções e perlocuções empregados pelo próprio Austin para distinguir os tipos de atos de que doravante nos ocuparemos:

(Ex. 1)

Ato (A) ou Locução

Ele me disse “Atire nela!”, querendo dizer com “atire” atirar e fazendo referência a ela através de “nela”.

Ato (B) ou Ilocução

Ele me incitou (aconselhou-me, ordenou-me etc.) a atirar nela.

Ato (C. *a*) ou Perlocução

Ele me persuadiu a atirar nela.

Ato (C. *b*)

Ele me levou a (ou me fez etc.) atirar nela.

(Ex. 2)

Ato (A) ou Locução

Ele me disse “Você não pode fazer isso”.

Ato (B) ou Ilocução

Ele protestou contra que eu o fizesse.

Ato (C. *a*) ou Perlocução

Ele me conteve, controlou-me.

Ato (C. *b*)

Ele me parou, trouxe-me de volta à razão etc.

Ele me irritou. (AUSTIN, 1962, p. 101–102, tradução nossa)

Com esses exemplos em mente, tentemos agora caracterizar os três tipos de atos em questão, a começar pelos atos locucionários. Cada um deles envolve outros três atos, a saber,

(1) o ato fonético (ou *phone*), (2) o ato fático (ou *pheme*) e (3) o ato rético (ou *rheme*). Em resumo: o ato fonético consiste em proferir certos sons, que podem ou não ser fonemas; o ato fático consiste em realizar um ato fonético em conformidade com um vocabulário e uma gramática, ou seja, consiste em proferir frases; e o ato rético consiste em realizar um ato fático, por via de regra, provido daquilo que Gottlob Frege chamou de *sentido* e *referência* (cf. FREGE, 2011). Daí por que o discurso direto relata atos fáticos (ex.: ele lhe disse: “vá embora”), ao passo que o discurso indireto relata atos réticos (ex.: ele o mandou ir embora). Vale notar ainda que ao se realizar um ato fático, necessariamente se realiza um ato fonético, mas que o inverso não é verdadeiro. Do mesmo modo, ao se realizar um ato rético, necessariamente se realiza um ato fático, mas ao se realizar um ato fático, não se realiza, necessariamente, um ato rético — tome o leitor como exemplo o fato de podermos “repetir as observações de outra pessoa, ou murmurar repetidamente alguma frase, ou [...] ler uma frase em latim sem saber o significado das palavras” (AUSTIN, 1962, p. 97, tradução nossa). Para concluir esse ponto, é preciso acrescentar apenas: que (a) um mesmo *pheme* (como *type*, e não como *token*)<sup>7</sup> pode ser proferido com diferentes referências, dando origem, assim, a *rhemes* distintos (ex.: a frase “A seleção brasileira de futebol ganhou a última Copa do Mundo” ao ser proferida em 1995 e 2003); e que (b) diferentes *phemes* (como *token*, e não como *type*) podem ser proferidos com uma mesma referência, originando, dessa maneira, *rhemes* equivalentes (ex.: as frases “Luís Inácio Lula da Silva foi o primeiro Presidente da República eleito pelo PT” e “Luíz Inácio Lula da Silva foi o primeiro Presidente da República eleito pelo Partido dos Trabalhadores”).

O ato locucionário é, pois, aquela dimensão do proferimento a que se liga uma referência por meio de um sentido, ou seja, é a dimensão do proferimento que contém o *significado*. Para compreender um proferimento, não basta, contudo, apreender-lhe o significado, afinal, como diz Austin:

Quando realizamos um ato locucionário, usamos a fala — mas de que forma precisamente a estamos usando? Pois há formas muito numerosas de usarmos a fala, e faz uma enorme diferença para nosso ato [...] de que forma e com qual *sentido* a estamos “usando” numa dada situação. Faz uma enorme diferença se estamos aconselhando, ou simplesmente sugerindo, ou na verdade ordenando; se estamos estritamente prometendo ou apenas anunciando uma vaga intenção e assim por diante. (AUSTIN, 1962, p. 99, grifo do autor, tradução nossa)

Por isso, precisamos também levar em conta o ato ilocucionário, que é a dimensão do proferimento que contém o que Austin chama de *força ilocucionária*, cuja função é justamente

<sup>7</sup> Isto é, como tipo genérico e abstrato, e não como ocorrência particular e concreta.

determinar como o ato locucionário deverá ser compreendido, se como um pedido, por exemplo, ou uma exigência etc. Por último, temos o ato perlocucionário, dimensão do proferimento que consiste em produzir “certos *efeitos* sobre os sentimentos, os pensamentos ou as ações dos ouvintes, do falante ou de outras pessoas” (AUSTIN, 1962, p. 101, grifo nosso, tradução nossa). Não nos devemos deixar surpreender, porém, com o fato de um ato poder incluir, em si mesmo, consequências de si próprio; o ato de matar um burro, por exemplo, pode muito bem ser visto como consequência do ato de disparar um revólver, que, por sua vez, pode muito bem ser visto como consequência do ato de puxar um gatilho e assim sucessivamente. Aqui, portanto:

A expressão “um ato” não é usada de modo algum para aludir apenas ao ato físico mínimo. O fato de podermos incluir no próprio ato uma gama indefinidamente extensa do que se poderia chamar de “consequências” do ato é, ou deveria ser, um ponto pacífico fundamental da teoria de nossa linguagem acerca de toda a “ação” em geral. (AUSTIN, 1990, p. 93)

Além disso, é importante observar que os efeitos perlocucionários podem ser produzidos por meios não verbais (como ao intimidar alguém apontando-lhe uma arma de fogo) e que igualmente os atos ilocucionários podem ser realizados de modo não verbal (como ao atirar um tomate em alguém em sinal de protesto), mas que enquanto os efeitos perlocucionários podem ainda ser produzidos por meios não convencionais, os atos ilocucionários não podem ser realizados senão de modo convencional. Logo é pela convencionalidade<sup>8</sup> que podemos distinguir de maneira mais decisiva os atos ilocucionários dos perlocucionários — “atos ilocucionários são atos convencionais; atos perlocucionários *não* o são” (AUSTIN, 1990, p. 103, grifo do autor).

Finalmente, há que se dizer ainda o seguinte: “[...] em geral, o ato locucionário, bem como o ato ilocucionário, é apenas uma *abstração*: todo ato de fala genuíno é as duas coisas [ao mesmo tempo]. (Isso é semelhante ao modo como os atos fático, rético etc. são meras *abstrações*.)” (AUSTIN, 1962, p. 146, grifo nosso, tradução nossa) Em nossa seção 2.2 *Ato rético v. ato proposicional*, veremos, no entanto, que o significado determina a força ilocucionária de tal maneira que não é possível abstrair o ato locucionário do ato ilocucionário, razão pela qual Searle é levado a substituir o ato locucionário de Austin, que consiste em proferir frases completas, por seu ato proposicional, que consiste em proferir tão somente certas partes de frases, a saber, expressões referenciais e predicativas. Fato é que, *não obstante os conceitos de ato locucionário e de ato ilocucionário sejam distintos, a classe dos atos locucionários e a classe*

---

<sup>8</sup> Falaremos mais sobre essa relação entre as convenções linguísticas e a teoria dos atos de fala em nossa seção 2.3.

*dos atos ilocucionários não são mutuamente excludentes, de modo que fundamentar a distinção entre os atos locucionário e ilocucionário, ou substituí-la por uma nova, foi mais um dos quebra-cabeças que o paradigma austiniano legou à posteridade.*

À luz do que acabamos de dizer nessa nossa digressão, voltemos agora à discussão sobre as declarações com que abrimos esta seção. As questões a que precisamos responder são as seguintes:

[...] seria correto dizer que quando declaramos algo:

(1) estamos fazendo algo e ao mesmo tempo dizendo algo, sem nos restringirmos ao simples ato de falar; e

(2) nosso proferimento pode ser feliz ou infeliz (assim como, se o quisermos, verdadeiro ou falso)? (AUSTIN, 1990, p. 111)

Ora, claramente (1) *declarar é um ato ilocucionário*, o que pode facilmente ser comprovado por observações como estas: (a) ao dizer que chovia, eu não estava apostando, ou argumentando, ou prevenindo, mas sim fazendo uma declaração; e (b) se digo “Ele não fez isso”, posso especificar que meu proferimento é uma declaração, e não, por exemplo, uma sugestão ou aposta, isto é, posso explicitar a força ilocucionária do que eu disse a fim de estabelecer que “Ele não fez isso” equivale a “Declaro que ele não fez isso”.

Ademais, (2) *os constatativos estão sujeitos a toda sorte de infelicidades*. Vejamos como elas podem afetá-los, a começar pelas infelicidades do tipo A, “em que ou não há uma convenção (ao menos não uma convenção aceita) ou as circunstâncias não são apropriadas para que ela seja invocada pelo falante” (AUSTIN, 1962, p. 136, tradução nossa). Como exemplo de constatativos que não satisfazem a condição de felicidade A.1, temos o proferimento, extraído do famoso artigo de Bertrand Russell, *On Denoting*, “O atual rei da França é calvo” (cf. RUSSEL, 1974), dado que não existe a convenção segundo a qual as declarações podem prescindir de referência (não por acaso muitas das declarações carentes de referência foram por vezes chamadas pelos filósofos de pseudodeclarações); já como exemplo de constatativos que não satisfazem a condição de felicidade A.2, temos o proferimento “Há cinquenta pessoas no cômodo ao lado”, já que a circunstância de estar num certo cômodo em geral impede que se saiba quantas pessoas estão num outro cômodo. As infelicidades do tipo B, por sua vez, consistem na realização incorreta (B.1) ou incompleta (B.2) de um ato de fala. No que tange aos constatativos, são exemplos de transgressões de B.1 e B.2, respectivamente, os casos em que se disse algo sem querer e em que a apreensão do proferimento, isto é, de seu significado bem como de sua força ilocucionária, não foi assegurada. Por fim, as infelicidades do tipo  $\Gamma$  se dão

quando o falante não possui os pensamentos, os sentimentos ou as intenções que o procedimento requer ( $\Gamma.1$ ) ou ainda quando ele não vem a se comportar em conformidade com o procedimento ( $\Gamma.2$ ). Logo se declaro algo em que não acredito, violo  $\Gamma.1$ , e se me contradigo, violo  $\Gamma.2$ .

Chegamos, assim, ao seguinte resultado, que gostaríamos de apresentar nas palavras do próprio Austin: “até em seus mínimos detalhes, declarar é realizar um ato ilocucionário, assim como também o são, por exemplo, advertir e proclamar” (AUSTIN, 1962, p. 133, tradução nossa); e (b) “as declarações estão sujeitas às mesmas infelicidades a que estão sujeitos os performativos” (AUSTIN, 1962, p. 135, tradução nossa). Em outras palavras, as duas pretensas marcas distintivas dos performativos igualmente se encontram nos constatativos; resta saber agora se o inverso também ocorre.

Ora, é óbvio que (1) *os performativos “consistem em fazer algo e também consistem, acessoriamente, em dizer algo”* (AUSTIN, 1990, p. 115); todavia (2) *“podemos ter a impressão de que, à diferença das declarações, eles não sejam essencialmente verdadeiros ou falsos”* (AUSTIN, 1990, p. 115). É, pois, no valor de verdade que acabamos por encontrar a última linha de defesa que deverá salvaguardar a distinção entre performativos e constatativos.

Assim, temos aqui uma nova dimensão de crítica da declaração realizada satisfatoriamente.

Mas agora devemos perguntar:

(1) se em muitos casos não cabe uma apreciação igualmente objetiva de outras expressões livres de infelicidades, expressões estas que parecem ser tipicamente performativas; e

(2) se nossa explicação das declarações não simplifica excessivamente as coisas. (AUSTIN, 1990, p. 116)

Em primeiro lugar, (1) *embora os performativos não sejam verdadeiros ou falsos, verdade é que eles se relacionam com os fatos tanto quanto os constatativos*<sup>9</sup>, que são verdadeiros quando correspondem aos fatos, e falsos quando não o fazem<sup>10</sup>. Tomemos como exemplos: (a) o ato de estimar, *não falsa ou verdadeiramente, mas correta ou incorretamente*, que são

<sup>9</sup> À letra, Austin nunca afirma em *How to Do Things with Words* que os performativos são verdadeiros ou falsos, mas sim que eles possuem “uma dimensão de correspondência com os fatos” (AUSTIN, 1962, p. 145, tradução nossa) e que tal correspondência pode ser avaliada como “correta” ou “incorreta” — “Não dizemos ‘verdadeiro’ em se tratando dos vereditivos, mas certamente nos fazemos a mesma pergunta [que nos faríamos em relação às declarações]; e adjetivos como ‘certo’, ‘errado’, ‘correto’ e ‘incorreto’ são igualmente empregados para avaliar as declarações.” (AUSTIN, 1962, p. 140, grifo nosso, tradução nossa) É possível interpretar, no entanto, que “a pesquisa cuidadosa de Austin mostra que certos performativos podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos (por exemplo, os avisos)” (SEARLE, 1968, p. 406, tradução nossa).

<sup>10</sup> Tautologias e contradições são exceções óbvias.

14h30min; (b) o ato de achar, correta ou incorretamente, que alguém é culpado; e (c) o ato de declarar [*pronounce*], correta ou incorretamente, que o atacante estava impedido. O mesmo, aliás, pode ser dito a respeito de diversos outros performativos, como inferir, argumentar, prevenir, aconselhar, elogiar, censurar, felicitar, nomear, designar, legar, apostar etc. Sendo assim, questiona Austin:

Podemos ter certeza de que declarar de modo verdadeiro [*stating truly*] é uma forma [*class*] de avaliação distinta de argumentar de modo fundamentado [*arguing soundly*], de aconselhar bem [*advising well*], de julgar de modo justo [*judging fairly*] e de culpar com razão [*blaming justifiably*]? De uma maneira complicada, *tudo isso não tem a ver com fatos?* (AUSTIN, 1962, p. 141, grifo nosso, tradução nossa)

Em segundo lugar, (2) *é comum que não possamos dizer se uma declaração é verdadeira ou falsa sem antes considerarmos seu contexto de proferimento, razão pela qual também as declarações podem ser avaliadas como corretas ou incorretas em vez de simplesmente como verdadeiras ou falsas (a declaração “A França é hexagonal”, por exemplo, talvez fosse considerada correta por um general, mas dificilmente o seria por um cartógrafo)*. Sem dúvida, “na vida real, ao contrário do que ocorre nas situações simplistas concebidas pela teoria lógica, não se pode responder sempre, de maneira simplificada, se uma declaração é verdadeira ou falsa” (AUSTIN, 1962, p. 142, tradução nossa). Por isso:

É essencial percebermos que “verdadeiro” e “falso”, assim como “livre” e “não livre”, não representam, de modo algum, algo simples, mas apenas uma dimensão geral de ser a coisa certa ou apropriada a dizer em certas circunstâncias, para certos ouvintes, tendo em vista certos propósitos e com certas intenções, em oposição a dizer a coisa errada. (AUSTIN, 1962, p. 144, tradução nossa)

Se declaramos, por exemplo, que a Terra é redonda, isso não é verdadeiro “em certa medida” ou correto “para certos fins”, ainda que saibamos que a superfície terrestre é totalmente irregular, não havendo definições matemáticas capazes de representá-la fielmente? Também aqui se demonstra válida, com efeito, a afirmação austiniana de que: “[...] devemos evitar a todo custo a simplificação excessiva, que poderia muito bem ser considerada a doença profissional dos filósofos se ela própria já não fosse a sua profissão” (AUSTIN, 1962, p. 38, tradução nossa).

Em suma, *tanto os performativos quanto os constatativos, portanto, (1) se relacionam com fatos e (2) podem ser avaliados com base nessa relação, bem como no contexto de seu proferimento, como “corretos” ou “incorretos”*.

Em geral, podemos dizer o seguinte: tanto com relação às declarações (e, por exemplo, às descrições) *quanto* com relação aos avisos etc., a questão de se o falante estava *certo* ao declarar, avisar, ou aconselhar (admitindo-se que ele, de fato, avisou e tinha o direito de fazê-lo; que ele, de fato, declarou ou aconselhou) pode surgir — não no sentido de se foi oportuno ou conveniente o que se disse, mas sim no sentido de se, com base nos fatos, no conhecimento que o falante tinha deles e nos propósitos com os quais ele falou, e assim por diante, o que se disse foi afinal de contas a coisa apropriada a dizer. (AUSTIN, 1962, p. 144, grifo do autor, tradução nossa)

Que resta então da dicotomia performativo-constatativo? Para nós, nada. Caso, porém, o leitor não se tenha deixado persuadir pela argumentação de nosso autor, pensamos que a seção 2.2 desta dissertação, quando teremos a oportunidade de examinar a distinção searlina entre força ilocucionária e conteúdo proposicional, poderá enfim romper a resistência remanescente no que tange ao valor de verdade como um critério de distinção eficiente entre performativos e constatativos. *Fato é que historicamente houve quem procurou conservar tal distinção (vide o caso de Benveniste) e que, por isso mesmo, a superação da dicotomia performativo-constatativo, apesar dos esforços de Austin, permaneceu sendo uma tarefa de certo modo inacabada, ou, para usarmos o termo que mais nos convém, um quebra-cabeça.*

Para concluir, claro está que Austin cometeu certos equívocos na teoria dos performativos cuja retificação constituiu um passo decisivo em direção à elaboração da teoria dos atos de fala. De fato, a distinção entre performativos e constatativos somente foi possível na medida em que o filósofo desconsiderou que declarar não consiste pura e simplesmente em dizer algo e que aconselhar — assim como estimar, apostar etc. —, mantém uma relação com fatos, ainda que esta não costume ser avaliada como verdadeira ou falsa. Além disso, Austin se valeu de “uma noção supersimplificada de correspondência com os fatos” (AUSTIN, 1990, p. 119) que o levou a almejar “um ideal do que seria acertado dizer em todas as circunstâncias, para quaisquer propósitos, para qualquer tipo de ouvinte etc.” (AUSTIN, 1990, p. 119–120). Nada disso, entretanto, é desejável do ponto de vista de uma teoria filosófica da língua comum, ainda que:

[...] em certos casos — talvez tomando fórmulas matemáticas em livros de física como exemplos de constatativos e a emissão de simples decretos [*executive orders*] ou a atribuição de nomes simples como exemplos de performativos — nos aproximemos na vida real de tais coisas. Foram exemplos dessa natureza, como “Peço desculpa” e “O gato está sobre o tapete”, ditos sem nenhuma razão aparente, casos marginais extremos, que deram origem à ideia de dois tipos distintos de proferimentos. (AUSTIN, 1962, p. 142, tradução nossa)

Mas essa ideia agora tem de ser abandonada. E é sobre o solo da derrocada da distinção entre proferimentos performativos e constatativos (teoria especial) que Austin edificará a

distinção entre proferimentos vereditivos, exercitativos, compromissivos, comportativos e expositivos (teoria geral).

*“O que precisamos fazer em relação ao caso de declarar e, igualmente, em relação aos casos de descrever e relatar é tirá-los um pouco de seu pedestal para percebermos que eles não são menos atos de fala do que todos os outros atos de fala sobre os quais temos falado e aos quais nos temos referido como performativos.”*

(J. L. Austin)

## 1.4 QUE TAL UM NOVO CRITÉRIO DE DISTINÇÃO?

Após “se dar conta” de que os constatativos possuem características que seriam típicas dos performativos e vice-versa, Austin ainda chega a “propor” dois novos critérios de distinção entre eles. Como foi muito bem resumido por Claudio Costa:

O principal critério gramatical encontrado por Austin para distinguir proferimentos performativos é que neles o verbo vem na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa (por exemplo: “Eu prometo voltar amanhã” [performativo explícito]), ou, se esse não for o caso, que o proferimento pode geralmente ser convertido num outro com o verbo flexionado de tal maneira. Assim, se encontramos uma tabuleta onde está escrito: “Previne-se que o touro é perigoso” [performativo primário], isso pode ser facilmente convertido em “Eu, João da Silva, previno que o touro é perigoso” [performativo explícito]. (COSTA, 2002, p. 45)

Todavia, como o próprio Austin explica ao final de sua *V Conferência*, até mesmo esses dois critérios padecem de graves deficiências, a saber: (a) há casos em que os verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa são usados para descrever comportamentos habituais<sup>11</sup> (ex.: “Aposto com ele (todas as manhã) dez reais como vai chover”); (b) há casos em que esses verbos são usados para descrever atos realizados num outro tempo ou lugar (ex.: “Na página 29, protesto contra o veredito”); (c) há casos em que esses verbos são usados para indicar uma ação subsequente, fenômeno que Austin chama de adequação da ação à palavra (como quando alguém diz “Cito” e então passa a citar realmente); (d) há casos em que esses verbos são usados para realizar simultaneamente proferimentos performativos e constatativos (o proferimento “Chamo de inflação o excesso de dinheiro em busca de bens escassos”, por exemplo, envolveria tanto um performativo quanto a descrição de um ato naturalmente consequente); (e) há performativos que não podem ser convertidos em fórmulas que contenham um verbo performativo conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa (não existe, por exemplo, a fórmula “Eu o insulto”, não obstante se possa insultar alguém dizendo-lhe algo); (f) alguns performativos são ambíguos quanto à natureza do ato de fala que está sendo realizado, o que torna difícil determinar qual verbo performativo deverá ser usado para realizar a conversão de frases (“Sinto muito”, por exemplo, seria equivalente a “Desculpe-me?”); e (g) o mais desconcertante: *do critério de conversão de frases decorre que os constatativos podem ser igualmente considerados performativos: a declaração “O gato está sobre o tapete”, por exemplo, pode muito bem ser convertida em “Declaro que o gato está sobre o tapete” ou “Afirmo que o gato está sobre o tapete”*

---

<sup>11</sup> E não, obviamente, para realizar atos de fala.

*etc.* Estas três últimas deficiências atingem aquilo que estamos chamando de “critério de conversão de frases”, ao passo que as demais atingem o que chamaremos de “critério de conjugação dos verbos performativos”, não obstante nenhuma dessas expressões tenha sido empregada por Austin. Note ainda o leitor que das deficiências (d), (e) e (g) segue-se, respectivamente, que nossos critérios (1) abarcam proferimentos que podem ser tanto performativos quanto constataativos, (2) não abarcam todos os proferimentos performativos e (3) abarcam proferimentos que claramente não são performativos.

Como já deve ter ficado claro a esta altura, Austin passa muito mais tempo desfazendo a distinção entre performativos e constataativos do que a formulando. Mas por que isso acontece? Em *John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem*, Ottoni argumenta que se já no ano de 1950, em *Truth*, Austin criticava o modo demasiado formal como habitualmente se concebem as noções de verdade e falsidade em filosofia, é bastante provável então que ele já tivesse em mente o ataque inexorável que desferiria contra os constataativos ao estabelecer, anos depois, a dicotomia performativo-constataativo. Isso nos leva a crer que a distinção entre performativos e constataativos e, sobretudo, seu subsequente abandono foram pensados por Austin como etapas de um projeto mais abrangente, que veio a ser, justamente, a formulação de sua teoria dos atos de fala, com a qual o filósofo procurou mostrar que *descrever já é agir*. De fato, se nos deixarmos guiar por Austin, percorreremos, em *How to Do Things with Words*, um caminho incontornável que se estende dos proferimentos performativos e constataativos até os proferimentos vereditivos, exercitativos, compromissivos, comportativos e expositivos — todos “redundantemente” performativos. Como observa Ottoni:

Um acontecimento fundamental no pensamento austiniano é o fato de que, após o abandono da distinção *performativo-constataativo*, ele continua a empregar o performativo para denominar toda “fala” humana. É neste momento que há uma tensão na sua argumentação, não há mais separação entre sujeito e objeto, não há mais volta, não há mais possibilidade de acordo com seus antecessores, e opositores, que analisam a linguagem através somente de certas marcas linguísticas. Esta atitude, da grande maioria dos estudiosos da linguagem, se reflete de maneira estanque na análise dos atos de fala, do *ilocucionário* e do *performativo* enquanto teorias independentes. Há uma relação entres estes três conceitos no interior da sua argumentação; mas não se pode dizer que há de fato uma relação de complementariedade no sentido de um estar ligado ao outro de modo linear, ou de um se definir pelo outro. O que há é um desdobramento destes conceitos no interior da sua argumentação. (OTTONI, 2002, p. 126–127, grifo do autor)

Em outras palavras, o acontecimento fundamental a que se refere Ottoni é a radicalização do caráter performativo da fala, uma vez que o abandono da distinção entre performativos e constataativos não leva Austin a abandonar o conceito mesmo de performatividade, mas sim a

ampliar seu escopo de aplicação. Concordamos em tudo com a interpretação feita por Ottoni de que “Austin utiliza-se de enunciados performativos da linguagem ordinária para *argumentar*, para *elaborar uma nova visão de linguagem*” (OTTONI, 2002, p. 131, grifo nosso). Temos como hipótese que é para demonstrar que todo proferimento possui uma dimensão ilocucionária (de realizar certos atos) e outra locucionária (de dizer certas palavras) que Austin pressupõe a existência de proferimentos performativos em oposição a proferimentos constatativos; toda sua argumentação seria, portanto, uma *reductio ad absurdum*, razão pela qual a teoria dos performativos deveria ser compreendida à luz da teoria dos atos de fala, e esta, à luz daquela. De fato, mesmo após abandonar a teoria dos performativos, na qualidade de uma distinção entre performativos e constatativos, Austin continua a falar em “performativos explícitos”, em “performativos primários”, em “verbos performativos” etc., ou seja, ele continua a trabalhar com a ideia de performatividade no interior da teoria dos atos de fala, cuja constatação basilar é que não há distinção possível entre proferimentos performativos e constatativos. Diz ele:

Em geral, e para todos os proferimentos que já consideramos (exceto, talvez, em relação às exclamações [*swearing*]), notamos o seguinte:

(1) dimensão de felicidade/infelicidade;

(1a) uma força ilocucionária;

(2) dimensão de verdade/falsidade;

(2a) um significado locucionário (sentido e referência). (AUSTIN, 1990, p. 121)

Fato é que também Searle procura manter a noção de performativo na teoria dos atos de fala; para ele, porém: “[...] os únicos performativos são os que Austin chamou de ‘performativos explícitos’. Portanto embora todo proferimento consista, de fato, na realização [de uma ação], apenas uma classe restrita [de proferimentos] é *performativa*.” (SEARLE, 1989, p. 536, grifo do autor, tradução nossa) Note, contudo, o leitor que, a despeito de eventuais diferenças terminológicas, Searle em nenhum momento perde de vista a razão mesma de ser da transição da teoria dos performativos para a teoria dos atos de fala, a saber, o fato de que “todo proferimento consiste na realização de uma ação”. Como o próprio Searle escreve em *A taxonomy of illocutionary acts*:

A distinção original entre constatativos e performativos pretendia ser uma distinção entre proferimentos que consistem em dizer (constatativos, enunciados, asserções etc.) e proferimentos que consistem em fazer (promessas, apostas, advertências etc.). [...] O principal tema da obra madura de Austin, *How to Do Things with Words*, é a falência dessa distinção. Assim como dizer certas coisas é casar-se (um “performativo”) e dizer certas coisas é fazer uma promessa (outro “performativo”), dizer certas coisas é fazer um enunciado. Como Austin percebeu, mas muitos filósofos ainda não

conseguem perceber, os casos são exatamente paralelos. Fazer uma declaração é realizar um ato ilocucionário tanto quanto fazer uma promessa, uma aposta, uma advertência ou qualquer coisa assim. *Todo proferimento consistirá em realizar um ou mais atos ilocucionários.* (SEARLE, 1979, grifo nosso, tradução nossa)

*Como exatamente se poderia incorporar os performativos à teoria dos atos de fala é, em todo caso, uma pergunta cuja resposta não se pode extrair com clareza da obra de Austin. Voltaremos a isso em nossa seção 2.5 De volta aos performativos quando examinarmos a solução proposta por Searle para tal quebra-cabeça.*

Dito isso, sentimos a necessidade de lembrar aqui, para bem fixarmos a posição a partir da qual lançamos nosso olhar em direção à dicotomia performativo-constatativo em sua relação com a teoria dos atos de fala, algumas palavras de um importante filósofo do século XIX:

Tudo o que nos rodeia pode ser considerado como um exemplo do dialético. Sabemos que todo o finito, em lugar de ser algo firme e último, é antes variável e passageiro; e não é por outra coisa senão pela dialética do finito que ele, enquanto é em si o Outro de si mesmo, é levado também para além do que ele é imediatamente, e converte-se em seu oposto. (HEGEL, 1995, p. 165)

Há, para nós, uma negação entre dicotomia performativo-constatativo e a teoria dos atos de fala, mas essa negação é tanto o que as separa quanto o que as liga, de maneira que ambas devem ser pensadas conjuntamente, *nessa negação*. Somos, por esse motivo, levados a reiterar a crítica que Ottoni faz a Benveniste; segundo ele: “[...] Benveniste fica no nível do enunciado, ‘do linguístico’, e não faz referência ao *processo* de elaboração da performatividade no interior da argumentação de Austin; sua abordagem se utiliza da performatividade de maneira *estranha*.” (OTTONI, 2002, p. 131) Ora, é preciso que nos atentemos ao fato de que há, na argumentação de Austin, “uma ordem que não aparece por acaso” (OTTONI, 2002, p. 133): “Há o *performativo*, que é o fenômeno central, seguido de um desdobramento através do *ilocucionário* e, finalmente, do *ato de fala total* como algo a ser desvendado.” (OTTONI, 2002, p. 133, grifo do autor) Vejamos, contudo, o que o próprio Benveniste diz, ainda nos momentos iniciais de sua reflexão, enquanto se prepara para insistir na distinção, já rejeitada por Austin, entre performativos e constatativos:

Conservamos desse artigo [*Performatif–Constatif*] os pontos mais salientes no raciocínio e, na demonstração, os argumentos que tocam os fatos propriamente linguísticos. *Não examinaremos, assim, as considerações sobre os “azares” lógicos que podem atingir e tornar inoperantes ambos os tipos de enunciados, nem a conclusão a que elas levam Austin.* (BENVENISTE, 1976, p. 298, grifo nosso)

Um caminho sem o seu destino — eis o que Benveniste procura em Austin. Ou melhor: Benveniste procura um trecho do caminho feito por Austin que se encontre com o seu próprio — e isso é tudo. Um parágrafo antes, no entanto, a conclusão propositadamente ignorada de Austin — ponto nevrálgico de toda sua argumentação, porquanto é o liame entre suas duas teorias — é protocolarmente citada pelo próprio Benveniste: “temos necessidade talvez de uma teoria mais geral desses atos de discurso e, nessa teoria, a nossa antítese — Constatativo-Performativo — encontrará dificuldades para sobreviver” (1976, p. 298 apud AUSTIN, 1962). Assim, tendo prontamente descartado o principal, Benveniste se limita então a pinçar do pensamento austiniano as noções de performativo e constatativo a fim de as depositar em seu próprio pensamento, ambiente acolhedor em que elas poderão agora se refugiar de todas as incômodas considerações que não sejam estritamente linguísticas e formais. Sobre isso, Ottoni observa que:

O artigo apresentado por Austin em Royaumont é uma cuidadosa e engenhosa argumentação para demonstrar justamente o que Benveniste não acha razão para que aconteça: que é necessário desfazer a distinção Performativo/Constatativo; ou seja, ele não percebe que o abandono desta distinção, a “*sea-change*” (passagem ou transição radical), significa uma mudança de eixo e não de grau. *Os fatos linguísticos escolhidos e analisados por Austin são parte integrante de sua argumentação e não podem ser deslocados e destacados isoladamente.* (OTTONI, 1990, p. 53, grifo nosso)

Outras críticas poderiam ainda ser feitas ao *modus operandi* empregado por Benveniste para se apropriar da obra de Austin; poderíamos, por exemplo, explorar um pouco mais o fato de que, não obstante a argumentação de Austin em *Performative-Constatative* consista, sobretudo, em mostrar que os constatativos podem ser felizes ou infelizes, como os performativos, e que os performativos se relacionam com fatos, como os constatativos, Benveniste não escreve nem sequer uma linha sobre nada disso, recusando-se veementemente a dar um passo que seja além dos estritos limites linguísticos e formais do estudo da linguagem, sob pena, afirma ele, de colocar em risco “o próprio objeto da filosofia analítica” (BENVENISTE, 1976, p. 305). Acreditamos, porém, que já cumprimos nosso objetivo de iluminar para o leitor aquele detalhe fulcral da filosofia da linguagem de Austin que foi tão bem sintetizado por Kanavillil Rajogopalan:

O conceito de “ato ilocucionário” emergiu das cinzas que sobraram da queima que Austin provocou, ao longo de suas doze palestras na Universidade de Havard em 1955, da distinção entre “enunciado constatativo” e “enunciado performativo”, distinção esta que era, como se sabe, de sua própria autoria e tinha sido trabalhada e

patrocinada com tanto carinho nas primeiras palestras da referida série. O que não tem sido, a meu ver, suficientemente apreciado pelos comentaristas de Austin com respeito a essa guinada drástica é que *ela faz parte de uma estratégia de argumentação muito bem planejada* com todos os detalhes pelo filósofo inglês. Ou seja, *quando propôs a distinção “constatativo” v. “performativo”, Austin já sabia muito bem que estava construindo algo para ser derrubado em momento oportuno* — isto é, com a data e a hora marcadas para sua derrubada. (RAJOGOPALAN, 1989, p. 523, grifo nosso)

Com a intenção de tematizarmos o *ponto crítico* do pensamento austiniano, dissemos, no início desta *Parte I*, que Austin é autor de duas teorias, mas tendo chegado a seu fim, o que percebemos agora é que isso pode nos levar a hipostasiar o movimento argumentativo de Austin em dois momentos teóricos, comprometendo uma vez mais, por assim dizer, o seu *vir a ser essencial*. Verdade é que não há em *How to Do Things with Words* propriamente uma teoria ao lado de outra, mas sim uma *teorização em curso*. Por um lado, Austin jamais apresentou, em qualquer de suas obras, a teoria dos performativos sem criticá-la e, por outro, também não chegou a considerar a própria teoria dos atos de fala como acabada: “Não estou, de modo algum, propondo algo definitivo.” (AUSTIN, 1990, p. 123–124), eis o que ele nos diz logo após fazer uma breve apresentação de sua classificação das forças ilocucionárias, *classificação esta que constitui um importante quebra-cabeça e à qual voltaremos em nossa seção 2.4 Uma nova taxonomia dos atos de fala*. Como, aliás, disse Searle mais de 40 anos após as Conferências William James: “A noção de performativo é uma daquelas com as quais os filósofos e linguistas estão tão confortáveis que se tem a impressão de que alguém deve ter uma teoria satisfatória. Mas eu não vejo tal teoria [...]” (SEARLE, 1989, p. 535, tradução nossa) Atrevemo-nos a dizer que tampouco Austin a via. Daí por que, para nós, o que há em *How to Do Things with Words*, no fundo, é isto: Austin partindo de um ponto para chegar a outro — e talvez esticando um pouco o braço para passar o bastão a quem for capaz de apanhá-lo.

## **PARTE II: SEARLE E OS QUEBRA-CABEÇAS**

*“O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. Aqueles que não desejam ou não são capazes de acomodar seu trabalho a ele têm que proceder isoladamente ou unir-se a algum grupo. Historicamente, tais pessoas têm frequentemente permanecido em departamentos de Filosofia, dos quais têm brotado tantas ciências especiais.”*

(T. S. Kuhn)

## 2.1 O QUE MUDOU?

Antes de distinguir os vereditivos, exercitivos, compromissivos, comportativos e expositivos, Austin distinguiu três tipos de atos de fala mais gerais, que são os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Assim o fez porque aqueles cinco primeiros são atos ilocucionários, o que significa que eles são atos de fazer algo *ao* dizer algo (ilocuções), e não apenas atos *de* dizer algo (locuções) ou mesmo atos de fazer algo *por* dizer algo (perlocuções). Ambas as distinções, no entanto, passam por uma importante reformulação nas mãos de Searle, que substituiu os vereditivos, exercitivos, comportativos e expositivos de Austin por seus assertivos, diretivos, expressivos e declarativos, bem como substituiu os atos locucionários pelos atos perlocucionários e proposicionais. Searle também elabora uma teoria das condições de sucesso (que juntamente com sua teoria das condições de satisfação assemelha-se àquilo que Austin costumava chamar de doutrina das infelicidades) constituída por regras e condições de conteúdo proposicional, preparatórias, de sinceridade e essenciais no lugar das regras/condição A.1–Γ.2.

Numa ordem um pouco diferente, as três primeiras seções desta *Parte II* serão dedicadas ao exame dessas alterações na teoria geral de Austin, alterações que, segundo nossa interpretação, fazem parte das soluções propostas por Searle para alguns dos mais importantes quebra-cabeças remanescentes do paradigma austiniano. Já em nossa última seção, abordaremos os desdobramentos na obra de Searle da assim chamada teoria especial, desdobramentos estes que se encontram sobretudo em seu artigo *How Performatives Work*.

Por fim, é preciso sublinhar que as contribuições de Searle para a teoria geral estão espalhadas por inúmeros textos, de maneira que teremos de limitar esta nossa breve investigação aos três primeiros capítulos de seu livro *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* e a seus artigos *Austin on Locutionary and Illocutionary Acts* e *A Taxonomy of Illocutionary Acts*.

*“Podemos muito bem estimar que a teoria do ‘significado’ como equivalente a ‘sentido e referência’ precisará de alguma depuração e reformulação no que diz respeito à distinção entre os atos locucionários e ilocucionários (se essa distinção for fundamentada: aqui ela permanece apenas esboçada). Admito que não foi feito o suficiente aqui: vali-me do antigo ‘sentido e referência’ com base nos pontos de vista correntes; também enfatizaria que omiti qualquer consideração direta à força ilocucionária das declarações.”*

(J. L. Austin)

## 2.2 ATO RÉTICO V. ATO PROPOSICIONAL

Na *Parte I* desta dissertação, mostramos que Austin se esforça por substituir sua distinção preliminar entre proferimentos constatativos e performativos por sua nova distinção entre atos locucionários e ilocucionários e agora, nesta primeira seção da *Parte II*, gostaríamos de nos debruçar sobre as razões que levam Searle a substituir esta última distinção de Austin por sua própria distinção entre atos proposicionais e ilocucionários. Logo nas primeiras linhas de seu artigo *Austin on Locutionary and Illocutionary Acts*, Searle observa que:

Ao investigar a noção austiniana de *ato ilocucionário*, achei sua noção correspondente de *ato locucionário* extremamente contraproducente e fui forçado a adotar uma distinção bastante diferente entre atos ilocucionários e proposicionais. Penso que essa diferença ultrapassa o que seria uma mera preferência taxonômica para, no fim, alcançar importantes problemas filosóficos — problemas como a natureza das declarações, o modo como a verdade e a falsidade se relacionam com elas e a maneira pela qual o que as frases significam [*what sentences mean*] se relaciona com que os falantes querem dizer [*what speakers mean*] quando eles as proferem. (SEARLE, 1968, p. 405, grifo do autor, tradução nossa)

Lembremo-nos de que a distinção entre atos locucionários e ilocucionários só é possível devido à distinção mais fundamental entre *significado* — que para Austin abarca *tão somente* sentido e referência — e *força ilocucionária*. Realizar um ato locucionário consistiria em proferir uma frase *apenas* com significado, ao passo que realizar um ato ilocucionário consistiria em proferir uma frase com significado *mas também* com uma força ilocucionária. Assim, poderíamos abstrair o ato locucionário do ato ilocucionário porque, aparentemente, poderíamos abstrair o significado da força ilocucionária, não obstante Austin enfatize que “realizar um ato locucionário é, em geral e *eo ipso*, realizar também um ato ilocucionário” (AUSTIN, 1962, p. 98, tradução nossa).

Perante tão drástico apartamento entre significado e força ilocucionária, parecer-nos-ia lícito afirmar então que um mesmo tipo [*type*] de ato locucionário poderia ser empregado na realização de vários tipos diferentes de atos ilocucionários, isto é, que ao mesmo significado poder-se-iam “acoplar”, por assim dizer, diferentes forças ilocucionárias. Supondo, por exemplo, que a frase “Vou fazê-lo”, que possui um só sentido, possuísse a mesma referência em diferentes ocorrências [*tokens*] sérias (como opostas a teatrais, poéticas etc.) e literais (como opostas a metafóricas, sarcásticas etc.), tal frase teria então o mesmo significado em todas essas ocorrências e, ainda assim, poderia ser proferida com diferentes forças ilocucionárias, como a força de uma promessa, de uma predição, de uma ameaça, de um aviso, de uma declaração de intenção etc. Para resumir: “Proferimentos que foram diferentes ocorrências do mesmo tipo de

ato locucionário poderiam ser ocorrências de diferentes tipos de atos ilocucionários.” (SEARLE, 1968, p. 407, tradução nossa) Consideremos, porém, a frase ligeiramente diferente “*Prometo que vou fazê-lo*” ao ser proferida séria e literalmente. Não é óbvio que a força ilocucionária de seu proferimento (ou ao menos uma delas, a saber, a força de uma promessa) já foi determinada por seu próprio significado? Ora, em todas as ocorrências sérias e literais da frase “*Prometo que vou fazê-lo*”, uma promessa é feita<sup>12</sup>, pois, em casos como esse, *o significado e a força ilocucionária estão muito mais intrinsecamente ligados do que Austin poderia imaginar.*

Proferir uma frase com significado, Austin nos diz, é realizar um ato locucionário; proferir uma frase com uma força é realizar um ato ilocucionário; mas quando a força é parte do significado, quando um significado inequivocamente determina uma força particular, não há então dois atos diferentes, mas sim dois diferentes rótulos para o mesmo ato. Austin afirma que cada um desses atos é uma abstração do ato de fala total, mas a dificuldade é que para um grande número de casos — certamente para todos aqueles que envolvem o uso performativo de verbos ilocucionários — não há nenhuma maneira de abstrair o ato locucionário sem levar de brinde um ato ilocucionário junto. Abstrair o significado de um proferimento necessariamente abstrairá uma força ilocucionária quando tal força estiver contida no significado em questão. (SEARLE, 1968, p. 407—408, tradução nossa)

Detenhamo-nos nesse ponto. Depreende-se da obra de Austin que o ato de dizer “*Vou fazê-lo*” seria um ato locucionário, ao passo que o ato de prometer que vou fazê-lo seria um ato ilocucionário. Mas qual seria a diferença entre o ato de dizer “*Prometo que vou fazê-lo*” e o ato de prometer que vou fazê-lo? Absolutamente nenhuma. “Para casos como os que envolvem o uso performativo de verbos ilocucionários, a tentativa de *abstrair* o significado locucionário da força ilocucionária seria como tentar abstrair adultos não casados [*unmarried men*] de solteiros [*bachelors*].” (SEARLE, 1968, p. 408, grifo do autor, tradução nossa) *A princípio, parece haver, portanto, uma interseção entre a classe dos atos locucionários e a classe dos atos ilocucionários, o que, para Searle, já seria suficiente para comprometer a generalidade da distinção austiniana entre atos locucionários e ilocucionários. Segundo ele:*

[...] a primeira dificuldade que encontramos em relação à distinção feita por Austin é que, ao que parece, ela não poder ser completamente geral, no sentido de delimitar duas classes mutuamente excludentes de atos, pois, para pelo menos algumas frases, o significado, na acepção empregada por Austin, determina ao menos uma das forças ilocucionárias de seu proferimento. (SEARLE, 1968, p. 407, tradução nossa)

---

<sup>12</sup> Contudo, é claro, que as condições necessárias e suficientes para a realização bem-sucedida e não defeituosa do ato de prometer sejam satisfeitas. Falaremos mais a respeito dessas condições em nossa próxima seção.

Mas tal dificuldade atingiria realmente apenas algumas frases? Voltemos a nosso primeiro exemplo: “Vou fazê-lo”. Dissemos que o proferimento sério e literal dessa frase poderia ser uma promessa, uma predição, uma ameaça, um aviso, uma declaração de intenção etc. Mas poderia ser também um cumprimento ou uma ordem ou um convite? A resposta óbvia é *não*. Daí Searle argumentar que o verbo “dizer” no relato de um ato rético como “Ele me *disse* que iria fazê-lo” é um verbo ilocucionário tanto quanto os verbos “prometer”, “predizer”, “ameaçar” etc. no relato de um ato ilocucionário como “Ele me *prometeu* que iria fazê-lo”, com a diferença de que aquele é um *gênero*, enquanto estes são *espécies*. Logo o significado de uma frase proferida séria e literalmente, mesmo quando não determina, por si só, uma espécie de força ilocucionária, determina, ao menos, um gênero de força ilocucionária e, com isso, toda uma gama de forças ilocucionárias possíveis, razão pela qual também aqui não vemos como poderíamos apartar o ato locucionário “Vou fazê-lo” dos atos ilocucionários possíveis de prometer, predizer, ameaçar etc. que vou fazê-lo.<sup>13</sup> Similarmente:

[...] há diferentes espécies do gênero dizer a alguém para fazer algo [*telling someone to do something*] — por exemplo: ordenar, pedir, mandar [*ordering, requesting, commanding*] — mas “dizer a... para...” [*tell... to...*] é um verbo ilocucionário tanto quanto esses outros, e um pouco de reflexão mostrará que ele satisfaz os critérios de Austin para verbos ilocucionários. (SEARLE, 1968, p. 411—412, tradução nossa)

Ao contrário do que inicialmente nos pareceu, não há, pois, nenhum aspecto sob o qual a frase “Vou fazê-lo”, ao ser proferida séria e literalmente, possa ser considerada *neutra* em se tratando da força ilocucionária. De fato, de acordo com Searle: “Toda frase possui alguma força ilocucionária potencial, nem que seja de um tipo muito geral, incrustada em seu significado.” (SEARLE, 1968, p. 412, tradução nossa) Aqui Searle argutamente nota que o próprio Austin emprega verbos ilocucionários muitos gerais como “dizer” [*say, tell*] e “perguntar” [*ask*] em relatos de atos réticos com o intuito de contrastá-los com os atos fáticos<sup>14</sup>, ambos componentes do ato locucionário juntamente com o ato fonético, como o leitor deve se lembrar. Descobrimos assim:

<sup>13</sup> Isso ocorre porque as forças ilocucionárias variam numa gradação de especificidade. Acerca de tal gradação, bem como das consequências de sua inobservância por parte de Austin, cf. SEARLE, 1968, p. 416–417.

<sup>14</sup> “Ele me disse ‘O gato está sobre o tapete’” relata um ato fático, enquanto “Ele me disse que o gato está sobre o tapete” relata um ato rético. Um contraste semelhante pode ser ilustrado pelos seguintes pares [de relatos]:

“Ele me disse ‘Estarei lá’”, “Ele me *disse* [*said*] que estaria lá”;

“Ele disse ‘Saia’”, “Ele me *disse* [*told*] para sair”;

“Ele me disse ‘É em Oxford ou em Cambridge?’”, “Ele me *perguntou* [*asked*] se era em Oxford ou em Cambridge”. (AUSTIN, 1962, p. 95, grifo nosso, tradução nossa)

[...] que, ao caracterizar os atos réticos, Austin inadvertidamente acabou caracterizando-os como atos ilocucionários. Além disso, não há nenhuma forma de fornecer [...] um relato de um ato rético (realizado no proferimento de uma frase completa) que não seja, ao mesmo tempo, um relato de um ato ilocucionário. (SEARLE, 1968, p. 412, tradução nossa)

Nada mais natural, já que o ato rético é precisamente aquela dimensão do ato locucionário que contém o sentido e a referência e que, sendo assim, contém o próprio significado; e o significado, como tentamos demonstrar, é afinal de contas o que determina a força ilocucionária, ainda que a força em questão não seja uma espécie de força, mas tão somente um gênero de força. Em outras palavras, *todo ato locucionário é um ato ilocucionário pura e simplesmente porque todo ato rético é um ato ilocucionário*. No começo, com efeito:

[...] concluímos, provisoriamente, que *alguns* elementos da classe dos atos locucionários eram também elementos da classe dos atos ilocucionários. Mas agora ficou claro que *todos* os elementos da classe dos atos locucionários (realizados no proferimento de frases completas) são igualmente elementos da classe dos atos ilocucionários, porque todo ato rético — e, conseqüentemente, todo ato locucionário — é um ato ilocucionário. Os conceitos de ato *locucionário* e ato *ilocucionário* são, de fato, diferentes, do mesmo modo que os conceitos de *terrier* e *cachorro* são diferentes. Mas essa diferença conceitual não é suficiente para estabelecer uma distinção entre classes isoladas de atos, pois, assim como todo *terrier* é um cachorro, todo ato locucionário é um ato ilocucionário. Uma vez que o ato rético envolve o proferimento de uma frase com significado e que tal frase invariavelmente contém, como parte de seu significado, algum indicador de força ilocucionária, nenhum proferimento de uma frase com significado é completamente neutro no que se refere à força ilocucionária. Todo proferimento sério e literal contém alguns indicadores de força como parte do significado [da frase proferida], o que significa que todo ato rético é um ato ilocucionário. (SEARLE, 1968, p. 413, grifo do autor, tradução nossa)

*Dado então o caráter intrínseco da relação entre significado e força ilocucionária, nada resta a fazer senão descartar aquela dimensão do ato locucionário que supostamente conteria o significado, mas não a força ilocucionária: o ato rético. Ao fazê-lo, contudo, terminaremos inevitavelmente por descartar o próprio ato locucionário. Conclui-se, assim, que tudo o que podemos salvar do ato locucionário são os atos fático e fonético.* Como diz Searle:

[...] na caracterização que Austin nos forneceu de atos locucionários em oposição a atos ilocucionários, não há (no proferimento de frases completas) nenhum ato rético em oposição a atos ilocucionários. Há, de fato, atos fonéticos de proferir certos sons, atos fáticos de proferir certos vocábulos ou palavras (além de frases) e atos ilocucionários, como os atos de fazer declarações e perguntas ou dar ordens, mas não parece que haja, ou que possa haver, atos de usar esses vocábulos em frases com sentido e referência que já não sejam (ao menos potencialmente) atos ilocucionários. (SEARLE, 1968, p. 412, tradução nossa)

Seja como for, ainda é preciso distinguir, *no interior mesmo do significado*, a força ilocucionária da referência e — parte importante do significado que Austin não menciona — da *predicação*, afinal falar é, em geral, falar a respeito de algo ou de alguém *alguma coisa*. Recorrendo aos exemplos utilizados por Searle em seu livro *Speech Acts*, imaginemos então que, nas circunstâncias apropriadas, sejam proferidas a seguintes frases:

- 1 — Sam fuma rotineiramente.
- 2 — Sam fuma rotineiramente?
- 3 — Fume rotineiramente, Sam!
- 4 — Quem dera Sam fumasse rotineiramente.

Searle observa que, em todos esses proferimentos, teríamos a mesma *referência* e a mesma *predicação*<sup>15</sup>, mas não o mesmo *ato de fala completo*, porquanto: (a) o primeiro seria uma asserção; (b) o segundo, uma pergunta; (c) o terceiro, uma ordem; e (d) o quarto, a expressão de um desejo. Desse modo, diz ele:

[...] destacamos as noções de referir e predicar das noções de atos de fala completos como asseverar, questionar, ordenar etc., e a justificativa para essa separação reside no fato de que a mesma referência e a mesma predicação podem ocorrer na realização de diferentes atos de fala completos. Austin batizou esses atos de fala completos com o nome de “atos ilocucionários”, e será essa doravante a terminologia que empregaremos. (SEARLE, 1969, p. 23, tradução nossa)

É evidente, no entanto, que o ato ilocucionário, além de envolver o ato de referir e predicar, envolve ainda o ato de proferir palavras e frases.<sup>16</sup> Searle denomina aquele primeiro de *ato proposicional* e este último de *ato proferitivo* e, dado que ambos são partes constitutivas do ato de fala completo, ressalta que “quando se realiza atos ilocucionários, tipicamente se realiza também atos proposicionais e proferitivos” (SEARLE, 1969, p. 24, tradução nossa) e que “os atos proferitivos estão para os atos proposicionais e ilocucionários assim como o ato de fazer

<sup>15</sup> Precisamos distinguir aqui a *predicação* da *expressão predicativa*, pois, como explica Searle, a “identidade da expressão predicativa não é uma condição necessária da identidade da predicação”, uma vez que “expressões sinônimas podem ser usadas para fazer a mesma predicação, como ocorre em ‘é um fumante habitual’ e ‘fuma habitualmente’” (SEARLE, 1969, p. 26, tradução nossa).

<sup>16</sup> Há exceções. De fato, alguns atos ilocucionários podem ser realizados de modo não verbal. Por exemplo: “Meu cachorro pode realizar alguns atos ilocucionários simples. Ele consegue expressar prazer bem como pedir para que o deixem sair. Mas a gama de atos ilocucionários que ele consegue realizar é muito limitada, e mesmo em relação àqueles que ele consegue, sente-se que é parcialmente metafórico descrevê-los como atos ilocucionários.” (SEARLE, 1969, p. 39, tradução nossa)

um X numa cédula eleitoral está para o ato de votar” (SEARLE, 1969, p. 24, tradução nossa). Note o leitor que o ato proferitivo de Searle não difere substancialmente dos atos fonético e fático de Austin, atos que, como vimos, foram os únicos capazes de sobreviver ao colapso do ato locucionário. Diferentemente do que ocorre com a distinção de Austin entre atos locucionários e ilocucionários, porém, “a razão de abstrair cada um desses tipos [de atos] é que ‘os critérios’ de identidade são diferentes em cada caso” (SEARLE, 1969, p. 24, tradução nossa). Senão, vejamos: em primeiro lugar, (a) “*os mesmos atos proposicionais podem ser comuns a diferentes atos ilocucionários*” (SEARLE, 1969, p. 24, grifo nosso, tradução nossa), como ocorre nos exemplos 1–4; em segundo lugar, (b) “[...] é possível realizar um ato proferitivo sem realizar qualquer ato proposicional ou ilocucionário que seja” (SEARLE, 1969, p. 24, tradução nossa), como quando se diz algo numa língua estrangeira sem que se saiba o significado das palavras; em terceiro lugar, (c) “ao realizar diferentes atos proferitivos, um falante pode realizar os mesmos atos proposicionais e ilocucionários” (SEARLE, 1969, p. 24, tradução nossa), como em “Sam fuma rotineiramente” e

5 — Samuel Martin é um fumante constante de tabaco;

e, finalmente, (d) “não é necessário que a realização do mesmo ato proferitivo por dois falantes distintos, ou pelo mesmo falante em ocasiões diversas, corresponda à realização dos mesmos atos proposicionais e ilocucionários” (SEARLE, 1969, p. 24, tradução nossa), razão pela qual o proferimento “Aceito”, ao ser realizado em resposta à pergunta “Você aceita se casar comigo?”, e o proferimento “Aceito”, ao ser realizado em resposta à pergunta “Você aceita a aposta?”, não obstante sejam constituídos pelo mesmo ato proferitivo (como *type*, e não como *token*), não são constituídos pelo mesmo ato proposicional e, conseqüentemente, não constituem o mesmo ato ilocucionário (no sentido de ato de fala completo, já que a força ilocucionária de ambos é a mesma).

Subjaz ao que dissemos em (a) que *se dois atos ilocucionários possuem a mesma referência e a mesma predicação, então eles não encerram duas proposições diferentes, mas sim uma mesma proposição*. Com efeito, é a mesma proposição que é expressa nos exemplos 1–5 e também nestes outros dois (embora agora como parte de proposições maiores):

6 — Se Sam fumar rotineiramente, ele não viverá muito.

7 — A proposição que diz que Sam fuma rotineiramente é desinteressante.

Todavia apenas em 1 e 5 tal proposição é assertada, de maneira que *precisamos distinguir as proposições do uso que delas fazemos para assertar, perguntar, ordenar etc.* Como diz Searle: “Declarar e assertar são atos, mas proposições não o são. Uma proposição é o que é assertado no ato de assertar e o que é declarado no ato de declarar.” (SEARLE, 1969, p. 29, tradução nossa) Logo se vê que o que temos de distinguir é, portanto, o ato ilocucionário de seu *conteúdo proposicional*, conteúdo este cuja expressão constitui um ato proposicional que não pode ocorrer independentemente de um ato ilocucionário<sup>17</sup>, malgrado o inverso seja verdadeiro (vide “Bravo!” e “Ai!”). Por conseguinte, e contrariamente ao que tradicionalmente se pensa em filosofia, uma proposição não é usada apenas para declarar (quer positiva quer negativamente) algo, afinal *uma proposição não pode conter em si mesma a força de uma declaração (ou qualquer outra força que seja).*

Correlata a essa *distinção semântica* entre força ilocucionária e conteúdo proposicional é a *distinção sintática* entre indicador de conteúdo proposicional e indicador de força ilocucionária, sendo a conjunção “que” um exemplo de indicador de conteúdo proposicional e os verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativos exemplos de indicadores de força ilocucionária.<sup>18</sup>

Por exemplo, a estrutura superficial da frase “Prometo vir” parece não nos permitir fazer uma distinção entre o indicador de força ilocucionária e o indicador de conteúdo proposicional. A esse respeito, tal frase difere desta outra: “Prometo que virei”, na qual a diferença entre o indicador de força ilocucionária (“Prometo”) e o indicador de conteúdo proposicional (“que virei”) encontra-se precisamente em sua superfície. Contudo se examinarmos a estrutura profunda da primeira frase, descobriremos que seu marcador sintagmático subjacente, como o marcador sintagmático subjacente da segunda, contém “Prometo + virei”. (SEARLE, 1969, p. 30, tradução nossa)

Tais distinções semântico-sintáticas são simbolizadas por Searle como  $F(p)$ , que é “a forma geral de (muitos tipos de) atos ilocucionários” (SEARLE, 1969, p. 31, tradução nossa), sendo que a primeira variável retira seus valores das forças ilocucionárias dos atos de fala, e a

---

<sup>17</sup> As formas gramaticais características dos atos proposicionais e ilocucionários são, respectivamente, certas partes de frases, como nomes próprios e predicados, e frases completas. Daí por que, embora os atos performativos possam ocorrer sozinhos — por exemplo quando se lê uma frase em latim sem que se compreenda o latim (o exemplo é de Austin) —, os atos proposicionais não o podem, afinal se a forma gramatical própria dos atos proposicionais são certas partes de frases e se a forma gramatical própria dos atos ilocucionários são frases completas, então, assim como não pode haver partes de frases a despeito de frases completas, tampouco pode haver atos proposicionais a despeito de atos ilocucionários.

<sup>18</sup> Nem todas as frases, entretanto, possuem indicadores propriamente sintáticos de força ilocucionária, uma vez que “nas línguas naturais, a força ilocucionária é indicada por uma variedade de mecanismos, e alguns deles são sintaticamente muito complicados” (SEARLE, 1969, p. 31, tradução nossa).

segunda, de seus conteúdos proposicionais. Alguns dos símbolos sugeridos por Searle para representar as forças ilocucionárias são os seguintes:

1.  $\neg(p)$  para asserções;
2.  $!(p)$  para pedidos;
3.  $Pr(p)$  para promessas;
4.  $W(p)$  para advertências;
5.  $?(p)$  para perguntas que podem ser respondidas com apenas “sim” ou “não” [*yes-no questions*].

Já o simbolismo das perguntas que não podem ser respondidas com apenas “sim” ou “não” [*wh questions*] deve conter funções proposicionais em vez de proposições completas. Assim, enquanto “Você fez isso?” é simbolizado como  $?(Você\ fez\ isso)$ , “Por que ele fez isso?” é simbolizado como  $?(Ele\ fez\ isso\ porque\dots)$ . Ademais, Searle vale-se do simbolismo  $F(RP)$  para formalizar a distinção entre referência e predicação que ocorre no interior das “proposições simples, do tipo sujeito-predicado, com um termo referencial definido singular<sup>19</sup> como sujeito” (SEARLE, 1969, p. 32, tradução nossa).

Isso tudo lhe permite esclarecer então a distinção, frequentemente mal compreendida, entre *negação ilocucionária e negação proposicional*, por ele simbolizadas, respectivamente, como  $\sim F(p)$  e  $F(\sim p)$ :

[...] a frase “Prometo vir”, por exemplo, possui duas negações: “Não prometo vir” e “Prometo não vir”. A primeira é uma negação ilocucionária, e a segunda, uma negação proposicional. As negações proposicionais não alteram o caráter do ato ilocucionário porque originam outra proposição que é expressa com a mesma força ilocucionária. Já as negações ilocucionárias, em geral, alteram o caráter do ato ilocucionário. Assim, o proferimento de “Não prometo vir” não é uma promessa, mas uma recusa a fazer uma promessa, do mesmo modo que o proferimento de “Não estou lhe pedindo para

---

<sup>19</sup> Ao falar de expressões referenciais em *Speech Acts*, Searle costuma ter em vista as expressões definidas singulares usadas para fazer referência a particulares. Precisamos, pois, distinguir, em primeiro lugar, as expressões referenciais definidas singulares (como “o homem” em “O homem chegou”) das expressões referenciais indefinidas singulares (como “um homem” em “Um homem chegou”) bem como precisamos distinguir as expressões referenciais definidas plurais (como “os homens” em “Os homens chegaram”) das expressões referenciais indefinidas plurais (como “uns homens” em “Uns homens chegaram”). Em segunda lugar, precisamos distinguir as expressões usadas para fazer referência a particulares (como “o Everest” e “esta cadeira”) daquelas usadas para fazer referência a universais (como “o número 3”, “a cor vermelha” e “a embriaguez”). Dito isso, “chamaremos de ‘expressão referencial’ qualquer expressão que sirva para identificar uma coisa, um processo, um evento, uma ação, ou qualquer outro tipo de particular” (SEARLE, 1969, p. 27, tradução nossa), com a ressalva de que “dizer que uma expressão faz referência (predica, assevera etc.), em nossa terminologia, ou é um disparate ou é uma forma abreviada de dizer que ela é usada pelos falantes para fazer referência a algo” (SEARLE, 1969, p. 28, tradução nossa).

fazer isso” é uma negação de que um pedido esteja sendo feito e é muito diferente do pedido negativo “Não faça isso”. A mesma distinção aplica-se às declarações. (SEARLE, 1969, p. 32, tradução nossa)

Por essa razão, às declarações “Há cavalos”  $\vdash (\exists x)(x \text{ é um cavalo})$ , “Não há nenhum cavalo”  $\vdash \sim(\exists x)(x \text{ é um cavalo})$  e “Há coisas que não são cavalos”  $\vdash (\exists x)\sim(x \text{ é um cavalo})$ , é preciso acrescentar, diz Searle, “Não digo que há cavalos”  $\sim \vdash (\exists x)(x \text{ é um cavalo})$ . De fato, “é tentador, mas um erro, pensar que a negação de um dispositivo indicador de força ilocucionária deixa-nos com uma asserção negativa acerca do falante no que diz respeito a sua não realização de um ato ilocucionário” (SEARLE, 1969, p. 33, tradução nossa), afinal “Não prometo que...” é uma asserção a respeito da não realização de uma promessa tanto quanto “Prometo que...” é uma asserção a respeito de sua realização.

Vimos até aqui que a distinção entre atos locucionários e ilocucionários, apesar de conceitualmente bem estabelecida, é extensionalmente defeituosa. Fundamentar essa distinção ou substituí-la por uma distinção bem fundamentada é, pois, um importante quebra-cabeça que o paradigma austiniano lega à posteridade. Vimos também que *Searle, tendo compreendido que não é possível abstrair o significado da força ilocucionária, é levado a substituir o ato rético de Austin por seu ato proposicional, este sim neutro no que tange à força ilocucionária, já que ele não abarca frases completas, mas tão somente partes de frases.* Nas palavras do próprio Searle, chegamos, assim, ao seguinte resultado:

[...] nossa distinção não está sujeita às objeções que fizemos à distinção original entre o ato locucionário e o ato ilocucionário. *O ato proposicional não é representado, seja em seu simbolismo seja nas línguas naturais, por uma frase inteira, mas tão somente por partes de frases que não incluem os indicadores de força ilocucionária. Com efeito, o ato proposicional é uma genuína abstração do ato de fala total, que é o ato ilocucionário, e, assim interpretado, nenhum ato proposicional é, por si mesmo, um ato ilocucionário.* (SEARLE, 1968, p. 421, grifo nosso, tradução nossa)

Ligado a esse quebra-cabeça inicial, há, no entanto, um outro, a saber, explicar por que a verdade e a falsidade não servem para distinguir os constatativos dos performativos, afinal Austin não afirmou propriamente que os performativos podem ser verdadeiros ou falsos do mesmo modo que os constatativos, mas sim que os performativos se relacionam com fatos tanto quanto os constatativos. Ora, uma das coisas que a distinção searliana entre atos proposicionais e ilocucionários permite explicar é justamente isso. O leitor talvez se lembre de que a estratégia argumentativa encontrada por Austin em sua *XII Conferência* para lidar com essa dificuldade consistia em “diluir”, por assim dizer, a verdade e a falsidade dos constatativos na relação com

fatos que estes têm em comum com os performativos. O ponto cego dessa argumentação, porém, é que as *declarações como atos* não podem ser verdadeiras ou falsas — são apenas as *declarações como objetos* que o podem.

Vejamos então como Searle soluciona esse inexorável quebra-cabeça que permeia todo o paradigma austiniano e que resiste, aos trancos e barrancos, às investidas do filósofo da Universidade de Oxford. Searle é categórico ao afirmar em *Austin on Locutionary and Illocutionary Acts* que “uma das mais importantes descobertas de Austin” (SEARLE, 1969, p. 422, tradução nossa) — para nós, o coração mesmo de sua obra — é “que os constatativos são atos ilocucionários assim como os performativos, ou, para encurtar, que as declarações são atos de fala” (SEARLE, 1969, p. 422, tradução nossa). É notório, entretanto, que Austin enfrentou uma grande dificuldade ao tentar demonstrar que os constatativos não diferem dos performativos, em particular porque, diferentemente dos performativos, os constatativos permaneciam sendo verdadeiros ou falsos. Mas, segundo Searle, isso decorre do fato de Austin não se dar conta de que a palavra “declaração”, a exemplo de muitas outras formas verbais substantivadas, sofre de uma ambiguidade estrutural que os gramáticos tradicionais chamam de *ambiguidade ato-objeto* ou *ambiguidade processo-produto*. Ora, a palavra “declaração” tanto pode significar *o ato de declarar*, como em “A declaração de nossa posição sobre o assunto durou toda a sessão da manhã”, quanto pode significar *aquilo que é declarado*, como em “A declaração de que todos os homens são mortais é verdadeira”. Ademais: “Note que não podemos dizer ‘A declaração de que todos os homens são mortais durou dez segundos’, mas podemos dizer ‘A declaração da declaração de que todos os homens são mortais durou dez segundos’.” (SEARLE, 1969, p. 422, tradução nossa) Searle denomina esses dois sentidos ambivalentes da palavra “declaração”, respectivamente, de *sentido de declaração como ato* e de *sentido de declaração como objeto* para, logo a seguir, acrescentar: “A descoberta de Austin de que as declarações são atos ilocucionários aplica-se ao sentido de declaração como ato, mas não ao sentido de declaração como objeto.” (SEARLE, 1969, p. 422, tradução nossa) Em outras palavras, não são as declarações como atos (os constatativos) que são verdadeiras ou falsas, mas sim as declarações como objetos (as proposições expressas na realização dos constatativos). De fato:

Uma vez que as declarações são atos de fala, e uma vez que as declarações podem ser verdadeiras ou falsas, fica parecendo que isso que é verdadeiro ou falso é um ato de fala. Mas tal inferência é falaciosa, na medida em que envolve a falácia da ambiguidade. *Declarações como atos são atos de fala, e declarações como objetos (além de proposições) é o que pode ser verdadeiro ou falso.* E a visão de que é o ato de declarar que é verdadeiro ou falso é uma das mais sérias fraquezas da teoria austiniana da verdade. (SEARLE, 1969, p. 423, grifo nosso, tradução nossa)

O imprescindível aqui é fixar o seguinte: se os *constatativos são atos* de dizer algo, como afirma Austin em sua *I Conferência*, e se *atos não podem ser verdadeiros ou falsos*, como pondera Searle em seu artigo, então *os constatativos não podem ser verdadeiros ou falso*; logo *os constatativos não podem ser distinguidos dos performativos por meio da verdade e da falsidade*. Ora, o ato fazer uma declaração não pode ser verdadeiro ou falso assim como o ato de fazer uma promessa não pode ser verdadeiro ou falso. Do ponto de vista da distinção searliana entre o ato ilocucionário e seu conteúdo proposicional, essa ambiguidade estrutural da palavra “declaração”, que impediu Austin de perceber que os constatativos, por serem atos, não podem ser verdadeiros ou falsos, pode ser explicada da seguinte maneira:

A declaração como ato	<ul style="list-style-type: none"> <li>= o ato de declarar.</li> <li>= o ato de declarar uma proposição.</li> <li>= o ato de expressar uma proposição com uma força ilocucionária constativa (pensamos que seria melhor chamá-la de “declarativa”).</li> <li>= o ato de fazer uma declaração como objeto.</li> </ul>
A declaração como objeto	<ul style="list-style-type: none"> <li>= o que é declarado (interpretado como declarado).</li> <li>= a proposição (interpretada como declarada).</li> </ul>

Proposições, mas não atos, podem ser verdadeiras ou falsas; logo declarações como objetos, mas não declarações como atos, podem ser verdadeiras ou falsas. Na caracterização da declaração como objeto, precisamos acrescentar a locução “interpretada como declarada” porque, claramente, o que é declarado — a proposição — pode também ser o conteúdo de uma pergunta, de uma promessa, o antecedente de uma construção hipotética e assim por diante. *A proposição é neutra quanto à força ilocucionária com a qual ela é expressa, mas declarações não são neutras quanto à força ilocucionária, de modo que “declaração” em seu sentido de objeto não é sinônimo de “proposição”, mas apenas de “proposição interpretada como declarada”.* (SEARLE, 1969, p. 423–424, grifo nosso, tradução nossa)

Assim, ao abstrairmos do ato ilocucionário seu conteúdo proposicional, aquele antigo problema austiniano do valor de verdade como marca distintiva dos constatativos, último baluarte de uma dicotomia que Austin enfrentou através de uma argumentação sofisticada, porém contestável para alguns, desaparece de vez. Ora, é a proposição interpretada como declarada que é verdadeira ou falsa, e não o ato de declarar por meio do qual ela é expressa — e uma mesma proposição pode ser usada para fazer uma declaração tanto quanto para fazer uma pergunta, dar uma ordem ou exprimir um desejo etc. Como diz Searle, “uma asserção é um

compromisso (de um tipo muito especial) com a verdade de uma proposição” (SEARLE, 1969, p. 29, tradução nossa).

Para concluir esse ponto, podemos dizer então que a distinção entre o ato proposicional e o ato ilocucionário, juntamente com a distinção correspondente entre proposições e ilocuições, nos permite dar conta de alguns dos problemas tradicionais envolvendo a noção de declaração. Declarações como atos são atos ilocucionários de declarar. Declarações como objetos são proposições (interpretadas como declaradas). A última, mas não a primeira, pode ser verdadeira ou falsa. *Foi a confusão entre esses dois sentidos da palavra “declaração” que impediu Austin de perceber que declarações podem ser atos de fala tanto quanto podem ser verdadeiras ou falsas, não obstante atos jamais possam ter qualquer valor de verdade.* (SEARLE, 1969, p. 424, grifo nosso, tradução nossa)

*Sabemos que a superação da dicotomia performativo-constatativo, na obra de Austin, passa pela distinção entre o ato locucionário e o ato ilocucionário, mas agora descobrimos que é somente por meio da distinção searliana entre o ato proposicional e o ato ilocucionário que tal superação se perfaz realmente.* Ora, não teria sido justamente a superação da dicotomia performativo-constatativo a grande tarefa que Austin se impôs em *How to Do Things with Words*? Pensamos que sim e, por isso mesmo, consideramos que a distinção de Searle entre o ato proposicional e o ato ilocucionário é uma de suas mais importantes contribuições para a teoria dos atos de fala.<sup>20</sup>

Sustentamos em nossa introdução que o paradigma austiniano, como todo paradigma recém-instituído, legou à posteridade uma variedade de quebra-cabeças. É evidente que, anexo ao paradigma, não há, porén, uma lista contendo todos os quebra-cabeças a serem solucionados pelas gerações vindouras e que fora ali fixada pelo próprio autor do paradigma. Daí por que o primeiro passo para solucionar um quebra-cabeça muitas vezes é simplesmente formulá-lo, isto é, descobri-lo no modo mesmo como este contextualmente emerge das explicações fornecidas por seu respectivo paradigma. É igualmente possível, contudo, que o próprio autor do paradigma esteja, ao menos em parte, ciente dos quebra-cabeças que sua teoria engendra, razão pela qual ele pode, inclusive, vir a considerar que seu trabalho jaz inacabado. Encaminhando-nos para o fim desta seção, uma questão “secundária” que poderíamos levantar então é a seguinte:

---

<sup>20</sup> Nesse ponto, portanto, discordamos radicalmente de Ottoni e de todos aqueles que entendem que Searle “produz uma descrição lógica do ato de fala criando a fórmula  $F(p)$ , que representa as tradicionais noções de verdade e falsidade, sendo que  $F$  representa a força ilocucionária e  $p$  o conteúdo proposicional” (p. 135, grifo nosso). Ora, a fórmula  $F(p)$  não representa as tradicionais noções de verdade e falsidade conforme afirma Ottoni simplesmente porque é a proposição usada para declarar (em vez de para perguntar, ou ordenar, ou exprimir um desejo e assim por diante) que é verdadeira ou falsa, e não o próprio ato de declarar por meio do qual ela é expressa. *É Austin quem toma certos atos ilocucionários por verdadeiros ou falsos, não Searle.* Rigorosamente falando, nenhum ato ilocucionário é, para Searle, verdadeiro ou falso.

em que medida estava Austin ciente das deficiências e limitações da teoria dos atos de fala que exploramos até aqui? A fim de respondermos a essa pergunta, comecemos por nos atentar ao que o filósofo nos diz, de passagem, em sua *VIII Conferência*:

É preciso admitir que podemos usar a palavra “significado” [*meaning*] em referência à força ilocucionária — “Suas palavras tiveram o significado de uma ordem” [*He meant it as an order*] etc. Mas quero distinguir *força* de significado no sentido de que o significado é equivalente a sentido e referência, assim como tornou-se essencial distinguir sentido de referência no interior mesmo do significado. (AUSTIN, 1962, p. 100, grifo do autor, tradução nossa)

A citação acima sugere um antagonismo fundamental entre Austin e Searle, a saber, a diferença entre a noção de significado adotada por Austin, que se limita ao sentido e à referência, e a noção de significado adotada por Searle, que contempla, além da referência, a predicação e — o mais importante — a força ilocucionária. Mas seria essa diferença de fato um antagonismo? Em primeiro lugar, Austin admite a plausibilidade de compreender a força ilocucionária como constituinte do significado, embora ressalte que naquele momento histórico não convinha fazê-lo, porquanto era preciso enfatizar a diferença entre essa nova noção de força ilocucionária, por um lado, e aquelas antigas noções de sentido e referência, por outro. Em segundo lugar, ao traçar uma linha entre a força ilocucionária e a referência, Austin lança as bases do que virá a ser a distinção searliana entre o ato ilocucionário e seu conteúdo proposicional. Na *XII Conferência*, aliás, o próprio Austin deixa claro que (1) a noção de significado por ele adotada precisa ser revista, que (2) a distinção entre o ato locucionário e o ato ilocucionário não foi fundamentada, mas tão somente esboçada e que (3) as noções de sentido e referência foram tomadas por ele da tradição filosófica sem nenhum cuidado especial (o que talvez lance alguma luz sobre o porquê de suas *Conferências* passarem ao largo da noção de predicação):

Podemos muito bem estimar que a teoria do “significado” como equivalente a “sentido e referência” precisará de alguma depuração e reformulação no que diz respeito à distinção entre os atos locucionário e ilocucionário (*se essa distinção for fundamentada*: aqui ela permanece apenas esboçada [*if this distinction is sound: it is only adumbrated here*]). Admito que não foi feito o suficiente aqui: vali-me do antigo “sentido e referência” com base nos pontos de vista correntes; também enfatizaria que omiti qualquer consideração direta à força ilocucionária das declarações. (AUSTIN, 1962, p. 148, grifo do autor, tradução nossa)

Para concluir, se os problemas aqui apresentados são reais e relevantes — e o próprio Austin dá claros indicativos de que são —, então poderíamos, num *esforço colaborativo*, engajar-nos em sua resolução — e foi precisamente isso o que Searle fez.

*“[...] suponha que eu diga “Prometo enviá-la para um convento” quando penso, mas você não, que isso será para o seu bem, ou quando você pensa que isso será para o seu bem, mas eu não, ou mesmo quando ambos pensamos que isso será para o seu bem, mas, como pode acabar revelando-se mais tarde, na verdade, não será. Em tais casos, invoquei uma convenção inexistente ou em circunstâncias inapropriadas?”*

(J. L. Austin)

### 2.3 A TEORIA DAS CONDIÇÕES DE SUCESSO REVISTA E AMPLIADA

Precisamos agora tentar responder à questão de como Searle elabora sua *teoria das condições de sucesso* a partir da *doutrina das infelicidades* de Austin. Na seção 1.3 de seu *Speech Acts*, o filósofo norte-americano apresenta a hipótese, bastante difundida tanto na linguística quanto na filosofia da linguagem, de que “falar uma língua é adotar uma forma (altamente complexa) de comportamento regida por regras” (SEARLE, 1969, p. 12, tradução nossa). Já na seção 1.4, nosso autor, à luz da teoria dos atos de fala, confere-lhe uma nova formulação, a saber:

[...] falar uma língua é realizar atos de fala (atos como fazer declarações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas e, mais abstratamente, referir e predicar) e, em geral, tais atos são possíveis devido a certas regras de utilização dos elementos linguísticos em conformidade com as quais eles devem ser realizados. (SEARLE, 1969, p. 16, tradução nossa)

Finalmente, na seção 2.5, Searle, tendo já feito a importante distinção entre *regras regulativas* e *regras constitutivas*, pode então rematar a hipótese em que se baseia sua obra, o que ele faz com as seguintes palavras: “[...] falar uma língua é realizar atos de fala de acordo com sistemas de regras constitutivas” (SEARLE, 1969, p. 38, tradução nossa).

Uma vez que nosso interesse se volta para as zonas de maior contraste entre Austin e Searle (e também para não sermos prolixos), abordaremos aqui apenas as regras relativas à força ilocucionária, que é um aspecto da teoria comum a ambos os autores. Isso, porém, de modo algum poderá comprometer a investigação de que ora nos ocupamos, afinal, como esclarece o próprio filósofo da Universidade de Berkeley, “há regras para expressar proposições, regras para coisas como referência e predicação, mas penso que tais regras podem ser discutidas independentemente das regras usadas para indicar a força ilocucionária” (SEARLE, 1969, p. 31, tradução nossa).

Dito isso, pode-se caracterizar as regras regulativas como regras que regulam formas de comportamento, mas que não as constituem, de tal modo que as formas de comportamento regidas por tais regras são logicamente *independentes* delas. As regras constitutivas, por sua vez, podem ser caracterizadas como regras que não apenas regulam formas de comportamento, como também as definem, instauram e constituem, o que torna as formas de comportamento regidas por tais regras logicamente *dependentes* delas. São exemplos de regras regulativas as regras de etiqueta, como “Ao cortar a comida, segure a faca com a mão direita” (SEARLE, 1969, p. 34, tradução nossa), e são exemplos de regras constitutivas as regras de xadrez, como “Dá-se um xeque-mate quando o rei é atacado de tal maneira que nenhum movimento permiti-

lo-á escapar ao ataque” (SEARLE, 1969, p. 34, tradução nossa). A partir desses exemplos paradigmáticos, nota-se que as regras regulativas costumam ser formuladas de modo imperativo, ao passo que as regras constitutivas tendem a ser formuladas, por assim dizer, de modo definatório, razão pela qual estas, mas não aquelas, podem ser consideradas verdades analíticas. Com efeito, enquanto as fórmulas típicas das regras regulativas são “Faça X” ou “Se Y, faça X”, as fórmulas típicas das regras constitutivas são “X conta como Y” ou “X conta como Y no contexto C”.<sup>21</sup> É preciso ressaltar, todavia, que *regras não são o mesmo que convenções, algo que, como veremos, parece ter passado despercebido a Austin* e que Searle procura elucidar através do seguinte exemplo:

[...] imaginemos que o xadrez seja jogado em países diferentes de acordo com convenções diferentes. Imaginemos, por exemplo, que num país o rei seja representado por uma peça grande e que em outro ele seja menor do que a torre. Num país joga-se o jogo num tabuleiro assim como nós o jogamos, ao passo que em outro o tabuleiro é inteiramente representado por uma sequência de números aos quais as peças se vinculam à medida que elas “se movem” para eles. A respeito desses diferentes países, poderíamos dizer que em ambos se joga o mesmo jogo segundo diferentes formas convencionais. Note, contudo, que as regras devem ser efetivadas de algum modo para que o jogo seja jogável. Por exemplo, algo, ainda que não seja um objeto material, deve representar o que nós chamamos de rei ou tabuleiro. (SEARLE, 1969, p. 39, tradução nossa)

Ora, se os atos de fala são comuns a diferentes línguas, igualmente o são as regras constitutivas em conformidade com as quais eles são realizados. Por outro lado, se os atos de fala variassem de acordo com as convenções linguísticas, tendo em vista que cada língua possui suas próprias convenções, não haveria (ou haveria muito poucos) atos de fala comuns a diferentes línguas. Por isso, diz Searle:

Quando dizemos que falar uma língua é adotar uma forma de comportamento regida por regras, não temos em vista as convenções particulares que são invocadas quando se fala esta ou aquela língua (sendo por essa razão, sobretudo, que nossa investigação difere fundamentalmente das investigações da linguística, aqui compreendidas como

---

<sup>21</sup> Com a ressalva de que “X conta como Y no contexto C” é uma fórmula típica das regras constitutivas desde que Y seja uma descrição ou especificação, e não uma avaliação, caso em que tal fórmula será usada para exprimir uma regra regulativa, como: “Não usar gravata durante o jantar conta como mau comportamento para um oficial” (SEARLE, 1969, p. 35, tradução nossa). Ademais: “Em primeiro lugar, uma vez que as regras constitutivas integram sistemas, pode ser que todo o sistema é que seja um exemplo da fórmula “X conta como Y no contexto C”, e não as regras individuais pertencentes ao sistema. Assim, embora a primeira regra do basquete — joga-se o jogo com cinco jogadores de cada lado — não se preste à formulação em questão, agir de acordo com todas as regras do basquete ou de acordo com um subconjunto suficientemente grande delas conta, de fato, como jogar basquete. Em segundo lugar, dentro de sistemas, a locução representada pela letra Y, em geral, não será simplesmente um rótulo, mas marcará algo que tem consequências. Com efeito, “impedimento”, “home run”, “touchdown” e “xeque-mate” não são meros rótulos para o estado de coisas que é especificado pelo termo X, mas introduzem consequências como penalidades, pontos, e, claro, vitória e derrota.” (SEARLE, 1969, p. 36, tradução nossa)

exames da estrutura efetiva das línguas naturais), mas sim as regras subjacentes que tais convenções manifestam ou que por meio delas são aplicadas, como em nosso exemplo do jogo de xadrez. (SEARLE, 1969, p. 41, tradução nossa)

Portanto os atos de fala (1) são realizados em conformidade com regras constitutivas e (2) não variam de acordo com as convenções linguísticas, não obstante as primeiras sejam invocadas por meio das últimas, afinal para realizarmos uma promessa em inglês ou francês, por exemplo, temos de recorrer invariavelmente às convenções do inglês e do francês. Em outras palavras:

Diferentes línguas, na medida em que são traduzíveis entre si, podem ser consideradas diferentes aplicações convencionais das mesmas regras subjacentes. O fato de ser possível fazer uma promessa dizendo, em francês, “*Je promets*” e, em inglês, “*I promise*” é uma questão de convenção. Mas o fato de o proferimento de certas palavras (nas condições apropriadas) contar como a assunção de uma obrigação é uma questão de regras, e não uma questão de convenções do francês ou do inglês. (SEARLE, 1969, p. 39–40, tradução nossa)

Ainda em relação a esse ponto, não podemos deixar passar em branco o curioso fato de os falantes raramente terem consciência das regras que seguem. Sobre isso, Searle comenta que:

Às vezes, para explicarmos adequadamente uma parte do comportamento humano, temos de supor que ela está de acordo com uma regra, mesmo que o próprio agente não seja capaz de formulá-la ou nem sequer esteja consciente do fato de que está agindo de acordo com ela. Pode ser que o saber-fazer do agente somente seja adequadamente explicado a partir da hipótese de que ele sabe (adquiriu, internalizou, aprendeu) uma regra com este ou aquele efeito, ainda que, num sentido importante, ele talvez não saiba que conhece tal regra ou que faz o que faz, em parte, por causa dela. (SEARLE, 1969, p. 42, tradução nossa)

Também devemos enfatizar que o caráter normativo das condições de realização dos atos de fala é de fulcral importância para Searle, mas que *ele, diferentemente de Austin*<sup>22</sup>, *distingue claramente condições de regras*, procurando extrair estas últimas daquelas primeiras.

Estamos na posição de alguém que aprendeu a jogar xadrez sem que suas regras tivessem sido alguma vez formuladas e que agora deseja tal formulação. Aprendemos a jogar o jogo dos atos ilocucionários, mas, em geral, isso foi feito sem uma formulação explícita de suas regras, e o primeiro passo para obtermos essa formulação é

<sup>22</sup> Prestes a apresentar sua doutrina das infelicidades a sua audiência na Universidade de Harvard durante as Conferências William James, Austin diz: “Receio [...] que estas *condições* que necessariamente devem ser satisfeitas lhes parecerão óbvias.” (AUSTIN, 1962, p. 15, grifo nosso, tradução nossa) E logo depois de fazê-lo, acrescenta: “Pois bem, se transgredirmos uma (ou mais) dessas seis *regras*, nosso proferimento performativo será (de um jeito ou de outro) infeliz.” (AUSTIN, 1962, p. 16, grifo nosso, tradução nossa) A imprecisão terminológica aqui é flagrante.

estabelecermos as condições para a realização de um ato ilocucionário particular. (SEARLE, 1969, p. 55, tradução nossa)

Sendo assim, Searle pensa que se pudermos determinar as condições necessárias e suficientes para a realização bem-sucedida e não defeituosa dos atos ilocucionários, poderemos extrair daí as regras que os constituem e que, por conseguinte, regem o emprego dos indicadores de força ilocucionária, a exemplo dos verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo. Ora, uma vez que *Speech Acts*, como já vimos, baseia-se na hipótese de que falar uma língua é realizar atos de fala de acordo com sistemas de regras constitutivas, é natural que a formulação de tais regras seja o objetivo precípua de toda a obra, afinal, como diz o próprio Searle:

A tentativa de estabelecer as regras que regem a realização dos atos de fala pode ser considerada um teste da hipótese de que há regras constitutivas que subjazem a tais atos. Se não formos capazes de fornecer uma formulação satisfatória das regras em questão, tal insucesso poderá ser interpretado como uma evidência contra nossa hipótese na medida em que a contradirá parcialmente. (SEARLE, 1969, p. 37, tradução nossa)

Que ato ilocucionário seria então o melhor candidato a uma análise preliminar cujo resultado pudesse lançar alguma luz sobre os atos ilocucionários em geral? A resposta de Searle não poderia ser outra: *a promessa*, o mesmo ato de fala que Austin costumava privilegiar em suas investigações. “Tomaremos a promessa como nossa ‘pedreira’ inicial, pois, como ato ilocucionário, ela é bastante formal e bem articulada; tal como um terreno montanhoso, a promessa exhibi seus ‘contornos geográficos’ com nitidez” (SEARLE, 1969, p. 54, tradução nossa) — diz Searle, emendando logo a seguir:

A fim de fornecermos uma análise do ato de prometer, perguntaremos quais condições são necessárias e suficientes para que este seja realizado, de maneira bem-sucedida e não defeituosa, por meio do proferimento de uma frase. Tentaremos responder a essa questão através do estabelecimento de tais condições como um conjunto de proposições tal que (1) a conjunção de seus elementos implique a proposição de que um falante fez uma promessa bem-sucedida e não defeituosa e (2) a proposição de que um falante fez uma promessa bem-sucedida e não defeituosa implique a conjunção em questão. Portanto (1) cada condição será uma condição necessária para a realização, bem-sucedida e não defeituosa, do ato de prometer, e (2) o conjunto dessas condições será uma condição suficiente para tal realização. [...] Se obtivermos esse conjunto de condições, poderemos extrair dele um conjunto de regras para o uso do dispositivo indicador da força ilocucionária do ato de prometer. (SEARLE, 1969, p. 54, tradução nossa)

Claro está, portanto, que estamos diante de uma tentativa, por parte de Searle, de retomar a doutrina das infelicidades de Austin, elaborando uma teoria das condições de sucesso. O paralelo torna-se taxativo quando o filósofo afirma que “nossa noção de defeito dos atos ilocucionários está intimamente relacionada à noção austiniana de infelicidade” (SEARLE, 1969, p. 54, tradução nossa). A seguir apresentamos sua análise do ato de prometer:

Quando um falante *F* profere uma frase *T* literalmente e na presença de um ouvinte *O*, *F* promete que *p* a *O* de maneira sincera e não defeituosa se, e somente se, as seguintes condições 1–9 são satisfeitas:

1. As condições normais de assimilação e emissão linguísticas são satisfeitas.
2. *F* expressa a proposição que *p* ao proferir *T*.
3. Ao expressar que *p*, *F* predica de si um ato futuro *A*.
4. *O* prefere que *F* faça *A* a que ele não faça *A*, e *F* acredita que *O* prefere que ele faça *A* a que ele não faça *A*.
5. Não é óbvio nem para *F* nem para *O* que *F* fará *A* durante o curso normal dos acontecimentos.
6. *F* tenciona fazer *A*.
7. *F* tenciona que o proferimento de *T* seja uma garantia de que ele fará *A*.
8. *F* tenciona (*i-I*) produzir em *O* o conhecimento (*C*) de que o proferimento de *T* deve contar como uma garantia de que ele fará *A*. Além disso, *F* tenciona produzir *C* por meio do reconhecimento de *i-I* e tenciona que *i-I* seja reconhecida em virtude do (por meio do) conhecimento, por parte de *O*, do significado de *T*.
9. As regras semânticas do dialeto falado por *F* e *O* são tais que *T* é correta e sinceramente proferida se, e somente se, as condições 1–8 são satisfeitas. (SEARLE, 1969, p. 57–61, tradução nossa)

Alguns esclarecimentos se fazem necessários a respeito dessas nove condições.<sup>23</sup> Em relação à primeira, é preciso dizer que, segundo Searle, o termo “emissão” abarca as condições de possibilidade de um discurso que, além de inteligível, é sério e literal, ao passo que o termo “assimilação” abarca suas condições de compreensão.

Juntos, eles incluem coisas como: o falante e o ouvinte saberem falar a mesma língua, estarem conscientes do que estão fazendo, não terem impedimentos físico para se comunicar (tais como surdez, afasia ou laringite) e não estarem atuando numa peça de teatro ou contando piadas etc. Note que essa condição exclui tanto os obstáculos à comunicação, como a surdez, quanto as formas parasitárias de comunicação, como o ato de contar piadas ou de atuar em peças de teatro. (SEARLE, 1969, p. 57, tradução nossa)

---

<sup>23</sup> Para esclarecimentos adicionais, recomendamos a leitura, na íntegra, das seções 3.1 *How to promise: a complicated way* e 3.2 *Insincere promises* de *Speech Acts*.

Já a segunda condição isola o conteúdo proposicional do ato de prometer, enquanto a terceira estabelece que o ato a ser predicado<sup>24</sup> nem pode ser um ato já realizado nem pode ser um ato que será realizado por outra pessoa que não seja o próprio falante *F*. “Não podemos prometer ter feito algo, assim como não podemos prometer que outra pessoa fará algo (não obstante possamos prometer verificar se ela realmente o fará).” (SEARLE, 1969, p. 57, tradução nossa) Ambas as condições são classificadas por Searle como *condições de conteúdo proposicional*, com a ressalva de que:

Estritamente falando, uma vez que não são atos, mas expressões que são predicadas de sujeitos, essa terceira condição deveria ser assim reformulada: ao expressar que *p*, *F* predica de si uma expressão cujo significado é tal que se ela for verdadeira a respeito de *F*, então será verdadeiro que *F* realizará um ato futuro *A*. Mas tal formulação é um tanto prolixa, e foi por isso que lançamos mão da metonímia acima. (SEARLE, 1969, p. 57–58, tradução nossa)

A quarta e a quinta condições, por sua vez, são classificadas por Searle como *condições preparatórias*. Examinemos, primeiramente, a quarta condição — ela pode ser vista como a resposta de Searle a uma pergunta, aparentemente irrespondível, feita por Austin ao final da *III Conferência de How to Do Things with Words*:

[...] não há nenhuma convenção de acordo com a qual posso prometer a você fazer algo em seu detrimento, adquirindo, assim, a obrigação, para com você, de fazê-lo. Mas suponha que eu diga “Prometo enviá-la para um convento” quando penso, mas você não, que isso será para o seu bem, ou quando você pensa que isso será para o seu bem, mas eu não, ou mesmo quando ambos pensamos que isso será para o seu bem, mas, como pode acabar revelando-se mais tarde, na verdade, não será. *Em tais casos, invoquei uma convenção inexistente ou em circunstâncias inapropriadas?*<sup>25</sup> Nem é preciso dizer que, como regra geral, não pode haver escolha satisfatória entres essas duas alternativas, *que são muito pouco sensíveis para darem conta de um caso tão intrincado*. Não há nenhum atalho por meio do qual possamos expor de maneira simples toda a complexidade dessa situação, *que não se encaixa com exatidão em nenhuma classificação usual*. (AUSTIN, 1962, p. 37–38, grifo nosso, tradução nossa)

Parte importante da solução para esse quebra-cabeça desafiador é a de que *não se trata aqui de um problema de convenções, mas sim de um problema de regras*. Diferentemente de Searle, Austin não faz qualquer distinção entre regras e convenções e, por isso mesmo, parece confundi-las, pois, ao dizer que não há nenhuma convenção de acordo com a qual pode-se prometer a uma pessoa fazer algo em seu detrimento, ele alude, no fundo, à inexistência de uma regra do tipo “*X* conta como *Y* no contexto *C*”, afinal fazer uma promessa jamais conta como

<sup>24</sup> Acerca da noção de ato empregada por Searle nesse contexto, cf. SEARLE, 1969, p. 57.

<sup>25</sup> Em outras palavras, o ato em questão é infeliz devido à violação da regra A.1 ou devido à violação da regra A.2?

fazer uma ameaça ou uma advertência, ainda que, em alguns contextos, dizer “Eu prometo” possa contar como tal.<sup>26</sup> À luz da distinção searliana, logo se percebe, porém, que esse caso de tão difícil classificação encontrado por Austin não decorre da inexistência de uma convenção, mas sim da violação de uma das regras que subjazem às diversas convenções empregadas para fazer promessas.<sup>27</sup> Em outras palavras, o problema de que ora nos ocupamos situa-se no nível da linguagem, e não no nível das línguas naturais. Ora, quer se faça uma promessa em inglês, francês ou qualquer outro idioma, o ato de prometer será infeliz se o falante não acreditar que o que foi prometido constituirá um bem para o ouvinte ou se o próprio ouvinte não acreditar nisso.<sup>28</sup> Soma-se ao que acabamos de dizer que as regras a que nos referimos estabelecem as circunstâncias apropriadas para a realização do ato de prometer, razão pela qual a opção “mais acertada”, dentre as duas cogitadas por Austin, parece ser realmente a segunda. Contudo dizer que o ato de prometer, para ser feliz, precisa ser realizado de acordo com as circunstâncias apropriadas, sem especificá-las em toda a sua extensão, como faz Austin, deixa a promessa assim sob uma pálida meia-luz que a esclarece tanto quanto a obscurece. De fato, dado que as seis condições de felicidade formuladas por Austin dizem respeito aos atos de fala em geral, *a versão austiniana da teoria das condições de sucesso é muito pouco sensível às especificidades dos atos de fala quando estes são considerados individualmente*. Daí por que, ao encontrar uma condição de felicidade tão específica quanto essa de que estamos a tratar, Austin demonstra dificuldade para assimilá-la as suas condições A.1–Γ.2. Seja como for:

Uma distinção crucial entre as promessas e as ameaças é que uma promessa é um compromisso de fazer algo *por* alguém, e não *a* alguém, enquanto uma ameaça é um compromisso de fazer algo *a* alguém, e não *por* alguém. Uma promessa é defeituosa se o que é prometido é algo que não é desejado por aquele para quem se faz a promessa e é ainda mais defeituosa se aquele que a faz não acredita que aquele para quem ela é feita deseja o que é prometido, pois uma promessa não defeituosa deve, evidentemente, ser feita não com a intenção de fazer uma ameaça ou uma advertência, mas sim com a intenção de fazer uma promessa. Além disso, uma promessa,

<sup>26</sup> Acerca de tais contextos, cf. SEARLE, 1969, p. 58–59.

<sup>27</sup> Trata-se da segunda de cinco regras que regem o ato de prometer e que teremos a oportunidade de examinar mais adiante.

<sup>28</sup> Além disso, infere-se da análise de Searle que se o que foi prometido, contrariando aquilo em que acreditavam o falante e o ouvinte, acabar não se revelando um bem para este último, a promessa feita não poderá por isso ser considerada defeituosa. De fato, não vemos como poderia ser diferente. Suponhamos que alguém prometa emprestar uma pequena quantia a um amigo que está desempregado, com o intuito de ajudá-lo com as despesas de casa, e pouco depois de fazê-lo seja surpreendido com a descoberta de que este utilizou o empréstimo no consumo de produtos que fazem mal a sua saúde, como cigarros. Suponhamos ainda que o tomador do empréstimo, influenciado por desinformações propagadas pela *internet*, não acredite nos riscos que o cigarro ou quaisquer outros produtos dos quais tenha feito uso ofereça a sua saúde. Estaríamos certos ao descrever a promessa em questão como defeituosa? Poderíamos afirmar que ela foi insincera, que não foi cumprida ou que nem sequer foi feita? Pensamos que não. De fato, sentimo-nos muito mais propensos a caracterizar essa situação como constituída por duas avaliações equivocadas: a primeira por parte do falante no que diz respeito à finalidade do empréstimo; a segunda por parte do ouvinte no que diz respeito aos malefícios do tabagismo para sua saúde etc.

diferentemente de um convite, normalmente requer um certo tipo de ocasião ou situação que a peça. Uma característica crucial de tais ocasiões ou situações parece ser a de que aquele para quem se faz uma promessa quer (precisa, deseja etc.) que algo seja feito, e aquele que a faz está ciente desse querer (dessa necessidade, desse desejo etc.). *Pensamos que as duas partes dessa quarta condição são necessárias para evitar contraexemplos bem óbvios.* (SEARLE, 1969, p. 58, grifo nosso, tradução nossa)

A quinta condição, por outro lado, tem a ver com o fato de que prometer fazer algo quando já é óbvio que o faremos torna o ato de prometer despropositado, razão pela qual “se fizermos uma promessa dessa maneira, o único modo de nossos interlocutores interpretarem nosso proferimento será supondo que achávamos que não era óbvio que faríamos o que prometemos” (SEARLE, 1969, p. 59, tradução nossa). Ademais:

Essa condição é apenas a manifestação de uma condição mais geral que atinge vários tipos diferentes de atos ilocucionários e de acordo com a qual eles devem ter um propósito. Por exemplo, se pedimos a uma pessoa para fazer algo que ela obviamente já está fazendo, ou está prestes a fazer, a despeito de nosso pedido, este então é despropositado e, nessa medida, é defeituoso. Numa situação de fala real, os ouvintes, conhecendo as regras que regem a realização dos atos ilocucionários, suporão que tal condição está satisfeita. Imaginemos, por exemplo, que durante um discurso público digamos a alguém na plateia “Ei, Smith, preste atenção no que estou dizendo”. Ao interpretar esse proferimento, a plateia terá de supor que Smith não estava prestando atenção — ou, pelo menos, que para nós não era óbvio que ele estivesse prestando atenção, isto é, que a questão de ele não estar prestando atenção surgiu por alguma razão — e terá de fazer isso porque uma condição para fazermos pedidos não defeituosos é que não nos pareça óbvio que nossos ouvintes já estejam fazendo, ou estejam prestes a fazer, o que lhes pretendemos pedir. (SEARLE, 1969, p. 59, tradução nossa)

Passemos agora às sexta e sétima condições, classificadas por Searle, respectivamente, como *condição de sinceridade* e *condição essencial*. No que tange à condição de sinceridade, precisamos fazer a ressalva de que uma promessa insincera<sup>29</sup>, não obstante seja uma promessa defeituosa, ainda assim é uma promessa, o que significa que sua insinceridade não impede sua realização.<sup>30</sup>

Portanto para darmos conta das promessas insinceras, precisamos rever nossas condições de modo a afirmarmos que o falante assume a responsabilidade por ter a intenção de fazer A em vez de afirmarmos que ele, de fato, tem a intenção de fazer A. Uma evidência de que o falante realmente assume essa responsabilidade é o fato de que ele não poderia, sem incorrer num absurdo, dizer, por exemplo, “Prometo fazer A, mas não tenho a intenção de fazer A”. Dizer “Prometo fazer A” é assumir a responsabilidade por ter a intenção de fazer A, e esta condição mantém-se de pé quer o proferimento seja sincero ou não. Logo para darmos conta da possibilidade de uma promessa insincera, temos apenas de revisar nossa sexta condição, de modo que ela afirme não que o falante tem a intenção de fazer A, mas sim que ele assume a responsabilidade

<sup>29</sup> Acerca dos estados mentais que o falante deve possuir para poder proferir uma promessa sincera, cf. SEARLE, 1969, p. 60.

<sup>30</sup> Austin chama as infelicidades desse tipo de abusos, contrastando-as com os desacertos.

por ter a intenção de fazer A. Por isso — e também para evitarmos qualquer acusação de circularidade — reformularemos nossa sexta condição da seguinte maneira:

6a. *F* tenciona que o proferimento de *T* o torne responsável por tencionar fazer A.

Assim corrigida (e com o termo “sinceramente” subtraído tanto de nosso *analysandum* quanto de nossa nona condição), nossa análise torna-se neutra em relação à questão de as promessas serem sinceras ou não. (SEARLE, 1969, p. 62, tradução nossa)

Quanto à condição essencial, esta é responsável por distinguir as promessas (além de outros membros da mesma família, como os juramentos) dos demais atos ilocucionários, uma vez que a marca distintiva de uma promessa (seu *objetivo ilocucionário*, como veremos em nossa seção 2.4 *Uma nova taxonomia dos atos de fala*) é ser a garantia de realização por parte do falante de um ato futuro A, afinal, como diz Austin ao comentar um trecho de *Hipólito*, “minha palavra é meu penhor” (AUSTIN, 1962, p. 10, tradução nossa). No entanto:

Note que em nossa formulação dessa condição, especificamos apenas a intenção do falante; as próximas condições deixarão claro como ela é efetivada. É evidente, porém, que ter essa intenção é uma condição necessária para fazer uma promessa, pois se o falante puder demonstrar que não a tinha no momento em que realizou um certo proferimento, ele poderá provar que o proferimento em questão não foi uma promessa. Sabemos, por exemplo, que o Sr. Pickwick não prometeu realmente se casar com determinada mulher porque sabemos que ele não tinha a intenção apropriada. (SEARLE, 1969, p. 60, tradução nossa)

Por fim, a oitava condição retoma a análise griciana de *significação não natural* revista por Searle e a aplica ao ato de prometer<sup>31</sup>, ao passo que a nona evidencia que são as regras semânticas que subjazem às convenções de uma língua (ou, mais especificamente, de um dialeto) que determinam como se pode usar uma frase para fazer uma promessa, isto é, que determinam o significado de *T* mencionado na condição anterior. Conjuntamente, tais condições evitam contraexemplos como o do soldado estadunidense capturado por tropas italianas dado por Searle na seção 2.6 *Meaning* de seu *Speech Acts*.<sup>32</sup> O último esclarecimento que temos a fazer é que:

<sup>31</sup> Acerca de tal análise e sua revisão, cf. SEARLE, 1969, p. 42–50.

<sup>32</sup> Num artigo intitulado *Meaning* e publicado na revista *Philosophical Review* em junho de 1957, Paul Grice argumentou que dizer que um falante *F* quis dizer algo [*meant something*] através de *X* é o mesmo que dizer que *F* tencionou que o proferimento de *X* produzisse um certo efeito num ouvinte *O* por meio do reconhecimento de tal intenção. Segundo Searle, porém, essa análise do que o próprio Grice chamou de *significação não natural*, em oposição a outras noções de significação presentes em frases como “Nuvens significam chuva” e “Aqueles manchas significam sarampo”, embora capte o traço essencial da comunicação linguística, que é a conexão entre significação e intenção, ignora, entre outras coisas, a ligação existente entre intenções significativas e convenções linguísticas e regras da linguagem. A fim de mostrar então como as intenções significativas estão profundamente ligadas às convenções linguísticas e às regras da linguagem, Searle recorre ao seguinte exemplo: “Suponhamos que eu seja um soldado norte-americano feito prisioneiro por tropas italianas durante a Segunda Guerra Mundial e que eu queira levar meus captores a acreditarem que sou um soldado alemão a fim de que me libertem. Meu

Estamos interpretando a primeira de nossas condições de modo bastante geral, de maneira que, juntamente com as demais, ela garanta que *O* compreenda o proferimento feito por *F*, ou seja, que, juntamente com as condições 2–9, ela implique (1) que o efeito ilocucionário *C* seja produzido em *O* por meio do reconhecimento, por parte de *O*, da intenção que *F* tem de produzi-lo e (2) que, além disso, esse reconhecimento seja alcançado em virtude do conhecimento que *O* tem do significado de *T*. Essa condição poderia, é claro, ser tomada como uma condição à parte, e se o leitor for da opinião de que estamos exigindo demais de nossa condição de emissão e assimilação ao estabelecermos que ela deve garantir, em conjunto com as outras condições, que o ouvinte compreenda o proferimento feito pelo falante, deverá realmente considerá-la então como uma condição à parte. (SEARLE, 1969, p. 61, tradução nossa)

Assim, é chegado, finalmente, o momento de voltarmos nossa atenção para as regras semânticas mencionadas na nona condição e cuja explicitação, como previamente indicamos, poderá ser vista como uma confirmação da hipótese searliana de que falar uma língua é realizar atos de fala de acordo com sistemas de regras constitutivas. Searle as extrai das condições 2–7

---

desejo seria, pois, dizer-lhes, em alemão ou italiano, que sou um soldado alemão. Suponhamos, porém, que eu não saiba alemão ou italiano o suficiente para fazer isso. Tento então, por assim dizer, encenar que lhes estou dizendo que sou um soldado alemão recitando o pouco de alemão que sei e esperando que eles não saibam alemão o bastante para me desmascarar. Suponhamos ainda que eu conheça apenas um verso em alemão, do qual me recordo por conta de um poema que tive de memorizar durante um curso de alemão no ensino médio. Sendo assim, eu, um prisioneiro norte-americano, dirijo-me a meus captores italianos com a seguinte frase: ‘*Kennst du das Land wo die Zitronen blüben?*’. Descrevamos agora essa situação nos termos de Grice. Tenciono produzir um certo efeito em meus captores — a saber, a crença de que sou um soldado alemão — e pretendo fazer isso através do reconhecimento dessa minha intenção por parte deles. Tenciono que eles pensem que o que lhes estou tentando dizer é que sou um soldado alemão. Contudo segue-se desse relato que, quando digo ‘*Kennst du das Land...*’ etc., o que quero dizer é “Sou um soldado alemão”? Ora, não apenas isso não se segue, como ainda por cima sinto-me relutante em dizer que, quando profiro a frase em questão, o que quero dizer é ‘Sou um soldado alemão’ ou mesmo ‘*Ich bin ein deutscher Soldat*’, porquanto o que tais palavras de fato significam, bem como o que elas significam de acordo com minha recordação, é ‘Conheces a terra onde os limoeiros florescem?’” (SEARLE, 1969, p. 43–44, tradução nossa) Como esse exemplo deixa claro, a intenção do falante de provocar em seu(s) ouvinte(s) um certo efeito, ao proferir certa(s) frase(s), através do reconhecimento, por parte dele(s), dessa mesma intenção pode não coincidir com o que o falante quer dizer [*what he or she means*] através do proferimento dessa(s) mesma(s) frase(s). No caso de que ora estamos tratando, a intenção do falante de provocar em seus ouvintes a crença de que ele é um soldado alemão ao proferir a frase “*Kennst du das Land wo die Zitronen blüben?*” não coincide com “Conheces a terra onde os limoeiros florescem?”, que é o que o falante realmente quer dizer. Temos aqui, com efeito, um perfeito contraexemplo da análise griceana de significação não natural, o que só é possível, entretanto, porque Grice não contempla em sua análise o fato de que o que se quer dizer não prescinde das convenções linguísticas e das regras da linguagem empregadas para dizê-lo. Em outras palavras, a intenção de provocar um certo efeito no(s) ouvinte(s), ao dizer algo, por meio do reconhecimento, por parte dele(s), dessa mesma intenção não corresponde necessariamente à intenção de querer dizer uma certa coisa — a não ser quando essa correspondência é determinada pelas convenções linguísticas e pelas regras da linguagem empregadas pelo falante. Daí Searle dizer que: “Temos [...] de reformular a análise de significação não natural feita por Grice de modo a esclarecermos que o que se quer dizer quando se profere uma frase está relacionado mais do que de modo meramente fortuito com o que a frase em questão significa na língua que se está falando. Em nossa análise dos atos ilocucionários, temos de captar aspectos convencionais tanto quanto aspectos intencionais e, sobretudo, a relação entre ambos. Na realização de um ato ilocucionário em que ocorre o proferimento literal de uma frase, o falante tenciona produzir um certo efeito no ouvinte fazendo com que este reconheça sua intenção de produzi-lo, mas, além disso, na medida em que o falante está usando as palavras literalmente, ele tenciona que esse reconhecimento seja alcançado em virtude do fato de que as regras que regem o uso das expressões por ele proferidas associam tais expressões com a produção desse efeito. É essa *combinação* de elementos que precisaremos expressar em nossa análise do ato ilocucionário.” (SEARLE, 1969, p. 45, grifo do autor, tradução nossa)

que acabamos de examinar, haja vista que as condições 1, 8 e 9 dizem respeito aos atos de fala em geral, não sendo, pois, próprias do ato de prometer. Dito isso:

As regras semânticas que regem o emprego de qualquer dispositivo indicador da força ilocucionária *Pr* do ato de prometer são:

*Regra 1.* *Pr* deve ser proferida apenas no contexto de uma frase (ou de um trecho maior do discurso) *T* cujo proferimento predique um ato futuro *A* do falante *F*. Chamaremos essa primeira regra de *regra de conteúdo proposicional*. Ela é derivada das condições de conteúdo proposicional 2 e 3.

*Regra 2.* *Pr* deve ser proferida apenas se o ouvinte *O* preferir que *F* faça *A* a que ele não faça *A* e se *F* acreditar que *O* prefere que ele faça *A* a que ele não faça *A*.

*Regra 3.* *Pr* deve ser proferida apenas se não for óbvio nem para *F* nem para *O* que *F* fará *A* durante o curso normal dos acontecimentos. Chamaremos as regras 2 e 3 de *regras preparatórias*. Elas são derivadas das condições preparatórias 4 e 5.

*Regra 4.* *Pr* deve ser proferida apenas se *F* tencionar fazer *A*. Chamaremos essa quarta regra de *regra de sinceridade*. Ela é derivada da condição de sinceridade 6.

*Regra 5.* O proferimento de *Pr* conta como uma garantia de que *F* fará *A*. Chamaremos essa quinta e última regra de *regra essencial*.

Essas cinco regras relacionam-se de certas maneiras: as regras 2–5 aplicam-se apenas se a regra 1 tiver sido cumprida, e a regra 5 aplica-se apenas se as regras 2 e 3 tiverem sido cumpridas. (SEARLE, 1969, p. 62–63, grifo do autor, tradução nossa)

Como o leitor deve se recordar, Searle valeu-se do jogo de xadrez para ilustrar sua distinção entre regras e convenções, e gostaríamos agora de chamar-lhe a atenção para o fato de Searle, explorando uma vez mais o antigo exemplo, traçar um importante paralelo entre algumas das regras que regem o jogo de xadrez e algumas das regras que regem o ato de prometer:

Note que a analogia um tanto ou quanto cansativa entre os atos de fala e os jogos mantém-se de pé de maneira extraordinariamente firme. Se nos perguntássemos em que condições poderíamos dizer corretamente a um jogador para mover um certo cavalo, encontraríamos condições preparatórias como a de que deve ser sua vez de jogar, assim como uma condição essencial que estabeleceria para quais posições o cavalo em questão poderia ser movido naquele exato momento. Existem, inclusive, condições de sinceridade para os jogos competitivos, por exemplo a de que não se deve trapacear ou tentar “entregar” o jogo. Evidentemente, tais regras de sinceridade não são exclusivas deste ou daquele jogo, mas aplicam-se aos jogos competitivos de modo geral. Não é comum, entretanto, haver regras de conteúdo proposicional para jogos, uma vez que estes geralmente não representam estados de coisas. (SEARLE, 1969, p. 63–64, tradução nossa)

A esta altura já podemos dizer seguramente que, ao determinar as condições necessárias e suficientes para a realização bem-sucedida e não defeituosa do ato de prometer e extrair daí as regras que regem o emprego dos indicadores da força ilocucionária *Pr*, Searle pôde ainda estabelecer uma inovadora taxonomia cuja potência é tal que ela pode ser aplicada até mesmo a jogos, como o xadrez. Referimo-nos, é claro, às classes de condições e regras (1) de conteúdo

proposicional, (2) preparatórias, (3) de sinceridade e (4) essenciais. Ademais, como observa nosso autor: “Se a relevância de nossa análise ultrapassa o ato de prometer, essas distinções devem poder ser aplicadas a outros tipos de atos ilocucionários, e pensamos que um pouco de reflexão revelar-nos-á que isso, de fato, é possível.” (SEARLE, 1969, p. 64, tradução nossa) As tabelas a seguir mostram, com efeito, como tais distinções podem ser aplicadas, respectivamente, aos atos ilocucionários de pedir, declarar, perguntar, agradecer, aconselhar, avisar, cumprimentar e parabenizar.<sup>33</sup> O leitor terá aqui uma excelente oportunidade para mensurar o alcance da reformulação pela qual a parte da teoria dos atos de fala que diz respeito às infelicidades passa nas mãos de Searle, que consegue realizar a façanha de conciliar as exigências generalistas da sistematização com as tendências especificativas da precisão numa nova e mais robusta teoria das condições de sucesso.

---

<sup>33</sup> Na seção 3.4 *Extending the analysis* de seu *Speech Acts*, Searle formula, com base nestas tabelas, nove leis acerca dos atos ilocucionários cuja leitura recomendamos àqueles que desejarem compreender mais profundamente as análises a seguir.

		<b>Tipos de atos ilocucionários</b>		
		<i>Pedir</i>	<i>Asseverar, declarar, afirmar</i>	<i>Perguntar</i>
<b>Tipos de regras</b>	<i>Regras de conteúdo proposicional</i>	Um ato futuro <i>A</i> de <i>O</i> .	Qualquer proposição <i>p</i> .	Qualquer proposição ou função proposicional.
	<i>Regras preparatórias</i>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>O</i> é capaz de fazer <i>A</i>, e <i>F</i> acredita que <i>O</i> é capaz de fazer <i>A</i>.</li> <li>2. Não é óbvio nem para <i>F</i> nem para <i>O</i> que <i>O</i> fará <i>A</i> de livre e espontânea vontade durante o curso normal dos acontecimentos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>F</i> possui evidências da (razões para a etc.) verdade de <i>p</i>.</li> <li>2. Não é óbvio nem para <i>F</i> nem para <i>O</i> que <i>O</i> sabe (não precisa ser lembrado de etc.) <i>p</i>.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>F</i> ou não sabe “a resposta”, isto é, se a proposição em questão é verdadeira, ou, no caso de uma função proposicional, não sabe qual é o complemento necessário para completar a proposição verdadeiramente (vide o comentário abaixo).</li> <li>2. Não é óbvio nem para <i>F</i> nem para <i>O</i> que <i>O</i> fornecerá tal informação naquele exato momento sem ser indagado.</li> </ol>
	<i>Regras de sinceridade</i>	<i>F</i> quer que <i>O</i> faça <i>A</i> .	<i>F</i> acredita que <i>p</i> .	<i>F</i> deseja a informação em questão.
	<i>Regras essenciais</i>	O proferimento conta como uma tentativa de fazer com que <i>O</i> faça <i>A</i> .	O proferimento conta como uma garantia de que <i>p</i> representa um estado de coisas real.	O proferimento conta como uma tentativa de extrair tal informação de <i>O</i> .
<b>Comentários</b>		Em se tratando de ordenar e mandar, existe a regra preparatória adicional de que <i>F</i> deve estar numa posição de autoridade relativamente a <i>O</i> . Provavelmente, porém, mandar não possui a condição “pragmática” que requer não obviedade. Ademais, em ambos os casos, a relação de autoridade afeta a condição essencial, pois aqui o proferimento conta como uma tentativa de fazer com que <i>O</i> faça <i>A</i> em virtude da autoridade que <i>F</i> tem sobre <i>O</i> .	Diferentemente de argumentar, esses atos não parecem estar essencialmente ligados a tentar convencer alguém de alguma coisa. Por isso, “Estou apenas declarando que <i>p</i> , sem tentar convencê-lo de que <i>p</i> ” é aceitável, ao passo que “Estou argumentando que <i>p</i> , mas não estou tentando convencê-lo de que <i>p</i> ” soa incoerente.	Há dois tipos de perguntas: (a) as reais; (b) e as de exame. Em perguntas reais, <i>F</i> deseja saber (descobrir) a resposta; já em perguntas de exame, o que <i>F</i> deseja saber é se <i>O</i> sabe a resposta.

## Tipos de atos ilocucionários

	<i>Agradecer</i>	<i>Aconselhar</i>	<i>Avisar</i>
<b>Tipos de regras</b>	<p><i>Regras de conteúdo proposicional</i></p> <p>Um ato passado <i>A</i> de <i>O</i>.</p> <p><i>Regras preparatórias</i></p> <p><i>A</i> beneficia <i>F</i>, e <i>F</i> acredita que <i>A</i> o beneficia.</p>	<p>Um ato futuro <i>A</i> de <i>O</i>.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>F</i> tem alguma razão para acreditar que <i>A</i> beneficiará <i>O</i>.</li> <li>2. Não é óbvio nem para <i>F</i> nem para <i>O</i> que <i>O</i> fará <i>A</i> durante o curso normal dos acontecimentos.</li> </ol>	<p>Um acontecimento ou estado etc. futuro <i>E</i>.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>F</i> tem alguma razão para acreditar que <i>E</i> ocorrerá e que isso não é do interesse de <i>O</i>.</li> <li>2. Não é óbvio nem para <i>F</i> nem para <i>O</i> que <i>E</i> ocorrerá.</li> </ol>
	<p><i>Regras de sinceridade</i></p> <p><i>F</i> sente-se grato por <i>A</i> ou o estima.</p>	<p><i>F</i> acredita que <i>A</i> beneficiará <i>O</i>.</p>	<p><i>F</i> acredita que <i>E</i> não é do interesse de <i>O</i>.</p>
<b>Comentários</b>	<p><i>Regras essenciais</i></p> <p>O proferimento conta como uma expressão de gratidão ou estima.</p> <p>Aqui a regra de sinceridade e a regra essencial se sobrepõem. De fato, agradecer é apenas expressar gratidão, ao passo que prometer, por exemplo, não é tão somente expressar uma intenção.</p>	<p>O proferimento conta como uma garantia de que <i>A</i> é do interesse de <i>O</i>.</p> <p>Contrariamente ao que se poderia imaginar, um conselho não é uma espécie de pedido. É interessante, aliás, comparar “conselhos” com “incitações”, “defesas” e “recomendações”. Seja como for, aconselhar uma pessoa não é tentar fazer com que ela faça algo no mesmo sentido em que o ato de pedir o é. Aconselhar tem mais a ver com dizer a uma pessoa o que é melhor para ela.</p>	<p>O proferimento conta como uma garantia de que <i>E</i> não é do interesse de <i>O</i>.</p> <p>Avisar é como aconselhar, e não como pedir. Daí por que pensamos que avisar não é necessariamente uma tentativa de fazer com que uma pessoa realize uma ação preventiva. Note ainda que a descrição acima diz respeito aos avisos categóricos em vez de hipotéticos, embora os avisos, em sua maioria, sejam provavelmente hipotéticos: “Se você não fizer <i>X</i>, <i>Y</i> ocorrerá”.</p>

### Tipos de atos ilocucionários

		<i>Cumprimentar</i>	<i>Parabenizar</i>
<b>Tipos de regras</b>	<i>Regras de conteúdo proposicional</i>	Nenhuma.	Algum acontecimento, ato etc. <i>E</i> relacionado a <i>O</i> .
	<i>Regras preparatórias</i>	<i>F</i> acaba de encontrar (ou de ser apresentado a) <i>O</i> .	<i>E</i> é do interesse de <i>O</i> , e <i>F</i> acredita que <i>E</i> é do interesse de <i>O</i> .
	<i>Regras de sinceridade</i>	Nenhuma.	<i>F</i> está feliz por <i>E</i> .
	<i>Regras essenciais</i>	O proferimento conta como uma forma cortês de <i>F</i> reconhecer <i>O</i> .	↓ O proferimento conta como uma expressão de contentamento por <i>E</i> .
<b>Comentários</b>			Parabenizar é similar a agradecer no sentido de que ato de parabenizar é uma expressão de sua própria condição de sinceridade.

Para concluir, podemos esquematizar as principais diferenças que encontramos entre Austin e Searle no que tange às condições de sucesso dos atos de fala da seguinte maneira: (a) Searle distingue claramente condições de regras bem como — e isto é o mais importante — regras de convenções, ao passo que Austin é um tanto impreciso no modo como emprega os termos “condições”, “regras” e “convenções”; (b) Searle se pergunta quais são as condições de sucesso deste ou daquele ato de fala, enquanto Austin se pergunta quais são as condições de felicidade dos atos de fala em geral; (c) porém, ao classificar as condições de sucesso de diferentes atos de fala, Searle consegue construir uma importante passagem entre o que é específico de cada ato de fala e o que é comum a vários deles; por fim, (d) a teoria das condições de sucesso de Searle mostra-se capaz de “digerir”, por assim dizer, os *quebra-cabeças* oriundos da doutrina das infelicidades de Austin e, nesse sentido, é um verdadeiro “serviço de limpeza”, para usarmos a expressão de Thomas Kuhn.

*“Essas últimas duas classes [comportativos e expositivos] são as que considero mais problemáticas, e pode muito bem ser que elas careçam de clareza ou se cruzem em sua classificação — ou mesmo que uma classificação inteiramente nova seja necessária. Não estou apresentando nada disso como algo de algum modo definitivo.”*

(J. L. Austin)

## 2.4 UMA NOVA TAXONOMIA DOS ATOS DE FALA

Dentre os objetivos do artigo *A Taxonomy of Illocutionary Acts* elencados por Searle encontram-se “avaliar a classificação de Austin para mostrar em quais aspectos ela é adequada e em quais ela não o é” e “desenvolver uma classificação fundamentada dos atos ilocucionários em certas categorias ou tipos básicos” a fim de responder à pergunta “*Quantos tipos de atos ilocucionários existem?*” (SEARLE, 1979, p. 1, grifo nosso, tradução nossa). Claro está que esses dois objetivos estão intrinsecamente ligados, afinal é porque a classificação de Austin não é de todo adequada que Searle é levado a elaborar sua própria classificação. De fato, apenas uma das cinco classes propostas por Austin é conservada por Searle na teoria dos atos de fala, a saber, os compromissivos. Segundo ele: “A definição dada por Austin aos compromissivos parece-me inatacável e limitar-me-ei a retomá-la sem quaisquer modificações [...]” (SEARLE, 1979, p. 14, tradução nossa) Antes, porém, de nos debruçarmos sobre os pontos fracos da classificação de Austin, vejamos como este a apresenta em sua mais concisa versão:

Chamo esses proferimentos, classificados de acordo com sua força ilocucionária, pelos seguintes nomes um tanto ou quanto rebarbativos:

- (1) vereditivos;
- (2) exercitivos;
- (3) compromissivos;
- (4) comportativos (um horror esse neologismo); e
- (5) expositivos.

Teremos de abordá-los em detalhes, mas antes farei uma apresentação sumária de cada um deles.

Os primeiros, chamados vereditivos, caracterizam-se, como seu nome sugere, por um veredito dado por um jure, um juiz ou um árbitro. Eles não precisam, no entanto, ser definitivos; eles podem, por exemplo, ser uma estimativa, um cálculo ou uma avaliação. Eles envolvem essencialmente o estabelecimento de algo — fato ou valor — a respeito do que, por diferentes razões, é difícil ter certeza.

Os segundos, chamados exercitivos, consistem no exercício de poderes, direitos ou influência. Como exemplo, temos *appointing* (nomear, designar), *voting* (votar), *ordering* (ordenar), *urging* (instar), *advising* (aconselhar), *warning* (advertir) etc.

Os terceiros, chamados compromissivos, caracterizam-se por prometer, quando não por assumir uma responsabilidade [*undertaking*]; eles *comprometem* [*commit*] o falante a fazer algo, mas também incluem declarações [*statements*] ou anúncios de intenções (que não são promessas), além de coisas um tanto vagas que podemos chamar de adesões, como tomar partido de alguém. Eles possuem conexões evidentes com os vereditivos e os exercitivos.

Os quartos, chamados comportativos, formam um grupo muito heterogêneo e têm a ver com atitudes e o *comportamento social*. Alguns exemplos são *apologizing* (desculpar-se), *congratulating* (parabenizar), *commending* (elogiar), *condoling* (dar os pêsames), *cursing* (amaldiçoar) e *challenging* (contestar).

Os quintos, chamados expositivos, não são fáceis de definir. Eles esclarecem como nossos proferimentos se encaixam na estrutura de um argumento ou de uma conversa

— isto é, como usamos as palavras — ou são, em geral, explicativos. Eis alguns exemplos: *I reply* (“Respondo”), *I argue* (“Argumento”), *I concede* (“Admito”), *I illustrate* (“Exemplifico”), *I assume* (“Suponho”), *I postulate* (“Postulo”) etc. Devemos ainda ter em mente que há uma grande chance de haver casos marginais ou embaraçosos, além de sobreposições, no que diz respeito a essas cinco classes. (AUSTIN, 1969, p. 150–151, tradução nossa)

Em outras palavras: (a) “Os vereditivos consistem em emitir um juízo, oficial ou extra-oficial, sobre as evidências ou as razões envolvendo um valor ou um fato, caso estes dois sejam distinguíveis.” (AUSTIN, 1969, p. 152, tradução nossa); (b) os exercitivos, em “tomar uma decisão a favor ou contra um certo curso de ação ou então em defendê-lo. É uma decisão de que algo deve ser desse jeito, e não um julgamento de que é desse jeito [...].” (AUSTIN, 1969, p. 154, tradução nossa); (c) os compromissivos, em “comprometer o falante com um certo curso de ação” (AUSTIN, 1969, p. 156, tradução nossa); (d) já os expositivos “são usados em atos de exposição que envolvem a explicação de pontos de vista, a condução de debates e o esclarecimento de usos e referências.” (AUSTIN, 1969, p. 160, tradução nossa); e (e) os comportativos “incluem a noção de reação ao comportamento e à sorte de outras pessoas, bem como as atitudes e as expressões de atitudes relativas ao comportamento passado ou iminente de alguém.” (AUSTIN, 1969, p. 159, tradução nossa) Nas páginas a seguir, o leitor poderá comparar cada uma das definições acima com os verbos da língua inglesa classificados por Austin em sua *XII Conferência*.

**VERBOS DA LÍNGUA INGLESA CLASSIFICADOS POR AUSTIN EM SUA XII CONFERÊNCIA**

<b>Vereditivos</b>			<b>Exercitivos</b>			<b>Compromissivos</b>		
<i>acquit</i>	<i>convict</i>	<i>find (as a matter of fact)</i>	<i>order</i>	<i>command</i>	<i>direct</i>	<i>promise</i>	<i>covenant</i>	<i>contract</i>
<i>hold (as a matter of law)</i>	<i>interpret as</i>	<i>understand</i>	<i>sentence</i>	<i>fine</i>	<i>grant</i>	<i>undertake</i>	<i>bind myself</i>	<i>give my word</i>
<i>read it as</i>	<i>rule</i>	<i>calculate</i>	<i>levy</i>	<i>vote for</i>	<i>nominate</i>	<i>am determined to</i>	<i>intend</i>	<i>declare my intention</i>
<i>Reckon</i>	<i>estimate</i>	<i>locate</i>	<i>choose</i>	<i>claim</i>	<i>give</i>	<i>mean to</i>	<i>plan</i>	<i>purpose</i>
<i>Place</i>	<i>date</i>	<i>measure</i>	<i>bequeath</i>	<i>pardon</i>	<i>resign</i>	<i>propose to</i>	<i>shall</i>	<i>contemplate</i>
<i>put it at</i>	<i>make it</i>	<i>take it</i>	<i>warn</i>	<i>advise</i>	<i>plead</i>	<i>envisage</i>	<i>engage</i>	<i>swear</i>
<i>Grade</i>	<i>rank</i>	<i>rate</i>	<i>pray</i>	<i>entreat</i>	<i>beg</i>	<i>guarantee</i>	<i>pledge myself</i>	<i>bet</i>
<i>Assess</i>	<i>value</i>	<i>describe</i>	<i>urge</i>	<i>press</i>	<i>recommend</i>	<i>vow</i>	<i>agree</i>	<i>consent</i>
<i>Characterize</i>	<i>diagnose</i>	<i>analyse</i>	<i>proclaim</i>	<i>announce</i>	<i>quash</i>	<i>dedicate myself to</i>	<i>declare for</i>	<i>side with</i>
			<i>counter-mand</i>	<i>annul</i>	<i>repeal</i>	<i>adopt</i>	<i>champion</i>	<i>embrace</i>
			<i>unact</i>	<i>reprieve</i>	<i>veto</i>	<i>espouse</i>	<i>oppose</i>	<i>favour</i>
			<i>dedicate</i>	<i>declare</i>	<i>declare</i>			
				<i>closed</i>	<i>open</i>			

### Comportativos

<i>for apologies</i>	<i>for thanks</i>	<i>for sympathy</i>	<i>for attitudes</i>	<i>for greetings</i>	<i>for wishes</i>	<i>for challenges</i>
<i>apologize</i>	<i>thank</i>	<i>deplore</i>	<i>resent</i>	<i>welcome</i>	<i>bless</i>	<i>dare</i>
		<i>commiserate</i>	<i>don't mind</i>	<i>bid you farewell</i>	<i>curse</i>	<i>defy</i>
		<i>compliment</i>	<i>pay tribute</i>		<i>toast</i>	<i>protest</i>
		<i>condole</i>	<i>criticize</i>		<i>drink</i>	<i>challenge</i>
		<i>congratulate</i>	<i>grumble about</i>		<i>wish (in its strict performative use)</i>	
		<i>felicitate</i>	<i>complain of</i>			
		<i>sympathize</i>	<i>applaud</i>			
			<i>overlook</i>			
			<i>commend</i>			
			<i>deprecate</i>			
			<i>blame (non-exercitive use)</i>			
			<i>approve (non-exercitive use)</i>			
			<i>favour (non-exercitive use)</i>			

### Expositivos

1	2	3	3 <sup>a</sup>	4	5	5 <sup>a</sup>	6	7	7 <sup>a</sup>	7 <sup>b</sup>	7 <sup>c</sup>
<i>affirm</i>	<i>remark</i>	<i>inform</i>	<i>ask</i>	<i>testify</i>	<i>accept</i>	<i>correct</i>	<i>postulate</i>	<i>begin by</i>	<i>interpret</i>	<i>illustrate</i>	<i>mean</i>
<i>deny</i>	<i>mention</i>	<i>Apprise</i>		<i>report</i>	<i>concede</i>	<i>revise</i>	<i>deduce</i>	<i>turn to</i>	<i>distinguish</i>	<i>explain</i>	<i>refer</i>
<i>state</i>	<i>?interpose</i>	<i>tell</i>		<i>conjecture</i>	<i>withdraw</i>		<i>argue</i>	<i>conclude by</i>	<i>analyse</i>	<i>formulate</i>	<i>call</i>
<i>describe</i>		<i>answer</i>		<i>?doubt</i>	<i>agree</i>		<i>neglect</i>		<i>define</i>		<i>understand</i>
<i>class</i>		<i>rejoin</i>		<i>?know</i>	<i>demur to</i>		<i>?emphasize</i>				<i>regard as</i>
<i>identify</i>				<i>?believe</i>	<i>object to</i>						
					<i>adhere to</i>						
					<i>recognize</i>						
					<i>repudiate</i>						

Searle, por sua vez, enfatiza que: “A primeira coisa a ser notada nessas listas é que *elas não são classificações de atos ilocucionários, mas sim de verbos ilocucionários do inglês.*”<sup>34</sup> (SEARLE, 1979, p. 9, grifo nosso, tradução nossa) Em sua *XII Conferência*, Austin explica que, através da identificação sistemática dos verbos performativos explícitos da língua inglesa, procurou fazer uma lista das forças ilocucionárias para que esta servisse de base para sua classificação dos tipos básicos de atos ilocucionários.<sup>35</sup> Contudo, argumenta Searle, como dois verbos ilocucionários não sinônimos não designam necessariamente dois atos ilocucionários distintos, a classificação de Austin termina por ser mais uma classificação dos verbos ilocucionários da língua inglesa do que propriamente dos atos ilocucionários, que, como tais, ultrapassam as fronteiras de qualquer das línguas naturais. O trecho a seguir, extraído de *How to Do Things with Words*, corrobora o ponto de Searle de acordo com o qual a tentativa de Austin de classificar os atos ilocucionários teve como base uma lista de verbos, e não, como pretendia o filósofo, das forças ilocucionárias:

Empregando então (com cautela) o teste simples da primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo e recorrendo ao dicionário (um pequeno será suficiente) imbuídos de um espírito liberal, obteremos uma *lista de verbos* na ordem de 10 à terceira potência. (AUSTIN, 1969, p. 149, grifo nosso, tradução nossa)

Além dessa confusão persistente entre atos e verbos, a classificação de Austin padece ainda dos seguintes pontos fracos: (a) em primeiro lugar, *nem todos os verbos classificados são realmente verbos ilocucionários* — tome o leitor como exemplo os verbos *sympathize* (solidarizar-se), *regard as* (considerar como), *mean to* (pretender), *intend* (ter a intenção de) e *shall* (haver de); é óbvio, por exemplo, que: “Dizer ‘Tenho a intenção [*I intend*]’ não é ter a intenção; tampouco na terceira pessoa tal verbo designa um ato ilocucionário: ‘Ele teve a intenção [*He intended*]’ não relata um ato de fala.” (SEARLE, 1979, p. 9, tradução nossa); (b) em segundo lugar, *não há um princípio claro e consiste a partir do qual a classificação seja construída*, sendo que: “Apenas em relação aos compromissivos, Austin usou de maneira clara e inequívoca o *objetivo ilocucionário*<sup>36</sup> como a base da definição de uma categoria.” (SEARLE, 1979, p. 10, grifo nosso, tradução nossa); (c) em terceiro lugar, *as classes se sobrepõem demasiadamente*

<sup>34</sup> Acerca de como poderíamos proceder caso quiséssemos classificar os verbos ilocucionários, cf. SEARLE, 1979, p. 28–29.

<sup>35</sup> “Dissemos que havia mais uma coisa que obviamente precisava ser feita, algo que requer um trabalho de campo prolongado. Dissemos há muito tempo que precisávamos de uma lista de ‘verbos performativos explícitos’, mas — à luz da teoria mais geral — vemos agora que o que precisamos é de uma lista das *forças ilocucionárias* de um proferimento.” (AUSTIN, 1969, p. 148–149, grifo do autor, tradução nossa)

<sup>36</sup> Falaremos mais do objetivo ilocucionário nas próximas páginas.

— Austin classifica o verbo *describe* (descrever), por exemplo, tanto como um vereditivo quanto como um expositivo; além disso, expositivos como *affirm* (afirmar), *deny* (negar), *state* (declarar), *class* (classificar), *identify* (identificar), *conclude* (concluir) e *deduce* (deduzir), não obstante tenham sido classificados como expositivos, poderiam igualmente ser classificados como vereditivos; (d) em quarto lugar, *há excessiva heterogeneidade no interior das classes* — os verbos *dare* (afrontar), *defy* (desafiar) e *challenge* (contestar), por exemplo, são classificados por Austin como comportativos juntamente com *thank* (agradecer), *apologize* (desculpar-se), *deplore* (deplorar) e *welcome* (dar as boas-vindas), muito embora aqueles tenham a ver com as ações subsequentes do ouvinte e, por esse motivo, alinhem-se com *order* (ordenar), *command* (mandar) e *forbid* (proibir), classificados como exercitativos; e (e) em quinto e último lugar, *alguns verbos simplesmente não satisfazem as definições dadas a suas respectivas classes*, como os exercitativos *nominate* (nomear), *appoint* (nomear, designar) e *excommunicate* (excomungar), que claramente não consistem em “advogar uma linha de ação” a exemplo de *order* (ordenar), *command* (mandar) e *urge* (instar); ora: “Ao designá-lo [*appoint*] presidente, não defendo que você seja ou se torne o presidente; eu *faço* de você o presidente.” (SEARLE, 1979, p. 11, grifo do autor, tradução nossa)

Com o intuito então de construir uma nova taxonomia dos atos de fala, Searle observa que há pelo menos doze dimensões significativas de variação em virtude das quais os atos ilocucionários diferem uns dos outros.<sup>37</sup> Todavia abordaremos nesta dissertação apenas aquelas quatro dimensões que comparecem no simbolismo de nosso autor: (a) o objetivo ilocucionário; (b) o estado psicológico; (c) o conteúdo proposicional; e (d) a direção de ajuste. Como veremos, a classificação searliana é baseada numa combinação dos *objetivos ilocucionários* presentes nas *condições essenciais* dos atos ilocucionários, dos *estados psicológicos* presentes em suas *condições de sinceridade* e das *proposições* presentes em suas *condições de conteúdo proposicional* juntamente com a *direção de ajuste* entre as palavras e o mundo, que Searle retoma de *Elizabeth Anscombe*.

Segundo o filósofo, *a melhor base de que dispomos para uma classificação dos tipos básicos de atos ilocucionários são os objetivos ilocucionários*, que constituem as condições essenciais dos atos de fala. Tomemos como exemplo os atos de ordenar, descrever e prometer: o objetivo ilocucionário de uma ordem é levar o ouvinte a fazer algo; o de uma descrição é ser a representação (verdadeira ou falsa, precisa ou imprecisa) de como alguma coisa é; e o de uma promessa é fazer o falante assumir a obrigação de fazer algo. O objetivo ilocucionário não deve

---

<sup>37</sup> Acerca dessas doze dimensões, cf. SEARLE, 1979, p. 2–8.

ser confundido, porém, com a intenção perlocucionária (os verbos “ordenar”, “descrever” e “prometer”, por exemplo, não se associam, por definição, a nenhuma intenção perlocucionária) nem muito menos com a própria força ilocucionária. Como explica Searle: “Em geral, pode-se dizer que a noção de força ilocucionária é resultante de vários elementos, sendo o objetivo ilocucionário apenas um deles, *não obstante ele seja, a meu ver, o mais importante.*” (SEARLE, 1979, p. 3, grifo nosso, tradução nossa)

No que diz respeito ao estado psicológico expresso na realização de um ato ilocucionário, este constitui a condição de sinceridade de um ato de fala. Ora, ao realizar um ato ilocucionário provido de conteúdo proposicional, o falante, por via de regra, expressa um estado psicológico com relação a tal conteúdo — *ainda que não o possua*. Quer seja sincero ou não, o falante: ao declarar [*state*], explicar, asserir ou alegar que *p*, expressa a *crença* de que *p*; ao prometer, jurar ou ameaçar fazer *A*, expressa a *intenção* de fazer *A*; ao ordenar, mandar ou pedir que o ouvinte faça *A*, expressa o *desejo* (a *vontade*, o *anseio*) de que o ouvinte faça *A*; e ao desculpar-se por ter feito *A*, expressa o *arrependimento* por ter feito *A*.

Note que isso se mantém mesmo quando o falante é insincero. Ainda que não tenha a crença, o desejo, a intenção, o arrependimento ou o prazer expressos, o falante expressa uma crença, um desejo, uma intenção, um arrependimento ou um prazer durante a realização de um ato de fala. Tal fato é marcado na linguagem por ser linguisticamente inaceitável (apesar de não ser autocontraditório) atrelar a um verbo performativo explícito a negação do estado psicológico que ele expressa. Por esse motivo, não se pode dizer “Declaro [*I state*] que *p*, mas não acredito que *p*”, “Prometo que *p*, mas não tenho a intenção de fazer *p*” etc. Considere ainda que isso só se aplica ao uso performativo da primeira pessoa. Pode-se dizer “Ele declarou [*He stated*] que *p*, mas não acreditava realmente que *p*”, “Prometi fazer *p*, mas não tinha realmente a intenção de fazer *p*” etc. (SEARLE, 1979, p. 5, tradução nossa)

Já a proposição expressa na realização de um ato ilocucionário constitui sua condição de conteúdo proposicional e é, em certa medida, determinada pelos dispositivos indicadores de força ilocucionária. Enquanto o objetivo ilocucionário de uma predição, por exemplo, determina que o conteúdo proposicional trate do futuro, o objetivo ilocucionário de um relato determina que o conteúdo proposicional trate do passado ou do presente.

Finalmente, como já antecipamos em nossa seção 2.1 *O que mudou*, a classificação de Searle, assim como a de Austin, contém cinco classes de atos ilocucionários: (a) a classe dos assertivos ( $\downarrow$ ); (b) a classe dos diretivos ( $\uparrow$ ); (c) a classe dos compromissivos ( $\uparrow$ ); (d) a classe dos expressivos ( $\emptyset$ ); e (f) a classe dos declarativos [*declarations*] ( $\updownarrow$ ). Uma das marcas distintivas de tais classes é a direção de ajuste entre as palavras e o mundo — (1) a direção palavra-mundo (simbolizada por  $\downarrow$ ); (2) a direção mundo-palavra (simbolizada por  $\uparrow$ ); (3) a dupla

direção (simbolizada por  $\uparrow$ ); e (4) e a direção nula (simbolizada por  $\emptyset$ ) — juntamente com o papel que falante e ouvinte desempenham durante sua interação verbal, pois apesar de tanto os diretivos quanto os compromissivos possuírem a mesma direção de ajuste, a responsabilidade por realizar a ação futura é do ouvinte, no caso dos diretivos, e do falante, no caso dos compromissivos. Ainda no que se refere à direção de ajuste, como o próprio Searle admite:

A melhor ilustração que conheço dessa distinção é a de Elizabeth Anscombe (1957). Suponhamos que um homem vá ao supermercado com uma lista de compras feita por sua esposa e na qual estejam escritas as palavras “feijão, manteiga, toucinho e pão”. Suponhamos também que, enquanto anda pelo supermercado com seu carrinho de compras selecionando esses itens, o homem seja seguido por um detetive que anota tudo o que ele pega. Ao saírem da loja, comprador e detetive terão listas idênticas, mas a função de cada uma delas será bem diferente. No caso do comprador, o propósito da lista é, por assim dizer, levar o mundo a corresponder às palavras; ele deve fazer com que suas ações se ajustem à lista. No caso do detetive, o propósito da lista é levar as palavras a corresponderem ao mundo; ele deve fazer com que a lista se ajuste às ações do comprador. Isso pode ser igualmente demonstrado observando-se o papel que o “erro” desempenha nos dois casos. Se o detetive de repente se der conta, ao chegar a casa, de que o comprador comprou costeletas de porco em vez de toucinho, ele poderá simplesmente apagar a palavra “toucinho” e escrever “costeletas de porco” no lugar. Porém se o comprador chegar a casa e sua esposa chamar-lhe a atenção para o fato de ele ter comprado costeletas de porco em vez de toucinho, ele não poderá corrigir o erro apagando “toucinho” da lista e escrevendo no lugar “costeletas de porco”. Nesses exemplos, a lista fornece o conteúdo proposicional da locução, e a força ilocucionária determina como esse conteúdo deve se relacionar com o mundo. Proponho chamar essa diferença de diferença *na direção de ajuste*. A lista do detetive tem a direção de ajuste *palavra-mundo* (como as declarações [*statements*], as descrições, as asserções e as explicações); já a lista do comprador tem a direção de ajuste *mundo-palavra* (como os pedidos, os mandos, os juramentos e as promessas). [...] A direção de ajuste é sempre uma consequência do objetivo ilocucionário. Seria muito elegante se pudéssemos construir nossa taxonomia inteiramente ao redor dessas diferenças na direção de ajuste, mas, ainda que sejam imensamente importantes, sou incapaz de fazer delas o fundamento de todas as distinções [entre os tipos básicos de atos ilocucionários]. (SEARLE, 1979, p. 4, grifo do autor, tradução nossa)

Vejamos agora como Searle se vale do objetivo ilocucionário, do estado psicológico, do conteúdo proposicional e da direção de ajuste para classificar os diferentes tipos básicos de atos ilocucionários.

1. O objetivo ilocucionário dos *assertivos* “é comprometer o falante (em graus variados) com a possibilidade de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros dessa classe são avaliáveis na dimensão do *verdadeiro* e do *falso*.” (SEARLE, 1979, p. 12, grifo do autor, tradução nossa) Searle chega a dizer que o teste mais simples que podemos empregar para verificar se um ato ilocucionário pertence à classe dos assertivos é nos perguntarmos se ele pode ser literalmente caracterizado como verdadeiro ou falso, não obstante ser verdadeiro ou falso não seja uma condição suficiente (nem necessária) para que um ato ilocucionário seja um assertivo, afinal de contas os declarativos [*declarations*], como veremos,

também podem ser caracterizados como verdadeiros ou falsos. Dito isso, alguns exemplos um tanto surpreendentes de assertivos são gabar-se [*boast*] e reclamar [*complain*], que de acordo com Austin seriam comportativos, bem como concluir [*conclude*] e deduzir [*deduce*], classificados por ele como expositivos. Eis como Searle simboliza os assertivos:

$$\vdash \downarrow B (p)$$

A barra de asserção de Frege  $\vdash$  representa o objetivo ilocucionário. A seta para baixo  $\downarrow$  representa a direção de ajuste palavra-mundo. A letra maiúscula B representa o estado psicológico de crença [*belief*]. E a letra minúscula *p* entre parênteses representa o conteúdo proposicional. Uma ressalva importante que precisamos fazer no que tange ao estado psicológico dos assertivos é:

[...] que palavras como “crença” e “compromisso” são empregadas aqui com a intenção de marcar dimensões; elas são, por assim dizer, determináveis em vez de determinações. Com efeito, há uma diferença entre *sugerir* que *p* ou *levantar a hipótese* de que *p*, por um lado, e *insistir* que *p* ou solenemente *jurar* que *p*, por outro. O grau de crença e compromisso pode aproximar-se ou mesmo chegar a zero, mas está claro (ou ficará claro) que *ter como hipótese* que *p* e *declarar categoricamente* [*flatly stating*] que *p* estão no mesmo ramo de atividade, de tal modo que nenhum desses atos assemelha-se a *pedir*. (SEARLE, 1979, p. 12–13, grifo do autor, tradução nossa)

2. O objetivo ilocucionário dos *diretivos* “consiste no fato de eles serem tentativas (em graus variados; daí eles serem, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (SEARLE, 1979, p. 13, tradução nossa). Sendo assim: “Perguntas são uma subclasse de diretivos, uma vez que elas são tentativas do falante *F* de levar o ouvinte *O* a dar uma resposta, isto é, a realizar um ato de fala.” (SEARLE, 1979, p. 14, tradução nossa) Outros exemplos de diretivos incluem pedir [*request*], ordenar [*order*], convidar [*invite*] e aconselhar [*advice*], além de afrontar [*dare*], desafiar [*defy*] e contestar [*challenge*], que Austin classifica como comportativos. Podemos simbolizar esta classe da seguinte maneira:

$$! \uparrow W (O \text{ faz } A)$$

O ponto de exclamação ! representa o objetivo ilocucionário. A seta para cima  $\uparrow$  representa a direção de ajuste mundo-palavra. A letra maiúscula W representa o estado psicológico

de vontade [*want*] (de anseio [*wish*] ou de desejo [*desire*]). E o conteúdo proposicional é sempre que o ouvinte *O* faça algum ato futuro *A*.

3. O objetivo ilocucionário dos *compromissivos* “é comprometer o falante (mais uma vez, em graus variados) com algum curso de ação futuro” (SEARLE, 1979, p. 14, tradução nossa). Prometer [*promise*], jurar [*swear*] e apostar [*bet*] são exemplos de compromissivos, mas haver de [*shall*], ter a intenção de [*intend*] e favorecer [*favor*] não o são, apesar de terem sido classificados por Austin como tais. Eis o seu simbolismo:

$$C \uparrow I (F \text{ faz } A)$$

A letra maiúscula *C* representa o objetivo ilocucionário. A seta para cima  $\uparrow$  representa a direção de ajuste mundo-palavra. A letra maiúscula *I* representa o estado psicológico de intenção [*intend*]. E o conteúdo proposicional é sempre que o falante *F* faça algum ato futuro *A*. Note, porém, o leitor que:

Uma vez que a direção de ajuste é a mesma tanto para os compromissivos quanto para os diretivos, teríamos uma taxonomia mais elegante se pudéssemos mostrar que eles são, na verdade, membros de uma mesma classe. Sou incapaz de fazer isso porque, enquanto o objetivo de uma promessa é comprometer o falante a fazer algo (e não necessariamente tentar levá-lo a fazer algo), o objetivo de um pedido é tentar levar o ouvinte a fazer algo (e não necessariamente comprometer-lo ou obrigá-lo a fazer algo). Para fundir as duas categorias, seria preciso mostrar que uma promessa é uma espécie de pedido que se faz a si mesmo (isso me foi sugerido por Julian Boyd) ou, alternativamente, que um pedido coloca o ouvinte sob uma obrigação (isso me foi sugerido por William Alston e John Kearns). Fui incapaz de fazer qualquer uma dessas análises dar certo e tive de me contentar com a solução nada elegante de ter duas categorias distintas com a mesma direção de ajuste. (SEARLE, 1979, p. 14—15, tradução nossa)

4. O objetivo ilocucionário dos *expressivos* “é expressar o estado psicológico especificado na condição de sinceridade em relação ao estado de coisas especificado na condição de conteúdo proposicional” (SEARLE, 1979, p. 15, tradução nossa). Os exemplos dessa vez são parabenizar [*congratulate*], agradecer [*thank*], lamentar [*deplore*], desculpar-se [*apologize*], dar os pêsames [*condole*] e dar as boas-vindas [*welcome*]. Os expressivos podem ser assim simbolizados:

$$E \emptyset (P) (F/O + \text{propriedade})$$

A letra maiúscula *E* representa o objetivo ilocucionário.  $\emptyset$  indica a não existência de uma direção de ajuste. A letra maiúscula *P* é uma variável para diferentes estados psicológicos.

E o conteúdo proposicional atribui alguma propriedade (não necessariamente uma ação) ao falante *F* ou ao ouvinte *O*. Os membros dessa classe não possuem direção de ajuste porque o falante, ao realizar um ato ilocucionário expressivo, não está tentando fazer com que o mundo se ajuste às palavras nem está tentando fazer com que as palavras se ajustem ao mundo. Para esclarecer esse ponto, Searle recorre ao seguinte exemplo: “[...] ao desculpar-me por ter pisado em seu pé, não tenho a intenção de alegar que seu pé foi pisado nem tenho a intenção de fazê-lo ser pisado” (SEARLE, 1979, p. 15, tradução nossa). Daí por que a verdade da proposição é simplesmente pressuposta no caso dos expressivos. Além disso, o conteúdo proposicional de um expressivo tem de incluir uma propriedade que esteja relacionada ou com o falante ou com o ouvinte, afinal “posso parabenizá-lo pela corrida que você venceu ou por sua boa aparência” (SEARLE, 1979, p. 16, tradução nossa), mas “não posso, a menos que eu parta de pressupostos muito específicos, parabenizá-lo pela primeira lei do movimento de Newton” (SEARLE, 1979, p. 16, tradução nossa).

5. Por fim, o objetivo ilocucionário dos *declarativos*<sup>38</sup> [*declarations*] é “produzir a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade” (SEARLE, 1979, p. 16–17, tradução nossa) e é por isso que eles possuem uma dupla direção de ajuste. Assim: “se sou bem-sucedido no ato de designá-lo [*appoint*] presidente, então você é o presidente; se sou bem-sucedido em realizar o ato de nomeá-lo [*nominate*] candidato, então você é um candidato; se sou bem-sucedido em realizar o ato de declarar [*declare*] estado de guerra, então estamos em guerra; e se sou bem-sucedido no ato de casá-lo [*marry*], então você está casado” (SEARLE, 1979, p. 17, tradução nossa) Como simbolismo para os declarativos, temos:

$$D \updownarrow \emptyset (p)$$

A letra maiúscula *D* representa o objetivo ilocucionário. A seta para cima e para baixo  $\updownarrow$  representa tanto a direção de ajuste palavra-mundo quanto a direção de ajuste mundo-palavra e se justifica pelo fato de “um declarativo produzir um ajuste em decorrência de sua própria realização bem-sucedida” (SEARLE, 1979, p. 18, tradução nossa). Isso ocorre porque a realização bem-sucedida e não defeituosa dos declarativos requer a existência de instituições extralinguísticas regidas por regras constitutivas próprias que se somam às regras constitutivas da linguagem. É por essa razão que:

---

<sup>38</sup> Como dissemos anteriormente, optamos por traduzir *declarations* por declarativos a fim de evitar que tal expressão viesse a ser confundida pelo leitor com *statements*, que preferimos traduzir por declarações, mas que também poderia ser traduzida por asserções ou afirmações.

O domínio por parte do falante e do ouvinte das regras que compõem a competência linguística não é, em geral, suficiente para realizar um declarativo. Além de tais regras, é preciso que haja uma instituição extralinguística e que o falante e o ouvinte ocupem lugares especiais em seu interior. É apenas porque há instituições tais como a igreja, o direito, a propriedade privada e o Estado, bem como porque há posições especiais a serem ocupadas pelo falante e pelo ouvinte dentro delas, que é possível excomungar, designar, dar e legar bens ou declarar [*declare*] guerra. (SEARLE, 1979, p. 18, tradução nossa)

As exceções aqui são os declarativos sobrenaturais (ex.: quando Deus diz “Faça-se a luz”) e aqueles que dizem respeito à própria linguagem (ex.: quando alguém diz “Defino” [*I define*], “Abrevio” [*I abbreviate*], “Nomeio” [*I name*], “Denomino” [*I call*] ou “Intitulo” [*I dub*]).  $\emptyset$  dessa vez indica a não existência de um estado psicológico. E a letra minúscula *p* entre parênteses representa, como de costume, o conteúdo proposicional.

5.1 Juízes e árbitros, no entanto, precisam não apenas proferir uma decisão sobre quais são os fatos (declarar [*declare*] que o réu é culpado ou inocente; declarar [*declare*] que o jogador está ou não está fora do jogo) como também apurar os fatos (se o réu culpado ou não; se o jogador está fora do jogo ou não). Nesses casos, os declarativos se sobrepõem aos assertivos e, por isso, são chamados de *declarativos assertivos*. Seu objetivo ilocucionário é, pois, proferir um assertivo com a força de um declarativo. O simbolismo para esta classe especial é o seguinte:

$$D_a \downarrow \uparrow B (p)$$

$D_a$  representa o objetivo ilocucionário. A seta para baixo  $\downarrow$  representa a direção de ajuste assertiva (mundo-palavra), ao passo que a seta para cima e para baixo  $\uparrow$  representa a direção de ajuste declarativa (palavra-mundo e mundo-palavra). A letra maiúscula  $B$  representa o estado psicológico de crença [*believe*], afinal um juiz pode afirmar de maneira insincera que o réu é culpado, assim como um árbitro pode afirmar de maneira insincera que o jogador está fora do jogo etc. E a letra minúscula *p* entre parênteses representa o conteúdo proposicional. Ainda no que tange ao aspecto assertivo dos declarativos que ora estamos examinando, Searle explica que:

Tanto os juízes quanto os árbitros fazem alegações factuais, como “Você está fora do jogo” e “Você é culpado”. Tais alegações são claramente avaliáveis na dimensão de ajuste mundo-palavra. Por outro lado, “Ele estava realmente fora do jogo?” e “Ele cometeu realmente o crime?” são perguntas cujas respostas possíveis são avaliáveis na dimensão palavra-mundo, mas que, ao mesmo tempo, possuem a força dos

declarativos. Se um árbitro proclamar que você está fora do jogo (e isso for confirmado em caso de recurso), então, para os efeitos do beisebol, você está fora do jogo independentemente dos fatos em questão; e se um juiz declarar [*declare*] que você é culpado (e isso for confirmado em caso de recurso), então, para os efeitos legais, você é culpado. [...] Ora, algumas instituições necessitam que alegações assertivas sejam emitidas com a força dos declarativos a fim de que a discussão a respeito da verdade das alegações em questão possa chegar a seu termo em algum momento e os próximos passos institucionais, que dependem da resolução de um problema factual, possam acontecer: o prisioneiro ser solto ou mandado para a prisão, o time perder a vez, um *touchdown* ser marcado etc. (SEARLE, 1979, p. 18–19, tradução nossa)

Para concluir, pensamos que a classificação dos tipos básicos de atos ilocucionários feita por Austin constitui o quebra-cabeça mais facilmente detectável de seu paradigma, porquanto o caráter inacabado de tal classificação é algo para o qual o filósofo faz questão de nos chamar a atenção em mais de uma ocasião, chegando, inclusive, a ressaltar sua insatisfação diante dela. Com efeito, no momento mesmo de expô-la, Austin assevera “distingo cinco classes gerais [de atos ilocucionários], mas *estou longe de estar igualmente satisfeito com todas elas*” (AUSTIN, 1969, p. 151, grifo nosso, tradução nossa) e, logo após concluir sua exposição, reitera:

Essas últimas duas classes [comportativos e expositivos] são as que considero mais problemáticas, e pode muito bem ser que elas careçam de clareza ou se cruzem em sua classificação — *ou mesmo que uma classificação inteiramente nova seja necessária. Não estou apresentando nada disso como algo de algum modo definitivo*. Comportativos são problemáticos porque parecem demasiado heterogêneos em sua totalidade, e expositivos são problemáticos porque, sendo muito numerosos e importantes, parecem fazer parte de outras classes e, ao mesmo tempo, parecem ser únicos de uma maneira que não logrei esclarecer nem sequer para mim mesmo. *Bem se poderia dizer que todos os aspectos que mencionei estão presentes em todas as minhas classes*. (AUSTIN, 1969, p. 151, grifo nosso, tradução nossa)

*“A noção de performativo é uma daquelas com as quais os filósofos e linguistas estão tão confortáveis que se tem a impressão de que alguém deve ter uma teoria satisfatória. Mas eu não vejo tal teoria e neste artigo pretendo responder à questão: como exatamente os performativos funcionam?”*

(J. R. Searle)

## 2.5 DE VOLTA AOS PERFORMATIVOS

Sabemos que, ao longo de *How to Do Things with Words*, Austin (1) foi paulatinamente levado a abandonar a dicotomia performativo-constatativo, mas (2) acabou conservando a distinção entre performativos primários (ex.: “Irei a sua festa de aniversário”) e performativos explícitos (ex.: “Prometo ir a sua festa de aniversário”), como fica claro no trecho a seguir:

*A antiga distinção [...] entre performativos primários e performativos explícitos sobreviverá com bastante sucesso à transição fundamental [the sea-change] entre a distinção performativos/constatativos e a teoria dos atos de fala, pois temos boas razões para acreditar que os testes de que nos valemos até aqui para identificar os verbos performativos explícitos (“Dizer... É fazer tal coisa...” etc.) funcionam bem e, de fato, se saem ainda melhor na identificação daqueles verbos que tornam explícita, como agora podemos dizer, a força ilocucionária de um proferimento, esclarecendo qual é o ato ilocucionário que estamos realizando ao emitirmos esse proferimento. O que não sobreviverá à transição, a não ser talvez como um caso marginal limite, é a noção de pureza dos performativos, algo, aliás, que em nada nos deve surpreender, já que essa noção nos causou dificuldades desde o início: ela teve como base a crença na dicotomia performativo-constatativo, dicotomia esta que tem de ser abandonada em prol de famílias mais gerais de atos de fala que se relacionam e se sobrepõem e que são, justamente, o que agora precisamos tentar classificar. (AUSTIN, 1962, p. 149, grifo nosso, tradução nossa)*

Searle, por outro lado, observa que (1) se não existem constatativos (proferimentos que, como vimos em nossa seção 1.2 *A distinção entre performativos e constatativos*, consistiriam tão somente em *dizer algo*) e, portanto, todos os proferimentos são performativos (isto é, atos de *fazer algo ao dizer algo*, de acordo com a definição de Austin), então a noção de performativo é inútil; ademais, (2) os performativos primários não são realmente performativos, mas declarações [*statements*] (como “Irei a sua festa de aniversário”, que é uma declaração — sincera ou insincera — de intenção) por meio das quais se realiza um ato ilocucionário indireto<sup>39</sup> (como “Prometo ir a sua festa de aniversário”). Daí por que, para ele:

*[...] a maneira correta de incorporar os performativos à teoria dos atos de fala é a seguinte: alguns atos ilocucionários podem ser realizados ao se proferir uma frase contendo uma expressão que designa o tipo de ato de fala [que está sendo realizado], como em “Ordeno que você deixe o recinto”. Proferimentos desse tipo — e apenas desse tipo — podem ser corretamente descritos como performativos. Em meu jargão, os únicos performativos, portanto, são aqueles que Austin chamou de “performativos explícitos”. Com efeito, embora todo proferimento seja de fato um ato [a performance], apenas alguns deles são atos performativos. (SEARLE, 1989, P. 536, grifo nosso, tradução nossa)*

---

<sup>39</sup> Um bom exemplo de como os atos de fala indiretos são realizados é o proferimento “Você pode me passar o sal?”, que é uma pergunta por meio da qual um segundo ato de fala é indiretamente realizado, a saber, um pedido.

Portanto, ao contrário do que Austin pensava, *não existem performativos primários* e, conseqüentemente, *nem todos os proferimentos são performativos*. Para Searle, um *proferimento performativo* é o proferimento de uma frase performativa que, ao ser proferida, constitui a realização de um ato ilocucionário que é designado por uma expressão performativa (como um verbo) contida nessa mesma frase. Já uma *frase performativa* é uma frase cujo proferimento literal, nas circunstâncias apropriadas, constitui a realização de um ato ilocucionário por conter uma expressão performativa que designa o próprio ato que está sendo realizado. Por fim, um *verbo performativo* nada mais é do que um verbo que ocorre em frases performativas como seu verbo principal. Sendo assim, quando um tal verbo ocorre numa tal frase durante um proferimento performativo, podemos falar então de um *uso performativo* tanto do verbo quanto da frase em questão. Vejamos alguns exemplos dados por Searle em seu artigo *How Performatives Work* que nos ajudam a compreender melhor essa diferença entre um proferimento performativo, uma frase performativa e um verbo performativo:

(1) Saia do quarto!

pode constituir o *ato de* [*the performance of*] dar uma ordem, mas não é um *performativo*, ao passo que um proferimento de

(2) *Ordeno* que você saia do quarto.

geralmente é um performativo.

Além disso, nem toda frase contendo um verbo performativo na primeira pessoa do presente do indicativo é uma frase performativa.

(3) *Prometo* vir na quarta-feira.

é uma frase performativa, mas

(4) *Prometo* coisas demais para muitas pessoas.

não o é.

Em inglês [assim como em português], muitos proferimentos performativos, mas não todos, contêm ocorrências na primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo performativo, mas há também algumas ocorrências no presente contínuo, como

(5) Estou *pedindo* que você faça isso por mim, Henry, estou *pedindo* que você faça isso por mim, por Cynthia e pelas crianças.

e alguns proferimentos performativos usam verbos no plural, como

(6) *Prometemos* [*We pledge*] nossas vidas, nossa fortuna e nossa honra sagrada.

Ademais, algumas frases performativas encontram-se na voz passiva:

(7) Os passageiros são por este meio [*hereby*] *avisados* de que todos os voos para Phoenix foram cancelados.

Às vezes, a expressão performativa não é um verbo e pode estar numa oração ou numa frase à parte, como em

(8) *Virei* ver você na próxima semana, e isso é uma *promessa*.

Nem toda ocorrência de uma frase performativa envolve um uso performativo. Assim, por exemplo, (3) poderia ser usada para relatar uma prática habitual: “Sempre que vejo você na terça-feira, faço a mesma coisa: prometo vir vê-lo na quarta-feira.” (SEARLE, 1989, p. 537–538, grifo do autor, tradução nossa)

Dito isso, Searle argumenta que *todos os proferimentos performativos pertencem à classe dos declarativos*. Vimos em nossa seção 2.2 *Ato rético v. ato proposicional* que um ato ilocucionário é representado pelo símbolo  $F(p)$ , sendo que  $F$  representa a força ilocucionária do proferimento e  $p$ , seu conteúdo proposicional. Vimos também que a conjunção “que” é um exemplo de *indicador de conteúdo proposicional* e que os *prefixos performativos* — como os verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo ativo — são exemplos de *indicadores de força ilocucionária*. Como explica Searle: “Em ‘Declaro [*I state*] que está chovendo’ e ‘Ordeno que você deixe o recinto’, os prefixos performativos ‘Declaro’ e ‘Ordeno’ explicitam a força ilocucionária do proferimento de tais frases.” (SEARLE, 1989, p. 540, tradução nossa) Além disso, vimos em nossa seção 2.4 *Uma nova taxonomia dos atos de fala* que, quando os declarativos são bem-sucedidos e não defeituosos, as palavras modificam o mundo para que o mundo se ajuste às palavras, razão pela qual eles possuem uma dupla direção de ajuste  $\updownarrow$ . Assim: “Em uma declaração [*a statement*] da forma  $F(p)$ , a realização bem-sucedida do ato de fala modifica o mundo para fazer com que  $p$  seja o caso.” (SEARLE, 1989, p. 541, tradução nossa) Se o presidente da Câmara dos Deputados, por exemplo, diz “A sessão está suspensa”, então a sessão está suspensa — seu proferimento modifica o mundo para que a sessão seja suspensa e, assim, o mundo se ajusta as suas palavras. Ora, do mesmo modo, quando alguém realiza um performativo como “Ordeno que você deixe o recinto”, tal proferimento, se é bem-sucedido e não defeituoso, modifica o mundo para que uma ordem seja dada e, assim, o mundo se ajusta às palavras do falante. Logo:

A análise dos performativos como declarativos tem a consequência de que a estrutura ilocucionária de “Ordeno que você deixe o recinto” é:

Declaro [*I declare*] (que ordeno (que você deixe o recinto)).

O conteúdo proposicional do declarativo é: que eu ordeno que você deixe o recinto, muito embora o conteúdo proposicional da ordem seja: que você deixe o recinto. (SEARLE, 1989, p. 541)

A diferença entre “A sessão está suspensa” e “Ordeno que você deixe o recinto”, no entanto, é que, no primeiro caso, temos um *declarativo extralinguístico* — isto é, *um declarativo que cria um fato que não é linguístico* (o fato de a sessão ter sido suspensa não é um fato linguístico) —, ao passo que, no segundo, temos um *declarativo linguístico* — isto é, *um*

*declarativo que cria um fato que, este sim, é linguístico* (o fato de uma ordem ter sido dada é obviamente um fato linguístico). Searle esclarece da seguinte maneira a diferença entre os declarativos linguísticos e os declarativos extralinguísticos:

Um declarativo é um ato de fala cujo objetivo é criar um fato novo que corresponda a seu conteúdo proposicional. Às vezes esses novos fatos são os próprios atos de fala, como promessas, declarações [*statements*], ordens etc. É isso que estou chamando de declarativos linguísticos. Contudo às vezes os novos fatos não são atos de fala adicionais, mas sim guerras, casamentos, suspensões de sessões, luz [no caso de declarativos sobrenaturais, como quando Deus diz “Haja luz!”], transferências de propriedade etc. E é isso que estou chamando de declarativos extralinguísticos. Quando o presidente diz “A sessão está suspensa”, ele realiza um *ato* linguístico, mas o *fato* que ele cria, o de que a reunião foi suspensa, não é um *fato linguístico*. Por outro lado, quando digo “Ordeno que você deixe o recinto”, crio um novo fato, o fato de eu ter ordenado que você deixe o recinto; esse fato, porém, é um fato linguístico. (SEARLE, 1989, p. 549, tradução nossa)

Sendo assim, *todo performativo é um declarativo linguístico* e todo declarativo extralinguístico (como “Haja luz!”) pode adquirir a forma de um declarativo linguístico (como “Decreto por este meio que haja luz!”). Além disso, o leitor deve se recordar de que, em nossa seção 2.4 *Uma nova taxonomia dos atos de fala*, dissemos que a realização bem-sucedida e não defeituosa dos declarativos requer a existência de instituições extralinguísticas regidas por regras constitutivas próprias que se somam às regras constitutivas da linguagem. Mas, à luz dessa nova distinção, precisamos agora nos perguntar se isso vale para os declarativos linguísticos tanto quanto para os declarativos extralinguísticos — e a resposta curta é *não*. A verdade é que:

Uma vez que os fatos criados pelos declarativos linguísticos são fatos linguísticos, não precisamos de uma instituição extralinguística para realizá-los. *A própria linguagem é uma instituição e é suficiente para habilitar os falantes a realizarem declarativos como prometer ir ver alguém ou ordenar que alguém deixe o recinto*. É claro que fatos extralinguísticos também podem ser necessários para a realização de um declarativo linguístico. Por exemplo: tenho de estar numa posição de poder ou autoridade para dar ordens a alguém, mas fatos como estar numa posição de poder não são fatos da linguagem, não obstante eles sejam condições requeridas pelas regras dos atos linguísticos. Todavia não há nenhuma instituição não linguística que seja necessária para que eu dê uma ordem, e as regras para ordenar já especificam os aspectos extralinguísticos do mundo que são necessárias para realizar uma ordem bem-sucedida e não-defeituosa. (SEARLE, 1989, p. 549–550, grifo nosso, tradução nossa)

Dissemos há pouco que “Irei a sua festa de aniversário” é uma declaração — sincera ou insincera — de intenção por meio da qual se pode realizar um ato ilocucionário indireto, como “Prometo ir a sua festa de aniversário”. Falta dizer, porém, que *os performativos, sendo declarativos [declarations], são atos ilocucionários por meio dos quais uma declaração verdadeira [a true statement] é realizada quando eles são bem-sucedidos e não defeituosos*. Ora, se o

falante ordena que alguém saia — e tal ordem é bem-sucedida e não defeituosa —, então o mundo é modificado para que uma ordem seja dada, isto é, o mundo é modificado para corresponder ao conteúdo proposicional de um ato ilocucionário de ordenar. Portanto *quando dizemos “Ordeno que você saia”, não apenas damos uma ordem, mas declaramos [we state] que damos uma ordem — e tal declaração é obviamente verdadeira se nosso proferimento foi bem-sucedido e não-defeituoso. Em outras palavras, o proferimento bem-sucedido e não defeituoso de um performativo constitui a realização de um declarativo e, indiretamente, também a realização de uma declaração verdadeira. Eis como Searle analisa a derivação de uma declaração a partir de um performativo desde o ponto de vista do ouvinte:*

- (1) O falante *F* proferiu a frase “Ordeno por este meio [*hereby*] que você saia” (ou proferiu “Ordeno que você saia” com o significado de “Ordeno por este meio [*hereby*] que você saia”).
- (2) O significado literal do proferimento é tal que, por esse mesmo proferimento, *F* *tenciona* fazer com que seja o caso que ele me ordena a sair.
- (3) Portanto, ao realizar tal proferimento, *F* *manifestou uma intenção* de fazer com que, por meio desse mesmo proferimento, seja o caso que ele me ordena a sair.
- (4) Portanto, ao realizar tal proferimento, *F* manifestou uma intenção de me *ordenar* a sair por esse mesmo proferimento.
- (5) Ordens são uma classe de ações em que a manifestação da intenção de realizar a ação é suficiente para sua realização, desde que algumas outras condições estejam satisfeitas.
- (6) Suponho que essas outras condições estejam satisfeitas.
- (7) *F* me ordenou a sair por esse proferimento.
- (8) *F* tanto disse que ele me ordenou a sair quanto fez com que seja o caso que ele me ordenou a sair. Portanto ele fez uma declaração verdadeira [*a true statement*]. (SEARLE, 1989, p. 553, grifo do autor, tradução nossa)

Para concluir, não é fácil realmente ver como se poderia incorporar os performativos à teoria dos atos de fala a partir da obra de Austin, de modo que coube a Searle a tarefa de demonstrar que os performativos pertencem à classe dos declarativos [*declarations*] e que por meio de um performativo bem-sucedido e não defeituoso se realiza um ato ilocucionário indireto, a saber, o ato de fazer uma declaração verdadeira [*a true statement*]. O quebra-cabeça aqui foi, portanto, o de elaborar uma teoria dos performativos que se harmonizasse com a teoria dos atos de fala, respondendo à pergunta: *como performativos funcionam?*

## CONCLUSÃO

Levantamos a hipótese em nossa *Introdução* de que alguns dos conceitos forjados por Kuhn em sua obra capital, particularmente os conceitos de paradigma e quebra-cabeça, são ferramentas úteis e flexíveis que podem muito bem ser empregadas na tentativa de melhor compreender o desenvolvimento de certos programas de pesquisa filosóficos como a teoria dos atos de fala. Tendo testado tal hipótese ao longo das partes *I* e *II* desta dissertação, temos agora a oportunidade de fixar os principais resultados a que chegamos.

Em primeiro lugar, vimos que a classe dos atos locucionários e a classe dos atos ilocucionários não são mutuamente excludentes porque o significado locucionário, ao contrário do que Austin poderia imaginar, determina a força ilocucionária de tal modo que nenhum ato locucionário, realizado de maneira séria e literal, pode ser completamente neutro em relação à força ilocucionária e, portanto, abstraído de um ato ilocucionário. Argumentamos então que fundamentar a antiga distinção entre o ato locucionário e o ato ilocucionário, ou substituí-la por uma nova distinção bem fundamentada, seria um dos quebra-cabeças que o paradigma austiniانو teria legado à posteridade. Mostramos, por fim, que a solução encontrada por Searle para tal quebra-cabeça foi a substituição do componente rético do ato locucionário de Austin, que consiste em proferir frases completas, por seu ato proposicional, que consiste em proferir tão somente certas partes de frases, a saber, expressões referenciais e predicativas, que não carregam consigo qualquer indicador de força ilocucionária.

Em segundo lugar, vimos que a palavra “declaração” [*statement*] sofre de uma ambiguidade estrutural — o sentido de declaração como ato e o sentido de declaração como objeto — e que a distinção searliana entre força ilocucionária e conteúdo proposicional nos permite esclarecer que é a proposição usada para declarar (em vez de para perguntar, ou ordenar, ou expressar um desejo e assim por diante) que é verdadeira ou falsa, e não o próprio ato de declarar por meio do qual ela é expressa, como equivocadamente pressupunha Austin. Descobrimos, assim, que graças a tal distinção aquele persistente quebra-cabeça do valor de verdade como marca distintiva dos constatativos, último baluarte de uma dicotomia que Austin enfrentou através de uma argumentação sofisticada, porém contestável para alguns, desaparece de vez. De fato, o ato de fazer uma declaração não pode ser verdadeiro ou falso assim como o ato de fazer uma promessa não pode ser verdadeiro ou falso.

Em terceiro lugar, vimos que Austin formula apenas seis condições de felicidade para literalmente milhares de atos de fala e que tamanha discrepância é justamente o que torna a trama de sua teoria das condições de sucesso larga demais para capturar as particularidades de cada ato. Sustentamos, porém, que a abordagem searliana das infelicidades, por estabelecer as

condições necessárias e suficientes para a realização bem-sucedida e não defeituosa de cada ato de fala considerado separadamente, é capaz de “digerir” os inúmeros quebra-cabeças que são naturalmente gerados pela formulação austiniana da doutrina. Se prometemos fazer algo em detrimento de nosso interlocutor, por exemplo, violamos uma regra muito específica que não se encontra naquele rol de regras A.1–Γ.2 de Austin, a saber, violamos uma regra preparatória de acordo com a qual *Pr* deve ser proferida apenas se o ouvinte *O* preferir que *F* faça *A* a que ele não faça *A* e se *F* acreditar que *O* prefere que ele faça *A* a que ele não faça *A*.

Em quarto lugar, vimos que classificação dos tipos básicos de atos ilocucionários proposta por Austin não é construída a partir de um princípio claro e consiste e que Searle resolve esse quebra-cabeça através de uma combinação dos objetivos ilocucionários presentes nas condições essenciais dos atos ilocucionários, dos estados psicológicos presentes em suas condições de sinceridade e das proposições presentes em suas condições de conteúdo proposicional juntamente com a direção de ajuste entre as palavras e o mundo, que o filósofo retoma de Elizabeth Anscombe. Também observamos que, como dois verbos ilocucionários não sinônimos não designam necessariamente dois atos ilocucionários distintos, a classificação de Austin termina por ser mais uma classificação dos verbos ilocucionários da língua inglesa do que propriamente dos atos ilocucionários, que, como tais, ultrapassam as fronteiras de qualquer das línguas naturais.

Em quinto e último lugar, vimos que não é fácil determinar a partir da obra de Austin como exatamente se poderia incorporar os performativos à teoria dos atos de fala, afinal se não existem constatativos e, portanto, todos os proferimentos são performativos, então a noção de performativo é inútil. Além disso, Searle argumenta que os performativos primários não são realmente performativos, mas declarações [*statements*] (como “Irei a sua festa de aniversário”, que é uma declaração — sincera ou insincera — de intenção) por meio das quais se realiza um ato ilocucionário indireto (como “Prometo ir a sua festa de aniversário”). O quebra-cabeça aqui seria, portanto, o de elaborar uma teoria dos performativos que se harmonizasse com a teoria dos atos de fala, respondendo à pergunta: como performativos funcionam? Vimos então que os performativos pertencem à classe dos declarativos [*declarations*], pois quando o falante realiza um proferimento como “Ordeno que você deixe o recinto”, tal proferimento — se é feliz e não defeituoso — modifica o mundo para que uma ordem seja dada e, assim, o mundo se ajusta às palavras do falante. Por fim, vimos que o proferimento bem-sucedido e não defeituoso de um performativo constitui não apenas a realização de um declarativo [*a declaration*], mas também, indiretamente, a realização de uma declaração verdadeira [*a true statement*], pois ele modifica o mundo para que este corresponda a seu conteúdo proposicional.

Finalmente, procuramos o mais possível evidenciar que o próprio Austin dá claros indicativos de estar, em diferentes graus, ciente de muitos desses quebra-cabeças, chegando, inclusive, a formulá-los algumas vezes, de modo que não temos outra saída a não ser discordar de todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, afirmam, como Ottoni, que: “O papel de Searle é ambíguo: se, por um lado, ele tem o mérito de ter introduzido as ideias de Austin no interior das discussões da ciência linguística, por outro, podemos dizer que *ele descaracterizou demasiadamente essas ideias, desvirtuando-as de maneira definitiva.*” (OTTONI, 2002, p. 135, grifo nosso) Pensamos — e nos esforçamos aqui por demonstrar — que Austin realizou um feito absolutamente extraordinário ao elaborar a teoria dos atos de fala e que Searle realizou um trabalho hercúleo ao formular soluções bastante elegantes para alguns dos mais intrincados quebra-cabeças do paradigma austiniano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. Performative Utterances. In: AUSTIN, J. L. **Philosophical Papers**. London: Oxford University Press, 1961.

AUSTIN, J. L. Truth. In: AUSTIN, J. L. **Philosophical Papers**. London: Oxford University Press, 1961.

AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. London: Oxford University Press, 1962.

AUSTIN, J. L. Performative-Constative. In: SEARLE, J. **The Philosophy of Language**. London: Oxford University Press, 1971.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, É. A filosofia analítica e a linguagem. In: BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. **Fundamento – Revista de pesquisa em filosofia**, 1, maio 2011.

HEGEL, G. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)**. São Paulo: Loyla, v. I – A ciência da lógica, 1995.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

OTTONI, P. **John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem humana**. 1990. Tese (Doutorado) — Curso de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Capinas, 1990.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. **DELTA: Documentação e estudos em linguística teórica e aplicada**, 18, ago. 2002. 117–143.

RAJAGOPALAN, K. Atos ilocucionários como jogos de linguagem. **Estudos Linguísticos**, 1989. 523–530.

RUSSELL, B. Da Denotação. In: RUSSELL, B. **Lógica e conhecimento**. 1ª. ed. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 1974.

SEARLE, J. R. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. **The Philosophical Review**, 77, Oct. 1968. 405–424.

SEARLE, J. R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, J. R. A Taxonomy of Illocutionary Acts. In: SEARLE, J. R. **Expression and Meaning**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1979.

SEARLE, J. R. **Os actos de fala**: Um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SEARLE, John. **Ludwig Wittgenstein's Philosophy - John Searle & Bryan Magee (1987)**. YouTube, 2023. Disponível em: [https://youtu.be/v\\_hQpvQYhOI](https://youtu.be/v_hQpvQYhOI). Acesso em: 24/01/2024.

SEARLE, J. R. How Performatives Work. **Linguistics and Philosophy**, 12, Oct. 1989. 535–558.

SEARLE, J. R. Uma taxonomia dos atos ilocucionários. In: SEARLE, J. R. **Expressão e significado**: Estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.